

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEOG
MESTRADO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MATEUS DA SILVA TEIXEIRA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
ATALAIA DO NORTE NO AMAZONAS**

MANAUS-AM
2023

MATEUS DA SILVA TEIXEIRA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
ATALAIA DO NORTE NO AMAZONAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS-AM
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Teixeira, Mateus da Silva
T266m Os movimentos sociais e os processos de territorialização no município de Atalaia do Norte no Amazonas / Mateus da Silva Teixeira . 2023
145 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Territorialização. 2. Movimentos sociais. 3. Terra indígena vale do javari. 4. Comunidade São Pedro do Norte. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ATALAIA DO NORTE NO AMAZONAS

Mateus da Silva Teixeira

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção de título de Mestre em Geografia na área de concentração em Espaço, Território e Cultura na Amazônia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências humanas e Sociais - IFCHS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Aprovado em 13 de janeiro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (Orientador)

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo (Avaliador Interno)

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Reginaldo Conceição da Silva (Avaliador Externo)

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

DEDICATÓRIA

À meus pais, que foram meus primeiros mestres, pelo incentivo e exemplo.

À Hillary, pelo apoio e parceria durante o percurso.

À minha princesinha tão amada e razão da minha vida, Manu.

Às minhas irmãs, Ana e Nara.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo seu amor incondicional e dom da vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, pela bolsa concedida durante os 23 meses de pesquisa.

Ao maior amor do mundo, à minha filha Manu, por ser luz e alegria na minha vida.

A minha cara-metade, Hillary, pela afeição e acalento de todos os dias, por entender minha ausência física e compreender que precisava conciliar meus estudos do mestrado, com trabalho e curso de geoprocessamento que faço atualmente.

Uma família unida em consonância a trajetória dos sonhos dos filhos é de suma importância. Consagro esta trajetória e trabalho aos meus pais, Manoel Soares e Marlene Saraiva por permanecerem continuamente ao meu lado nas estações de dificuldades e alegrias da minha vida.

Às minhas irmãs, Nara e Ana, pelo apoio e por serem além de irmãs minhas amigas, e por contribuírem muito em minha trajetória.

Cultivo este trabalho aos meus sobrinhos, que apesar de não entenderem ainda esse processo, me ajudaram nesse percurso com a presença deles em minha vida.

Aos meus sogros Rivelino e Joelma pela força e motivações de todas as horas, minha família da cidade de Atalaia do Norte.

Gratidão especial, ao prof. Dr. Reginaldo Conceição, que foi meu professor na graduação e o primeiro a me incentivar a seguir esta trajetória acadêmica, além de mestre se tornou meu amigo e compadre, gratidão por toda paciência, ajuda, e, pelas confabulações e contribuições nas orientações no fazer cartográfico e pesquisa em relação aos povos indígenas e movimentos sociais na mesorregião do Alto Solimões.

Às minhas queridas amigas do mestrado, Gerliane, Rose, Raquel e Andreia, pela aliança firmada em meio a grandes mulheres geógrafas Amazonenses.

Ao senhor Nonato, meu agradecimento por compreender minha ausência da docência da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal no período de 2020 do Município de Atalaia do Norte - AM.

Aos meus colegas de trabalho do Setor Jurídico e Administrativo da Secretaria Municipal de Educação de Benjamin Constant - AM.

Ao Bryan, por realizar as transcrições das entrevistas.

À Universidade Federal do Amazonas –UFAM, e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, pela oportunidade em cursar o mestrado que foi muito sonhado.

À Universidade Estadual do Amazonas-UEA, e ao prof. Dr. Máximo pela oportunidade de realizar o estágio docente na disciplina de Geografia Econômica na turma noturna.

Ao meu orientador, prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz pela confiança e por me guiar na construção da dissertação.

Aos professores do PPGG, pelas reflexões e discussões de textos para fortalecimento teórico.

Em especial, ao prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo, por contribuir na qualificação deste trabalho até o produto final.

Meu agradecimento, aos laboratórios de pesquisa a qual faço parte:

Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM.

Núcleo de Cartografia Social da Amazônia – NCSA.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA.

Gratidão à todos.

O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos.

Milton Santos

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir acerca dos movimentos sociais e seus processos de territorialização no campo, existente no Município de Atalaia do Norte, localizada no Sudoeste do Amazonas. Sua dimensão territorial é uma das maiores do Estado, sendo o quarto de maior extensão do Amazonas e o sétimo no Brasil. Sobreposta, a segunda maior terra indígena brasileira Vale do Javari que, vem sofrendo episódios alarmantes em seu território, bem como a presença de grupos da região em torno do limite demarcado, penetram nestas terras para o usufruto, da caça ilegal, pesca ilegal, retirada de madeira. Esta pesquisa também abrange a comunidade kokama de São Pedro do Norte, presente no limite do município, situada à margem direita da calha do Rio Javari desde 1993, e seu movimento é por reconhecimento identitário da sua etnia. Para tanto, procedeu-se em termos metodológicos, uso da pesquisa exploratória que permitiu obter informações a respeito do panorama organizacional e territorial do Amazonas, além disso, foi realizado aplicações de técnicas mistas no campo, tais como, pesquisa ativa, entrevista aberta, observação e descrição das atividades. Indubitavelmente, apoiamos, nossas discussões nas pesquisas bibliográficas, que serviram de construção para os referenciais teórico-metodológico do estudo, por meio de diversas fontes de dissertações, teses e livros à respeito de movimentos sociais, conceito de território, territorialização, entre outros temas. Acreditamos que esta pesquisa esclarecer e dar visibilidade as situações reais destas populações tradicionais da região, tais como, questões de envolvimento a mineração, mortes, ameaças, caça, pesca, depredação do sítio arqueológico, proibição do acesso à água, entrada de missionários, poluição dos rios, são temas que devem ser investigados pelas instituições federal e estadual da região.

Palavras-Chaves: Territorialização; Movimentos Sociais; Terra Indígena Vale do Javari, Comunidade São Pedro do Norte.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre los movimientos sociales y sus procesos de territorialización en el campo, existentes en el municipio de Atalaia do Norte, ubicado en el suroeste de Amazonas. Su dimensión territorial es una de las mayores del Estado, siendo la cuarta mayor de Amazonas y la séptima de Brasil. de madera. Esta investigación también abarca la comunidad Kokama de São Pedro do Norte, presente en la periferia del municipio, ubicada en la margen derecha del cauce del río Javari desde 1993, y su movimiento es para el reconocimiento identitario de su etnia. Para ello, se procedió en términos metodológicos, utilizando investigaciones exploratorias que permitieron obtener información sobre el panorama organizacional y territorial de Amazonas, además, se realizaron aplicaciones de técnicas mixtas en campo, como investigación activa, abierta entrevistas, observación y descripción de actividades. Sin duda, sustentamos nuestras discusiones en investigaciones bibliográficas, que sirvieron de construcción para los referentes teórico-metodológicos del estudio, a través de diversas fuentes de disertaciones, tesis y libros sobre movimientos sociales, concepto de territorio, territorialización, entre otros temas. Creemos que esta investigación permitirá esclarecer y visibilizar las situaciones reales de estas poblaciones tradicionales de la región, tales como temas de minería, muertes, amenazas, cacería, pesca, depredación del sitio arqueológico, prohibición de acceso al agua, ingreso de misioneros, contaminación de ríos, son temas que deben ser investigados por las instituciones federales y estatales de la región.

Palabras- Llaves: Territorialización; Movimientos sociales; Tierra Indígena Vale do Javari, Comunidad São Pedro do Norte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Estado do Amazonas.	43
Figura 2 - Estado do Amazonas Terras Indígenas.	44
Figura 3 - Amazonas, Assentamentos Federais e Reconhecidos, Quilombolas.	48
Figura 4 - Mapa de Localização dos Municípios do Alto Solimões no Amazonas no Sudoeste do Estado do Amazonas.	52
Figura 5 - Uso do Solo da Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas.	54
Figura 6 – Posição geográfica, Mineração, Assentamentos, Terras indígenas, no Alto Solimões no Amazonas.	58
Figura 7 – Dragas garimpeiras no rio Jandiatuba, Amazonas.	66
Figura 8 – Posição Geográfica de Atalaia do Norte, Amazonas.	70
Figura 9 – Mapa de localização da Terra Indígena do Vale do Javari, Amazonas.	72
Figura 10 – Mapa Situacional do Vale do Javari e dos Povos Isolados	76
Figura 11 – Representação do Vale do Javari em Zona de Fronteira com o Peru.	80
Figura 12 – Dragas Garimpeiras destruídas no Vale do Javari em Fronteira com o Peru	86
Figura 13 – Rio Itaquá localização Geográfica da Morte de Bruno e Dom.	88
Figura 14– Manifestação dos Representantes de cinco etnias indígenas da Terra Indígena Vale do Javari.	90
Figura 15 – Terra Indígena Vale do Javari – AM: Povo Marubo, Mayoruna, Matís, Kanamari, Matsés.	93
Figura 16 – Área frontal de São Pedro do Norte no Município de Atalaia do Norte -AM	96
Figura 17– Localização Geográfica da Comunidade Kokama São Pedro do Norte no Município de Atalaia do Norte - AM.	98
Figura 18 – Encontro entre Kokamas da “Colômbia, Peru, Brasil” em Manaus - Am	102
Figura 19 – Escola Municipal da Comunidade de São Pedro do Norte - Am.	103
Figura 20 – Poste de Alta tensão “Projeto Luz para todos” Comunidade de São Pedro do Norte- Am.	105
Figura 21 – Pais e filhos indígenas no Campo para Atividades de Limpeza do terreno na Margem do Rio Javari, Comunidade São Pedro do Norte - Am.	107
Figura 22 – Atividade de Limpeza da Área de Criação de Suínos na Comunidade de São Pedro do Norte - Am.	108
Figura 23 – Entrada de Mulheres na Mata em Caminho da Casa de Farinha na Comunidade de São Pedro do Norte - Am.	110

Figura 24 – Torrefação da Farinha, com ajuda de familiares na Comunidade de São Pedro do Norte - Am.....	111
Figura 25 – Colheita do Abacaxi na Comunidade de São Pedro do Norte - Am.....	112
Figura 26 – Localização do Conflito na Comunidade de São Pedro do Norte - Am	115
Figura 27 – Registro do Imóvel Rural do Perimetro da Comunidade de São Pedro do Norte-AM.....	116
Figura 28 – Reunião com Representantes da Comunidade de São Pedro do Norte - Am.....	118
Figura 29 – Processo de Confecção Cartográfica.....	119
Figura 30 – Croqui elaborado na Comunidade de São Pedro do Norte - AM.....	121

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Assentamentos Federais e suas funções.	46
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios da Mesorregião do Alto Solimões no Sudoeste do Estado do Amazonas.	53
Tabela 2 - Famílias Assentadas, Projetos, Área Reformada em Hectares no Alto Solimões no Estado do Amazonas	55
Tabela 3 - Assentamentos Reconhecidos pelo Incra, na Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas.	56
Tabela 4 - Assentamentos Federais do Incra, na Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas.	57
Tabela 5 - Conflitos nos Municípios da Mesorregião no Alto Solimões no Estado do Amazonas	60
Tabela 6 - Conflitos por Água da Mesorregião no Alto Solimões no Estado do Amazonas ...	61
Tabela 7 – Quantitativo Populacional dos Povos Indígenas.....	74
Tabela 8 – Povos Indígenas isolados no Vale do Javari.....	75

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 – Procedimento Metodológico da Pesquisa e Fundamentação teórica.	25
Fluxograma 2 – Panorama Organizacional das abordagens de conflito.....	40
Fluxograma 3 – Cenário do Vale do Javari antes e depois da demarcação.....	95
Fluxograma 4 – Descrição etnográfica do croqui elaborado pela comunidade.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM	Agência Nacional de Mineração
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
FARC	Foças Revolucionárias Comunista da Colômbia
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Índice de Desenvolvimento Humano
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MST	Movimento Sem-Terra
NCSA	Núcleo de Cartografia Social da Amazônia
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia
OKAS	Organização do Kambeba do Alto Solimões
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PCA	Projeto de Assentamento Cassulo
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável
PDI	Programa de Direitos Indígenas
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PFP	Projeto de Fundo do Pasto
PM	Polícia Militar
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
RB	Reassentamento de Barragem
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SGF	Sistema de Gestão Fundiária
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIGMINE	Sistema de Informação Geográficas de Mineração
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TI	Terra Indígena
TRQ	Territórios Remanescentes Quilombola
UNIVAJA	União dos Povos Indígena do Vale do Javari

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Caminho Metodológico do desenvolvimento do Trabalho	23
CAPÍTULO I	26
O PONTO DE PARTIDA CONCEITUAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SUBSÍDIOS TEÓRICOS	26
1.2 Uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais: Algumas Contribuições	30
1.2.1 Por Uma Geografia dos Movimentos Sociais	30
1.3 Pensar sobre: Território, Territorialização e Conflitos Sócio Territoriais: Uma Breve Costura de Abordagens	35
1.3.1 Território	35
1.3.2 Territorialização	37
1.3.3 Conceito de “Conflito” círculo motriz da dinâmica sócio territorial	39
CAPÍTULO II	42
PANORAMA ORGANIZACIONAL E SITUACIONAL DOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO AMAZONAS	42
2.1 Vista dos Impactos do Uso do Território do Amazonense	49
2.2 Cenários e forma de Uso e Ocupação na Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas	52
2.3 Conflitos em terras Indígenas: Genocídio Tikuna “Massacre do Capacete em Benjamin Constant - Am.....	61
2.4 Panorama do Interesse Minerário no Alto Solimões: Adversidade para Saúde e Ambiente	63
CAPÍTULO III	69
DIMENSÃO E CONTEXTO TERRITORIAL DAS LUTAS SOCIAIS DE INDÍGENAS DA TERRA DO VALE DO JAVARI EM ATALAIA DO NORTE - AMAZONAS	68
3.1 Contextualização Histórica da Formação de Atalaia do Norte - AM	68
3.2 Caracterização dos Povos Indígenas no Vale do Javari em Atalaia do Norte no Amazonas.....	71
3.3 Contextos Histórico do Uso dos Territórios Indígenas da Terra do Vale do Javari no Amazonas, Antes de sua Homologação	77

3.4 Movimentos Sociais e Conflitos Territoriais na TI Vale do Javari: Invisibilidade dos Povos Indígenas em Limite de Fronteira	82
CAPÍTULO IV.....	95
MOVIMENTO PELO RECONHECIMENTO INDÍGENA EM UMA COMUNIDADE NA MARGEM DO RIO JAVARI EM ATALAIA DO NORTE NO AMAZONAS	95
4.1 Diálogos sobre a formação de “São Pedro do Norte” no Município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas	95
4.2 As Redes de relações binacionais além da fronteira Amazônica e contexto problemático do não reconhecimento étnico.....	99
4.3 Agricultura, Pesca: Atividades de fortalecimento familiar de Mulheres e Homens kokama no Campo.....	106
4.4 “Um Tiro no Traçado” Conflitos na Comunidade de São Pedro do Norte: Uso da Cartografia Social para Identificação.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

A dimensão territorial dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, sobretudo em articulações em prol de configurações espaciais, como, por exemplo, moradia, defesa dos direitos humanos, reconhecimento étnico, meio ambiente, segurança, educação, saúde, transporte, dentre outras mobilizações sociais, são comumente encarados em diversas naturezas de teor, político, econômico, jurídico.

As reivindicações e forças de lutas pela terra, rios e reconhecimento identitário, é um tanto mais comum na região nordeste da jurisdição brasileira, em específico no estado do Amazonas, com uma extensão territorial equivalente a 1.559.667.878 km², organizada em 62 municipalidades, que são distribuídos em 4 milhões de habitantes em todo o seu espaço geográfico.

Em relação a organização do Amazonas, estão os assentamentos reconhecidos e Federais: Terras indígenas homologadas e em processo de estudos antropológicos, áreas quilombolas, comunidades ribeirinhas, campesinas, comunidades tradicionais, que dinamizam todo o interior dos municípios do estado.

As problemáticas sociais surgem adentro das reivindicações destes sujeitos sociais, que passam a se colocar frente aos processos conflitantes, em particular, ao uso minerário, ao desmatamento, avanço rural em terras indígenas, pesca predatória, caça ilegal, retirada abusiva madeireira, ameaças de mortes, depredação de sítios arqueológicos, como visto, pelos indicadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Sistema de desmatamento do Instituto do AMAZON, demonstraram um acrescentamento em junho de 2021 de 25% da área desmatada, ainda mais, dados atemorizantes do documento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) confirmou que 72% de todo o garimpo concretizado na Amazônia, encontra-se em unidades de conservação, e no Amazonas estão em 8% da região. Entre muitas informações de meios digitais e repositórios de teses e dissertações acadêmicos, percebemos os conjuntos relativos do aumento acentuado do território Amazonense.

Diante disso, conseguimos realizar um recorte geográfico ponderado em escalas pequenas até a chegada ao estudo em questão. Discutir a respeito dos cenários de uso e ocupação do Alto Solimões, a qual, se encontra a pesquisa de fato, é fundamental na estruturação e visualização de dados referentes a ocupação e uso dos municípios citados no decorrer dos próximos capítulos. A região é composta por nove municípios localizados em uma zona de fronteira, com aproximadamente 256.812 mil habitantes (IBGE, 2010). A calha do rio Solimões

na Mesorregião é responsável pelo acesso de populações e embarcações intermunicipais, a região está adjunta em agricultura de subsistência, pecuária pouco significativa, fortemente vinculada ao extrativismo e a extração de madeira e pesca.

De acordo com Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estão distribuídas em 14 assentamentos na Mesorregião, com 2.606 famílias estabelecidas nas glebas, dessa maneira, totaliza um total de três milhões de hectares reformados, as áreas não podem ser alienadas, alugadas, ou até mesmo cedidos para empenhos privados.

O armazenamento das informações do INCRA encontra-se desatualizadas, é incontestável que a necessidade de estudos inéditos relativos às problemáticas destas populações e seus quantitativos no atual momento. Adiante, não podemos esquecer dos povos indígenas do Alto Solimões com 32 áreas indígenas entre as etnias denominadas, Tikuna, Kokama, Kanamari, Matsés, Marúbo, Kaixana, Matis, Kambéba, Kulina Peno, Korúbo, Witóto, que coexistem em terras demarcadas.

Os territórios habitados por essas populações, tem sido associado a complexas problemáticas sociais, pelos inúmeros conflitos pelo uso da terra e água devido ao aumento expressivo da ação mineradora, madeireiros, grileiros, pescadores mercantis, envolvendo terras indígenas, ribeirinhos, entre outros sujeitos sociais

A região do Alto Solimões longe de ser uma novidade de cenários polêmicos, sua extensão concentra recursos naturais, as quais chama atenção de grupos antagônicos, ou seja, a comercialização dos elementos florestais, rios, terra, do território das populações que habitam estes espaços. A comissão Pastoral da Terra (CPT) tem divulgado informações, de impedimento ao acesso de água, destruição e Poluição em territórios: a) TI Betânia; b) TI Vale do Javari; c) TI Tikuna Feijoal; d) TI Aldeia São José; e) TI Jerusalém do Urutuba; f) Comunidade Monte Santo; g) Comunidade Kambeba.

O episódio em um tempo espacial que ficou marcado e que gerou muitas mortes na Mesorregião do Alto Solimões, foi o chamado Massacre do Capacete, incidido em 1988 no perímetro do município de Benjamin Constant – Am, em um período em que populações indígenas lutavam pela demarcação da TI Tikuna de São Leopoldo, além disso, culminou que madeireiros da região o pegaram de surpresa e assassinaram na frente de suas famílias.

Portanto, podemos também refletir a respeito das atividades de mineração que chamam muito atenção na atualidade em principio na mesorregião do Estado do Amazonas, de tal modo impactam extensões de áreas e na saúde de populações locais, como é o caso do município de São Paulo de Olivença rota de exploração minerária na região, de maneira que o manuseio das

rochas minerárias através de dragas por garimpeiros utilizam o produto químico mercúrio altamente nocivo para os rios e a saúde do povo indígena kambeba.

E nesse sentido, a pesquisa da dissertação se objetivou em: refletir os movimentos sociais e seus processos de territorialização no campo no município de Atalaia do Norte, no Amazonas. Para tanto, buscamos investigar os movimentos sociais que atuam no campo no município de Atalaia do Norte, na área de fronteira; compreender o papel e ações dos movimentos sociais de Atalaia do Norte; apontar e mapear os processos de territorialização presente no município de Atalaia do Norte.

A motivação do estudo, surgiu a partir de inquietações em campos de comunidades indígenas por meio do Núcleo de Cartografia Social da Amazônia, sediado no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, no interior do estado do Amazonas, entendendo o vazio em informações de pesquisas que evidenciam os movimentos sociais e os processos de territorialização existentes em Atalaia do Norte que contém aproximadamente 15.153 mil habitantes (IBGE 2010). Ainda encontra-se um número significativo e diversificado de indígenas como: Kambeba, Matis, Matsés, Kanamari, Mayuruna que se avizinham dos povos Ticuna, Kokama, Kaixana. Além disso, pescadores, agricultores, e também uma pequena porção de imigrantes peruanos.

A dimensão de Atalaia do Norte, localizado no sudoeste do Amazonas, tem como segunda maior terra indígena no espaço brasileiro, o desenvolvimento da sua municipalidade incidiu do movimento do ciclo da borracha que configurou todo o território com o processo de territorialização de seringueiros no século de XIX de região nordeste.

Antes da sua denominação atual, na ocasião chamada de Remate de Males, um pequeno núcleo de mercadores em casas de palafitas na margem do rio, de acordo com a lei estadual n.º 96 de dezembro de 1955, o município foi datado em 1960. A caracterização dos Povos Indígenas no Vale do Javari em Atalaia do Norte tem como territorialidade a terra que marca o seu modo de vida, tem como dimensão de 6.539.950,44 hectares (ISA, 2020) em reservas naturais, exibe uma diversidade linguística e étnica.

Diante desse contexto, muitos dos indígenas da região foram dizimados por conta da diversidade dos recursos das florestas e também por doenças acarretadas pelos brancos e não indígenas para aldeados. Então, antes do processo de homologação, o Vale do Javari, no fim do ciclo da borracha, significou intensa exploração, ocasionando uma redefinição para novos espaços dos imigrantes, a qual decorreu nas extensões do limite da terra indígena. As populações tradicionais, transcorreram entre os séculos adentro das matas e se isolaram para resguardarem suas aldeias. Apesar da homologação da terra indígena em 2001 com o controle

da Fundação Nacional do Índio e usufruto somente dos povos indígenas, o limite territorial ainda padece com conflitos territoriais.

A abertura de madeireiros, pescadores, caçadores, todos ilegais na unidade e ainda mais, atuação do narcotráfico e garimpagem no limite indígena. São as principais formas de conflitos que decompõem e problematizam o território dos povos indígenas da região, além disso, geram desconforto para indígenas.

Após uma série de denúncias para o Ministério Público Federal de Ataques comprovados pela (Funai) na margem do rio, procedeu à destruição de 60 balsas garimpeiras ao redor da terra indígena. As quais, servidores da instituição (Funai) Maxciel Pereira dos Santos e Bruno Pereira, foram mortos em períodos distintos na região do Alto Solimões, o primeiro funcionário trabalhava diretamente no combate ao abuso madeireiro, morto brutalmente com tiros na cidade de Tabatinga em 2019.

O segundo servidor Bruno Pereira atuou como coordenador do Polo de Atalaia do Norte, onde operou frente a índios isolados, proteção e ao combate do uso da terra indígena, foi pego de surpresa na calha do rio itaquai por pescadores próximos da sede de Atalaia do Norte e morto a tiros em 2022.

Os cortes nos orçamentos das instituições que resguardam os povos indígenas do Vale do Javari é uma grande problemática, devido a reestruturação e demissões de funcionários pelo ex Presidente Bolsonaro, recaem em uma zona de muitos problemas. As mortes e os conflitos acontecidos entre os últimos anos, acendeu um alerta que os povos desta região ampla sofrem com esquecimento do poder público federal.

Nesse sentido, outro movimento pelo reconhecimento indígena em uma comunidade de Atalaia do Norte na calha do rio Javari desperta um olhar atento as suas lutas sociais, não nos referimos a demarcação e sim ao reconhecimento identitário deste povo. O aparecimento de São Pedro do Norte se deu pela territorialização de populações kokama da fronteira amazônica, em 1993, que ocuparam um pequeno espaço para a produção da agricultura.

Desse modo, são constituídas mais de 25 famílias, que autoafirmam serem indígenas, esse movimento surgiu em 2004, quando conduzidas as documentações e ofícios para instituições Federais, como o pedido do reconhecimento identitário. Além do mais, a falta de identificação resulta em necessidades básicas, como, por exemplo, iluminação pública, assistência técnica, sistema escolar adequado, transporte fluvial, atenção à saúde, e também políticas públicas do governo brasileiro.

Diante do exposto, o direito de identidade é a ação determinante, pois, a luta está voltada por melhorias e políticas públicas ao povo kokama, salientamos ainda, que as redes de

relações¹ além da fronteira transformam-se como um movimento que causa um impacto positivo.

Em síntese, a pesquisa transcorreu em um levantamento minucioso de informações da mesorregião, até o recorte do objeto de estudo do município de Atalaia do Norte, a qual, apresenta um gama de problemáticas sociais, entre populações tradicionais que buscam segurança territorial, além do reconhecimento étnico cultural identitário.

Caminho Metodológico do desenvolvimento do Trabalho

Para visualização do universo da pesquisa em termos metodológicos da investigação em estudo, utilizamos a pesquisa exploratória, que nos consentiu termos uma visão total dos objetos dos movimentos sociais e os processos de territorialização alusiva ao município de Atalaia do Norte. Para justificar essa escolha, recorro a Gil (2008, p. 46) que diz: “[...] pesquisas exploratórias são desenvolvidas visando proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”.

Nesse sentido, essa abordagem exploratória permitiu obter informações a respeito do panorama organizacional e territorial do Estado do Amazonas. Para isso, a pesquisa desenvolveu-se com a coleta de dados de aplicação de técnicas mistas, tais como: pesquisa ativa de campo, entrevista aberta ou informal com principais interlocutores (diretor do Centro Religioso), João Kokama (Cacique Geral do Movimento Kokama), Franck Rengi Macedo (Vice-diretor, agricultor da comunidade), Laura (agricultora, faz parte da liderança mulher no movimento kokama), Rabin Bardales (Cacique local da comunidade), Felina Grandes Reategue, (Moradora mais antiga e liderança do movimento kokama). Esses indivíduos supracitados foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, por estarem frente ao movimento e terem conhecimento da história do seu povo.

Conforme nos aponta Gil (2008, p. 46). “A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado”.

A entrevista auxiliou na abrangência do processo histórico de formação da comunidade, além de diálogos a respeito dos conflitos dos indígenas Kokamas com grupos não pertencentes ao lugar, como meio de evidenciar suas lutas sociais, em prol do reconhecimento

¹ Encontros anuais realizados pela comunidade kokama, são objetivadas na disseminação de conhecimentos tradicionais entre os povos kokamas da fronteira, peruana, colombiana e brasileira.

identitário. A observação e descrição no campo, foi importante para ter uma interpretação dos seus modos de vida, religiosidade, e técnicas utilizadas para a produção alimentar agrícola.

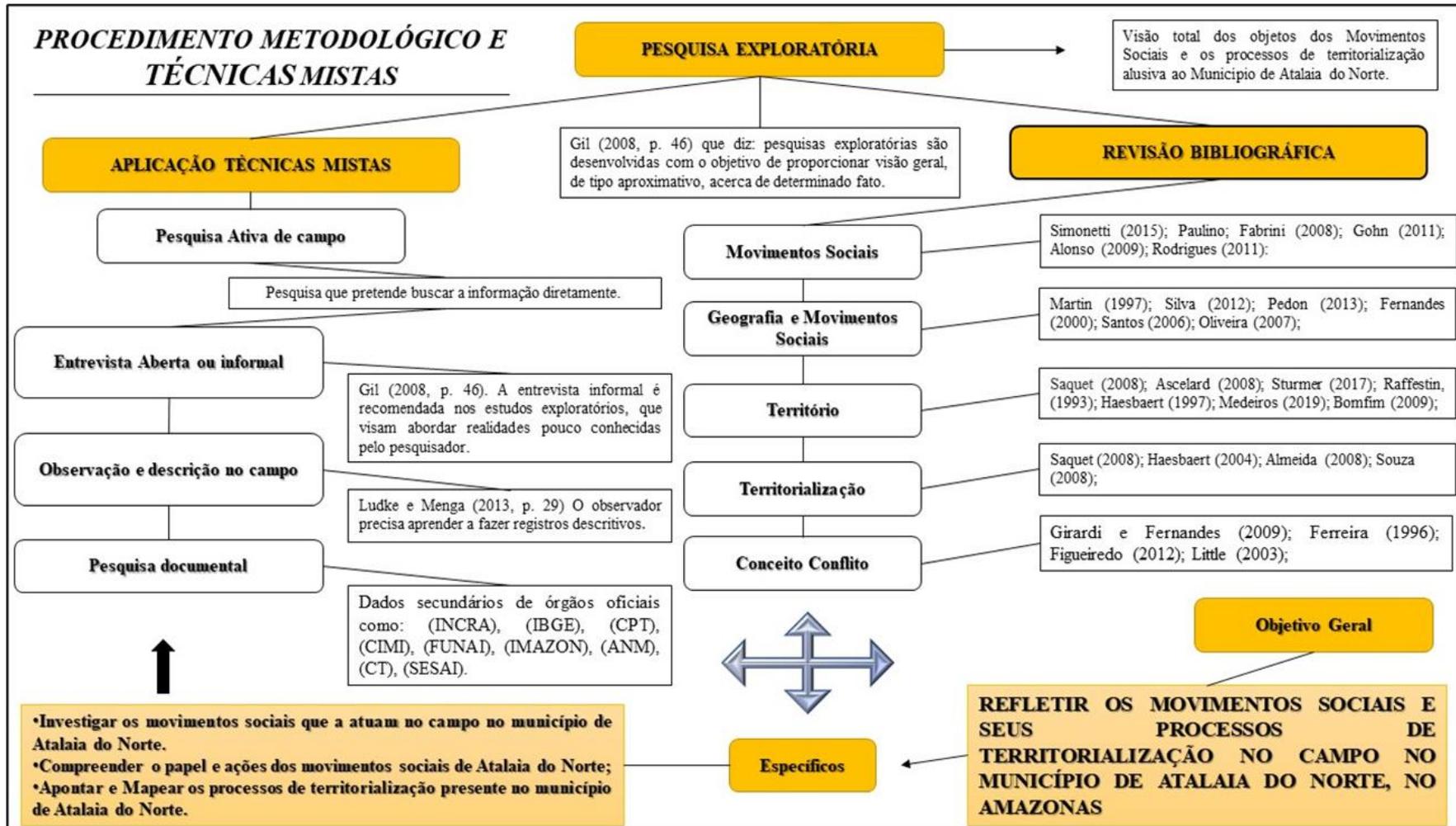
Segundo Ludke e Menga (2013, p. 29). “O observador precisa aprender a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações”. Ao utilizar a observação e descrição, foi possível registrar o processo de confecção do croqui, para determinar e visualizar os conflitos por uso territorial. Como cita, Gil (2008, p. 47): “As pesquisas descritivas são, com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Para tanto, a pesquisa documental auxiliou na investigação por meio da obtenção dos dados secundários de órgãos oficiais como: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Agência Nacional de Mineração (ANM), Constituição Federal (CT), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), entre instituições e órgãos que auxiliaram na edificação da pesquisa, a serem apontados ao longo da dissertação.

Por meio do levantamento bibliográfico alcançamos uma base teórica de abordagens a respeito dos movimentos sociais e conceituais de território e territorialização da ciência geográfica. E por meio, das bases georreferenciadas elaboramos mapas situacionais que evidenciaram a organização situacional dos municípios da mesorregião sobre uso agrário, mineração, fronteira, assentamentos, municipalidades, até o objeto de estudo de Atalaia do Norte.

Assim, neste capítulo, foi apresentado o percurso metodológico escolhido para alcançar os objetivos da pesquisa que possibilitou utilizar o método misto aliada às técnicas de produção cartográficas, sejam pelas oficinas de cartografia, na elaboração dos croquis, junto aos movimentos sociais dos Kokamas. Desse modo, o fluxograma a seguir representar como foi o passo a passo do procedimento metodológico e as técnicas mistas aplicadas para o desenvolvimento do estudo.

Fluxograma 1 – Procedimento Metodológico da Pesquisa e Fundamentação teórica.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

CAPÍTULO I

O PONTO DE PARTIDA CONCEITUAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Este capítulo objetiva proporcionar um exercício reflexivo dos principais conceitos discutidos ao redor dos movimentos sociais, e além disso alcançar uma base teórica dos elementos da temática, a qual, possa ampliar a visão do objeto de pesquisa. A proposta em questão deste assunto tem abrangido os seguintes procedimentos: documental e bibliográfico. Nesse sentido, devemos considerar que o primeiro passo incidi na exploração de fontes de estudos bibliográficos para iniciar as reflexões. Aproveitar-se destacar a importância dos debates sobre a produção de conhecimentos a respeito dos movimentos sociais.

Em concordância com Simonetti (2015, p.36). “Os movimentos sociais têm a tendência de provocar o desenvolvimento da sociedade, questionando princípios e valores dominantes”. Este pensamento é necessário, pois a população através da ação sobre um determinado fator que não esteja de acordo com as pautas reivindicadas provoca as lutas sociais, a princípio a história da sociedade é marcada pelo enfrentamento no campo e nas ruas.

Mediante isso, os autores Paulino; Fabrini (2008, p. 240) também corroboram:

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como a luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos.

Os movimentos sociais se alargam em espaços determinados por passagem da coletividade de pessoas que unificam a principal rota de deslocamento para modificar-se e desenvolver a busca de direitos sobre um determinado espaço ou território. Apreendemos que esses enfrentamentos se conformam no caminhar do desenvolvimento da sociedade no que se menciona à procura por exigências e melhorias.

De tal modo, Simonetti (2015, p. 17) faz o seguinte posicionamento: “Os movimentos são assim situações nas quais fenômenos próprios da vida social manifestam-se de maneira clara para cientistas sociais; fenômenos estes que não seriam vistos em ocasiões cotidianas, quais sejam os limites e possibilidades de atuação de seres humanos sobre si mesmos e sobre a sociedade em que vivem”.

No entanto, os movimentos sociais continuam a ser notados como uma expressão política de alguma classe ou grupo social com interesse de procurar resultados no tocante das determinadas lutas sociais, e ainda a organização entre grupos em coletividade legitima seus direitos mediante ao seu interesse. Para tal propósito, essas ponderações teóricas sobre os movimentos sociais caracterizam-se por ações efetivas de indivíduos coletivamente organizados.

Nesse encontro, faz-se importante destacar que no Brasil dos principais movimentos sociais refere-se a grupos designados popularmente como: a) Movimento Sem Terras, b) Movimentos de Moradores sem teto, c) Movimentos em defesa dos índios, negros e mulheres, c) Movimento Estudantil e Saúde, dentro outros conhecidos que operam na diligência diária para garantia da livre-arbítrio e o direito a identidade. Assim sendo, que os povos indígenas demandam por meio das suas mobilizações sociais em prol dos direitos identitários e demarcações territoriais.

No contexto, de Gohn (2011, p.04).

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente.

As expressões dos movimentos sociais estão inseridas na trajetória histórica da sociedade contemporânea. As oposições concebidas do contido da sociedade se designam em mudanças ao lado com o levantamento de bandeiras identitárias sociais.

Assentado nas ideias de (Gohn, 2011, p. 05).

A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

Diante do pensamento do autor, a produção dos grupos sociais gera mudanças pacíficas sobre a esfera pública por meio da identidade do sujeito sobre o uso de uma determinada ação.

Os movimentos sociais se desdobram por intercessão de lideranças na qual configuram e pensam os contornos mais competentes para as mobilizações em coletividade a favor de concentrar e crescer meios mais eficientes e menos violentos. Em próprio pensamento, Alonso (2009, p. 55) diz que a mobilização é um processo pela qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação.

Os movimentos sociais são observados pela sociedade, por meio do avançar tecnológicos que viabilizou a promoção de informações no que diz acatamento ao tema movimentos sociais.

De acordo com Alonso (2009, p. 61):

Os movimentos sociais aparecem, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil.

A demanda dos movimentos sociais é simbólica e objetivada para o reconhecimento de identidade sobre o território e espaço. E assim, a ação das pessoas é fundamentada na organização simples, em situação dos ambientes conflitantes. A busca dos novos movimentos sociais coexistentes, estão plantados nas afinidades cotidianas do sujeito em particularidades. Dessa maneira, podemos notar a complexidade do objeto dos movimentos sociais, pois não é algo imóvel e sim reativado em direções ao desenvolvimento.

Por outro lado, Gohn (2009, p. 67) diz que: produção teórica sobre os movimentos sociais é dado pela concepção de mudança social e pelo interesse particular de seus mestres pelos temas do “desenvolvimento de comunidade” e pelo processo de participação e educação “para o povo”.

A pressuposição do contexto da autora socióloga Gohn, e relaciona-se à opinião de distinguir os movimentos sociais como “ações sociopolíticas” desenvolvidas por sujeitos ou atores coletivos de classes sociais dessemelhantes. Acrescenta-se também a ideia, que os movimentos sociais estão numa conjuntura de relações de categorias desiguais. A exemplo disso, temos a camada superior de nível igualitário que caminha em defesa de seus direitos aproximados, e que de fato estão na mesma hierarquia. E a classe inferior se movimenta, a partir de um processo de identidades em espaços coletivos não institucionalizados.

A contestação sobre os movimentos sociais na contemporaneidade tem admitido muitas conformações teóricas. De modo, que cabe as ciências sociais, a qual, vem adotando um cultivo expressiva alicerces teóricos e clássicas de estudos voltados aos novos e antigos movimentos sociais na sociedade, assim como, uns dos seus componentes de ponderação.

Nesse sentido, Rodrigues (2011, p. 156) acentua que: Ao mesmo tempo, os agentes elegem uma “luta” para simbolizar a emancipação desejada. Podemos usar como exemplo os agentes que elegem a luta por moradia como uma forma de acumular forças para a transformação social.

É significativa a relevância dos movimentos sociais em direção à liberdade das pessoas em exercer a defesa, ou melhor, a promoção de sua independência, essas relações dos grupos coletivos promovem mudanças sociais e políticas no contexto socio territorial. Em síntese a luta pela ‘identidade’ tanto de mulheres, negros, indígenas, e também movimentos pela, educação, saúde, alimentação, moradia e assim por adiante. É correto essas expressões que designam a ação coletiva das sociedades para seus determinados seus desígnios.

Para isso, Rodrigues (2011, p. 09) cita que: Nessa perspectiva teórica, as escolhas identitárias, inclusive dos agentes dos movimentos, incluem-se em momentos de decisões, tendo em vista a adesão a determinados projetos políticos e discursos. Assim, podemos circunscrever os movimentos sociais nesse interstício entre cultura e política, como sujeitos que mobilizam repertórios culturais em suas lutas políticas.

É nesse aspecto, percebemos que os subsídios teóricos sobre a temática movimentos sociais, tem emergido ou surgido, transversalmente de mobilizações sociais, contestações coletivas de um determinado sujeito ou atores sociais que começa a reivindicar, tanto, melhores condições trabalhistas, territoriais, alterações nas legislações, podemos articular também a expressão própria do direito à liberdade de ir e vir contextos importantes a ser mencionados.

A proposito os movimentos sociais é até a maneira de fazer política de tal modo para contestar as instituições e estados. E essa transformação se dá de lado a lado de um embate político que as pessoas alcançam decompor a sua realidade. Por consequência disso, o reconhecimento dos movimentos sociais é manifestado como então um sentimento de enfrentamento contra intimidações lançadas por instituições, estado, conflitos sociais, dentre outras formas.

Em virtude das abordagens apresentadas sobre o tema “Movimentos Sociais” torna-se perceptível que este campo desafia muitas questões sociais de comunidades ribeirinhas, povos indígenas, e dentre outras. A pertinência do contíguo teórico sobre o assunto é relevante e significativa a respeito do tema que nos propõe a pensar sobre a realidade geográfica e social da sociedade.

1.2 Uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais: Algumas Contribuições

1.2.1 Por uma Geografia dos Movimentos Sociais

O empenho da ciência na ótica geográfica a favor dos movimentos sociais, como objeto a ser analisada, isso adveio no processo da renovação da geografia nas décadas de 1970 à de 1980. Essa renovação diz a respeito do rompimento da geografia tradicional que na ocasião era descritivo para ampliação de novos conhecimentos críticos, sistemáticos, quantitativos, ou seja, a proposta ampla em “fazer geografias”.

Para Martin (1997, p.02) Neste tempo em que se intensifica o processo de “globalização” há, no entanto, o desenvolvimento dos movimentos sociais localizados, notadamente no Brasil. Assim, a tarefa dos geógrafos, busca compreender esse aparente paradoxo. Ora, ao contrário de outros pesquisadores, como: sociólogos, economistas, antropólogos e tantos outros cientistas sociais, os geógrafos não se dedicaram muito ao estudo no que se refere aos movimentos sociais.

Enquanto a isso, a velocidade dos avanços da globalização tornou importantes nas averiguações sobre a temática movimentos sociais, haja visto, que entre as décadas 70 e 80, problemas existentes nesses tempos constituíam poucos conhecidos, pois que levava algum momento para ser noticiado, hoje em dia, com os avanços tecnológicos, em apenas alguns segundos ou minutos é noticiado.

Nessa época manifestaram numerosas movimentos significativos, a qual difundiram-se em espaços políticos ativos para exigências e mobilizações da sociedade. Entre os movimentos sociais, como tais, camponês, sindical, saúde, transportes, entre outros, que arremessaram e induziram ao estudo da geografia em relação aos movimentos sociais.

Nesse sentido, Silva (2012, p. 07) destaca que:

A geografia é o campo do conhecimento científico que analisa e explica os fenômenos sociais através da ótica espacial. Os geógrafos que se dedicam à temática dos movimentos sociais, hoje, no bojo da geografia, analisa-os partindo de sua dimensão espacial, pois é pensando no espaço que o próprio movimento constrói suas estratégias iniciais, através da própria escola do lugar que será ocupado. É apenas a partir da espacialização do movimento que a luta continua, pois a conquista de um espaço e a formação de um território são condições essenciais à continuação do movimento e à busca de conquistas para o espaço/território.

Com essa, justificativa alegado pelo autor de natureza reafirmar que as contribuições do geografo foi em conduzir seus elementos geográficos dos movimentos sociais, a partir das

categorias de espaço/território, a quais tornam-se as principais abordagens teóricas analisadas pelos que produzem conhecimento sobre a temática em especial. No pensamento de Pedon (2013, p.10) Associada às relações de poder que os homens estabelecem entre si, cuja manifestação confere ao espaço a condição de território, a ação política de grande parte da classe trabalhadora envolve, incontestavelmente, a conquista do espaço.

É notável, que o desdobramento dos estudos geográficos sobre os movimentos das sociedades tem assumido o maior destaque em especial no que concerne as relações de poder e suas fragmentações na dimensão do território e espacial.

O papel crucial da “geografia dos movimentos sociais” é compreender as características da sociedade no processo cotidiano de cada sujeito ou atores em seus territórios construídos e reconstruídos com o tempo. Inclusive na ótica geográfica, interpretar e se aprofundar nas significações dadas pela condição do sujeito em buscar delineamentos reivindicatórios.

A visão geográfica a respeito dos movimentos sociais tem evidência na compreensão das relações sociais, especialmente como base o território. Os movimentos sociais estão inseridos sobre a questão da perda do território, ou seja, resultando em conflitos por consequências do artifício de lutas e resistências em defesa dos seus territoriais, esses detrimientos muitas das vezes pagam um alto preço de vidas ceifadas, provocadas pelas defloras contestações por espaços.

Para Fernandes² (2000, p.11)

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não sejam apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização.

Segundo Silva (2012, p. 10) uma das principais contribuições que os geógrafos deram à compreensão dos movimentos sociais foi a assunção da base territorial, voltando o olhar para a escala da vida onde estão as possibilidades para o despertar de uma autoconsciência capaz de gerar mudanças.

A geografia atua na compreensão dos movimentos sociais por meio ou a partir da dimensão do espaço e do território. Então, as construções das relações sociais na sociedade é um elemento fundamental dessa abordagem da geografia dos movimentos sociais.

²Texto, movimento social como categoria geográfica do professor Bernardo Mançano Fernandes. Atuante nos estudos dos movimentos sociais no Brasil, principalmente no MST.

Em consonância com Santos (2006, p. 215):

Espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”. É prescindível a necessidade da visão geográfica de ver o mundo de diferentes formas na qual a construção da identidade, antes de tudo está inserida no espaço, além de ser desigual para a sociedade cujo suas relações atualmente estão divididas e se renovam com os problemas postos no espaço.

Ajuizamos que esses problemas hígidos e pôr a relação do homem pela atitude de uso de forma diferenciada ao produzir e reproduzir o espaço. Assim, para reproduzir a sociedade precisa de uma superfície delimitada no espaço/território para manter a identidade durante suas relações.

Seguindo em questão do território e dos movimentos sociais o professor geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que:

Então, esse território, essa disputa pelo território é que forma parte da razão de ser da nossa sociedade. Por isso, ninguém pode encher a boca e falar: “mas a propriedade é minha”. Calma lá. Ela está submetida ao controle social. E os movimentos sociais, no meu entendimento, nasceram exatamente do fato de que nossa sociedade não cumpre a Lei. Aqueles que se cansaram de esperar pela reforma agrária, pois a lei não era cumprida, trataram de ir à luta. Por causa da luta deles que um pouquinho de Reforma Agrária se faz neste Brasil. Oliveira (2007, p.03).

Quanto a essa ponderação, chegamos ao ponto que nosso entendimento sobre os movimentos sociais na geografia é incorporado em um espaço de vida dos indivíduos, a proposito defendem seus direitos com esforço de reafirmar sua identidade. É mais interessante que no ajuizamento de Pedon profere que (2013, p.11) a explicação para essa conceituação se baseou no fato de que, no caso focalizado, o espaço não constituiu somente um recorte empírico ou base que sustentava a organização popular, mas sim o território a partir do qual as vivencias compartilhadas formaram uma “energia” capaz de mobilizar os moradores que se voltaram ao embate político.

O ser humano assume a função importante na organização e nas lutas sociais, e nesse sentido, a geografia no que diz respeito aos movimentos sociais vai em direção a compreensão dos movimentos dessas classes nos territórios, espaços. É no tocante Pedon fala que (2013, p.12): a proposta de conceituação dessas manifestações numa perspectiva geográfica baseia-se na formulação e emprego dos conceitos de movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, inserindo, dessa forma, a perspectiva geográfica no campo da teoria social crítica.

Mediante, ao chamado movimentos “socioespaciais” citado acima segundo Martin (1997, p.05) dá a seguinte explicação:

Uma geografia dos conflitos socioespaciais localizados é também uma geografia das confrontações locais de poder, na qual o filósofo Michel FOUCAULT (1988), foi lançando alguns elementos de problematização, na temática de uma verdadeira “microfísica do poder”. Segundo o autor, o poder é sempre exercitado a partir de inúmeros pontos, no jogo de relações inigualáveis e móveis. E, onde existe poder, há necessariamente também resistências que são dos seguintes modos: possíveis, imprescindíveis, espontâneas, selvagens, rastejantes, violentas, e etc. E como essas lutas são distribuídas em pontos e focos de formas irregulares, há de fato uma geografia muito específica dos conflitos localizados, e os movimentos socioespaciais são assim pensados em sua espacialização e territorialização.

Este pensamento é necessário, pois que é, pontos cruciais dos movimentos socioespaciais a quais contribuem na corrente dos pensamentos da geografia dos movimentos sociais. E nesse sentido, as abordagens conceituais da geografia brasileira no que concerne a temática movimentos sociais estão focalizados em um movimento “socio territorial” e “socio espaciais”, contribuindo para expressão da ciência geográfica dos movimentos sociais.

Mediante isso, alguns fatores históricos contribuem para o fundamento dos movimentos sociais na geografia, conforme Pedon (2013, p.40);

O espaço, na sua expressão territorial, abarca a totalidade concreta dos processos de produção, distribuição/circulação e consumo, articulados com as dimensões políticas e ideológicas (superestrutura). A luta de classes insurge como síntese contraditória entre as práticas e os interesses das três classes sociais fundamentais: a burguesia, o proletariado e os proprietários de terra. A contradição entre classes é contínua, assim como é contínua a transformação do território. Da mesma forma que a configuração territorial manifesta as estratégias de reprodução do capital ele envolve as lutas de emancipação e resistência. O conceito de território, entendido como expressão espacial da luta de classes, é definido, então, a partir das relações de poder ensejadas pelo conflito permanente entre capital e trabalho.

No entanto, ponderar e compreender as relações sociais do ser humano é uma tarefa designada para geografia, pois de fato, o sujeito social se mantém no espaço que é um elemento da visibilidade do movimento humano e categoria específica da geografia. Além disso, temos outros movimentos sociais que a geografia incluir.

Como explica Pedon (2013, p.191)

Os Movimentos sociais como os movimentos feministas, os movimentos antirracistas, o movimento pelo reconhecimento dos homossexuais e os

sindicatos possuem uma espacialidade, de forma que, para eles, a denominação de movimentos socioespaciais. O sindicato, por exemplo, possui um base territorial de jurisdição na qual pode instituir delegacias ou seções, para assistir os associados e a categoria econômica ou profissional representada. O movimento pelo reconhecimento dos homossexuais é presente nas passeatas (as chamadas “passeatas gays”) uma das formas mais expressivas de dar visibilidade às suas demandas, tendo a passeata constituída da tomada momentânea de certa parcela do espaço.

Esses movimentos socio espaciais lutam pela visibilidade e reconhecimento identitário em um espaço momentânea e político social.

Então os movimentos socio territorial a contestação triunfar do território, a partir do acesso do espaço ou não específicas no espaço geográfico. Exemplo diferencial do anterior é o movimento sem-terra chamados de MST, a qual, não possuem terra ou teto por meio do ato de ocupação criam e recriam relações de uso territorial.

Como explicar Pedon (2013, p. 201):

Os movimentos socioterritoriais são, portanto, mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento. É importante apontar o caráter condensador desses dois elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais porque eles compreendem, de forma relacional, os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desse tipo especial de mobilização. O significa dizer que os movimentos socioterritoriais se estruturam a partir das agenas de luta por meio das quais são relacionadas as ideologias, os propósitos, os interlocutores (as negociações com o estado e com os agentes capitalistas) e as estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta), e que, ao mesmo tempo, desempenham papel de instrumentos de conformação identitária.

Sob o mesmo ponto, os movimentos socio territoriais tem sua maior expressão na contestação de conflitos sociais internos em virtudes dos movimentos articulatórios que geram embates. Além do mais, o espaço para a reprodução da vida é essencial, enquanto isso a relação do sujeito não for afetada seu cotidiano continua o mesmo, mas no caso tenha contato de cometimentos privados ou grupos antagônicos que dirigem abusar dos recursos deparados no seu território, ora, geraria conflitos intensos.

O campo da geografia como constituiu conjeturado nas abordagens, e reforçam os estudos entre o espaço rural e o espaço urbano, na qual teve um ponto de partida nos estudos da geografia dos movimentos sociais que serviram como referencial dos geógrafos brasileiros para a construção teórica. Completamos, que essas abordagens teóricas representam uma gama de estudos a respeito da geografia dos movimentos sociais, entre os subsídios conceituais

“socioespaciais” e “socioterritoriais” entre as relações dos sujeitos sociais que compõem a temática estudada.

1.3 Pensar sobre: Território, Territorialização e Conflito Sócio Territoriais, uma breve Costura de Abordagens.

1.3.1 Território

A categoria de território é uns dos alicerces conceituais mais aproveitadas na geografia e encontrar-se diretamente ligada ao espaço. Sua acepção peregrina juntamente com o pensamento da corrente da ciência geográfica, ligada tanto a geografia humanista, fenomenológica e crítica.

Mediante, a reflexão de Saquet (2008, p. 81) considera que;

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é o nível visível e percebido deste processo.

O território é o produto de afinidades humanas que se alarga na cotidianidade do ser e no tempo, o homem cria configurações de produzir meios para sua sobrevivência e também ao alterar-se o espaço. A reverência do tema espaço “natural e social” do território a qual referimos a ideia do geógrafo “Saquet” no que diz a respeito do natural quando não houver nenhuma interação do homem e o social como práticas sociais dos seres humanos. A dizer sobre o conteúdo nas palavras de Ascelard (2008, p. 03) faz a seguinte assertiva: “O território é construído na interação sociedade-natureza, dentro de um amplo continuum de relações que envolve desde os territórios mais tradicionais e “enraizados”, como o território de alguns grupos culturais de vinculação mais estreita com a terra e o território”.

As noções de território se consolidam em ocasiões do tempo, significa pensar a partir da sua interpretação que fica ligada diretamente para o nível real. Ou seja, a produção das relações é desempenhada por pessoas ou grupos coletivos e está inseparável em todas as relações sociais no espaço.

Para Sturmer (2017, p. 07) A ideia de um território que resulta de múltiplas determinações e em diferentes escalas, pois as relações de poder que delimitam o espaço para formar um território as perpassam em vários sentidos e direções.

Esta abordagem conceitual resulta em múltiplas definições em escalas de pensamentos. Nesse sentido, percebe-se que conceituar território não é uma tarefa tão simples, vejamos isso a partir da elucidação de Saquet (2008, p. 79) apud (Raffestin, 1993, p.7-8).

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias.

Para ele o território é uma produção a partir-se do espaço, assim, revelando relações marcadas pelo poder como citado acima, as abordagens sobre a temática território ostenta dessemelhantes pontos na ótica geográfica de análise, ora o território como área, limite, terra, ou relações sociais de apropriação e poder.

A respeito do exercício de compreender as bases conceituais do território reúne-se uma bagagem enorme em múltiplas definições.

Nesse contexto Haesbaert (1997, p. 32); apud afirma que (LE BERRE, 1992, p. 618).

Território tem sido uma expressão ambígua, que pode designar desde um espaço social qualquer, como predomina no senso comum e entre alguns geógrafos, até um espaço marcado e defendido por determinadas espécies animais, seu espaço de sobrevivência, como é definido pela etologia. Pode ter tanto um sentido totalmente abstrato, como o “território da filosofia”, quanto muito concreto, o “território dos Estados-nações”.¹ Originário do latim *territorium* (por sua vez derivado de *terra*), o termo figurava nos tratados de agrimensura significando “pedaço de terra apropriada” e só se difundiu efetivamente na Geografia no final dos anos 70.

Em outro, pensamento de Haesbaert articula que o (2004, p. 01): Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Além disso, a definição também determina assuntos regressadas para relações entre a sociedade e o espaço. Nada obstante, a importância da categoria de território é assim processos históricos de todas as relações sociais com a realidade.

Para Saquet (2008, p. 79)

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem: a língua natural para uma representação literária, a linguagem gráfica para o desenho e pintura, a linguagem plástica para a escultura, a linguagem sonora para uma representação musical, as diversas linguagens, simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas.

Entretanto, é essencial compreender que o território se forma a partir do espaço geográfico e a partir da ação do ser humano ao se apropriar de um determinado espaço que se modifica com o tempo por meio de atividades sociais como aspectos culturais, econômicos e políticos. Apoiando-se em Saquet (2010, p.08): o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo.

Nesse sentido, a fronteira entre países delimita o território, marca a relação de poder sobre uma representação de imagens cartográficas. Por meio da linha internacional entre estes espaços defendidos e cobçados, consisti em uma força simbólica entre os países e é muito efetiva para aqueles que habitam em determinado território. Para Medeiros (2019, p.218): Território é, pois, um novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e dos valores.

O espaço e território, são inseparáveis, pois que, as relações sociais que produzem os territórios, não podemos dissociar as duas categorias geográficas. Mediante, Andrade (2004, p. 20) A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Na medida percebe-se em que as abordagens do território resultam em uns conjuntos de definições.

De acordo com, Bomfim (2009, p. 13):

Um território sugere uma percepção espacial (ou pelo menos um proprietário), pois a boa terra nutriz é preciosa e rara, e tem um preço, sendo virtualmente cercada, supõe uma defesa em caso de invasão. O território implica uma extensão e um limite baseados numa apropriação forçada ou não (imaginada ou vivida), caracterizada tanto pelo espaço ocupado como por aquele que o ocupa.

O território assume muitos conceitos e estabelece limites que são demarcados com o processo histórico do ser humano, e essas abordagens conceituais de territórios, deve ser entendido como relações do ser humano com espaço, e a partir dele, e desse modo se cristaliza-se o uso do território.

1.3.2 Territorialização

Em relação a territorialização, Saquet (2008, p.83) apresenta o seguinte conceito:

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo

multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades.

Nesse contexto, Haesbaert (2004, p. 05) cita que: Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material “funcional” do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura.

Concordamos com a afirmação do autor ao dizer que a territorialização são processos de “relações de domínio e de produção do espaço”, com o tempo as sociedades transformam o território em meio de sobrevivência, dessa maneira, criando formas de forças de trabalho e utilização dos recursos disponíveis como também, aspectos culturais e a identidade.

Nesse sentido, Almeida (2008, p. 118) diz que: O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao estado.

Diante disso, as configuram jogos de forças sobre mobilização de sujeitos sociais que dão dinâmica ao espaço modificando e estabelecendo o sentimento de pertencimento de certos grupos de pessoas que vivem no mesmo espaço, as relações determinam o movimento de identidade como sendo algo pertencente.

Segundo Haesbaert (2004, p. 05 e 06) os objetos da territorialização são:

Podemos, simplificarmente, falar em quatro “fins” ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira). disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados); construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

A acepção de territorialização tem muito a ver com as manifestações de sujeitos sociais com o espaço e tempo e seu artifício de territorialização tem uma ligação direta com a construção de forças de poderes, a exemplo disso, temos as reivindicações de terra para o uso comum de uma dada população. O limite entre os territórios simboliza os seus marcadores territoriais, por meio, desse aspecto delimitado territorial as relações são praticadas pelos sujeitos nos espaços, tal como, por exemplo podemos citar as terras indígenas, assentamentos rurais federais, territórios quilombolas entre outros, eles criam elementos de planejamento e produzem controle dos dados territórios.

Ainda sobre isso acrescenta, Haesbaert (2004, p.03)

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o estado, empresas, instituições.

Os princípios fundamentais do processo de territorialização são as ações adequadas dos sujeitos, pois são estas ações que determinam a condição de vida do no meio onde estão inseridos e suas relações de poder, como também suas prioridades, e os problemas que estão penetrados no espaço.

Sobre as relações de resistência e territorialização, Souza (2008, p. 66) diz que:

A mim têm interessado, em primeiro lugar, as ações coletivas que se traduzem em ativismos sociais e, mais ainda, em verdadeiros movimentos sociais emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, práticas espaciais; se examinarmos suas ações de resistência, verificaremos que elas são, quase sempre, também ações de territorialização.

O mesmo autor acrescenta:

Essas ações de territorialização, porém, se concretizam em uma escala temporal de curta ou curtíssima duração, e são sempre marcadas, como é óbvio, pela instabilidade, às vezes pelo confronto violento com o Estado: é o que ocorre com um prédio ou terreno ocupado por uma organização de sem-teto, em que as pessoas estão expostas a um risco de despejo e de sofrer agressões; é o que acontece, também, com uma rua ou uma estrada bloqueada por piqueteros ou sem-teto.

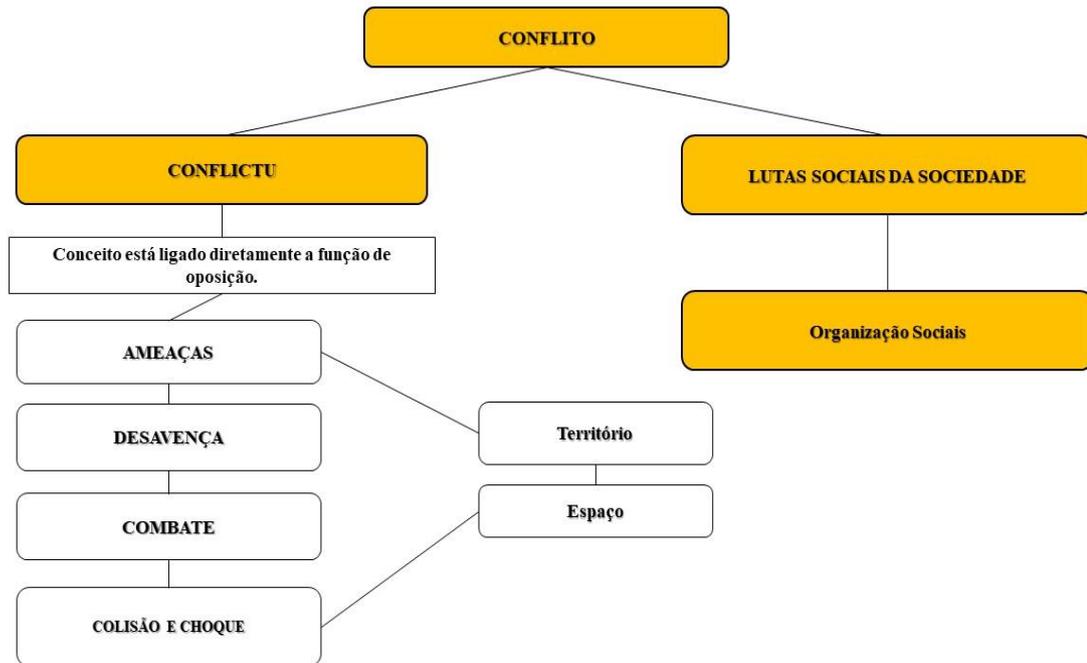
Em razão, do conceito de territorialização são abordagens que procede de muitas multiplicidades como diz o professor Haesbaert, nos quais envolve a capacidade mobilizatória das coletividades das sociedades em temporalidades, a qual se mobilizam frente ao embate político e suas expressões sociais ao reivindicar, identidade, direito, melhorias, dentre outros, portanto, os subsídios conceituais citados tornam-se produtos inseparáveis para construção do arco teórico da territorialização.

1.3.3 Conceito de “Conflito” círculo motriz da dinâmica sócio territorial

Entendemos, a importância de conceituar o elemento conflito para adentrar a respeito dos movimentos sociais. Portanto este conceito, estar intrinsecamente ligado nas relações sociais da sociedade com espaço e território. Para definir, segundo Ferreira cita (1996, p. 363), conflito vem do latim *conflictus*, embate dos que lutam; discussão acompanhada de injúrias e

ameaças; desavença; guerra, combate, colisão, choque; o elemento básico determinante da ação dramática, a qual se desenvolve em função da oposição e luta entre diferentes forças. A partir deste conceito, construímos o fluxograma abaixo representa a definição.

Fluxograma 2 – Panorama Organizacional das abordagens de conflito



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Dessa maneira, compreendemos o esforço de definir o conflito de modo que é essencial a qual ele pode ser provocado como estímulos que desfecham respostas dos sujeitos sobre a confrontação dos seus limites territoriais e envolve uma expressão coletivas da sociedade.

Por meio das relações sociais da vida humana na cotidianidade dos territórios acontecem e caracterizam os conflitos territoriais. A respeito a isso, Girardi e Fernandes ³(2009, p. 341) dizem que o conflito é compreendido não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em escalas geográficas.

Ao tomar como referência a definição feita pelo o autor, entendemos que o artifício da ponderação é o “conflito” que se desenvolve a partir de ameaças indesejáveis no âmbito territorial. Segundo Figueiredo reforça que: (2012 p.25) O conflito é um fenômeno social,

³ Texto em Capítulo referente “Geografia da conflitualidade no campo brasileiro” do Professor, Eduardo Paulon Girardi referente ao livro “Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas” a diversidade das formas de lutas no campo. Org. Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo.

multi-dimensional, parte integrante da existência humana, essencial para o processo evolutivo da humanidade e para a transformação social.

Baseado na ideia de Little (2003),

Os conflitos podem ser pensados a partir de grandes tipologias que os caracterizam: a) a sua relação em torno do controle sobre os recursos naturais disponíveis; b) em torno dos impactos gerados pela ação humana, sendo estes sociais ou ambientais; e c) a partir de valores e modos de vida divergentes ou ainda de ideologias não consensuais.

Para o autor, é atraente refletir sobre o que está em jogo nos processos de mediação, considerando uma identificação e análise dos sujeitos sociais e das veemências que denotam a disputa. E nesse sentido, os principais subsídios motrizes da dinâmica sócio territorial é o “conflito”, as quais refere-se as relações sociais dos sujeitos decorrentes com apropriação e impactos indesejáveis do uso territorial.

CAPÍTULO II

PANORAMA ORGANIZACIONAL E SITUACIONAL DO TERRITÓRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

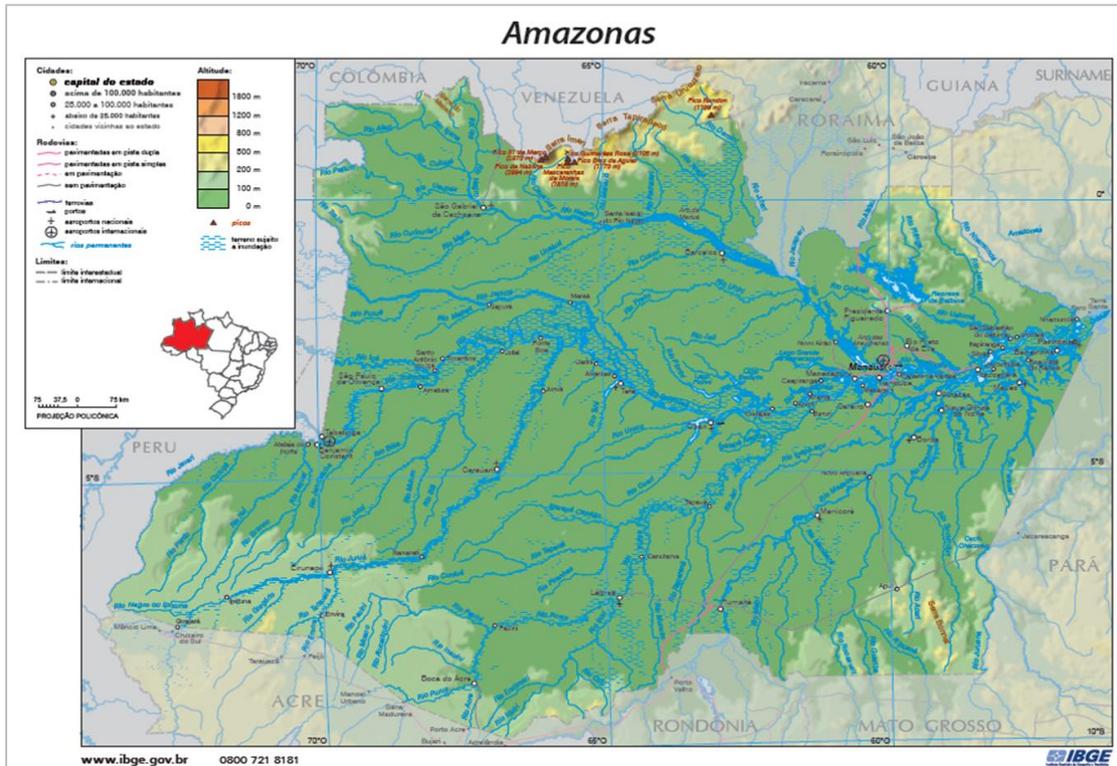
O estado do Amazonas tem uma ampla extensão espacial do território brasileiro é um dos Estados da região norte do Brasil que há grande diversidade de flora e fauna amazônica brasileira. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Amazonas apresenta uma estimativa populacional de mais de 4.269.995 indivíduos na área territorial 1.559.167.878 km² informações do ano de 2020. Colacionando o presente dado do último censo (2010), permaneciam mais de 3.483.985 pessoas habitando. Nota-se que ocorreu um elevado crescimento demográfico na unidade territorial nas estimativas atuais.

A disposição geográfica do estado localiza-se na região norte a quais faz fronteira internacional com os países da (Venezuela, Colômbia e Peru), encontram-se ainda com outros estados vizinhos, como, Roraima, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Acre.

Acrescenta-se também os principais rios trafegáveis do estado, “Solimões, Negro, Madeira, Purus e o Juruá”. Assim como, sua organização territorial tem a uma divisão de 62 municipalidades em todo o entorno do seu limite político. Além disso, a sua posição geográfica está marcada por avanços da demarcação de terras como dos assentamentos rurais, terras indígenas, quilombolas, áreas de proteção ambiental.

Para entender o aparelhamento territorial, podemos observar na figura o mapa de localização abaixo fornecido pelo banco de dados do IBGE⁴ a seguir que demonstram, as cidades, rios, terrenos sujeitos a inundação, limite interestadual, altitudes, rodovias e aeroportos, e outras elementos territoriais do Estado.

Figura 1 - Localização do Estado do Amazonas



Fonte: bancos de dados (IBGE/2010).

Como vimos acima, a amplitude do estado, encontra-se também uma diversidade populacional e organizacional. Referente as analogias sociais dos sujeitos que habitam este território são de suma acuidade para reprodução da vida deles no espaço geográfico amazonense, de modo, não podemos esquecer das populações tradicionais e suas áreas delimitadas. A população indígena vivente gira em torno de 160.680 pessoas segundo o IBGE, 2010. Tanto quanto isso, contém limites definidas dentre do estado de 178 terras indígenas dados proporcionados pela FUNAI, 2020.

Segundo, as informações da fundação nacional do índio (FUNAI):

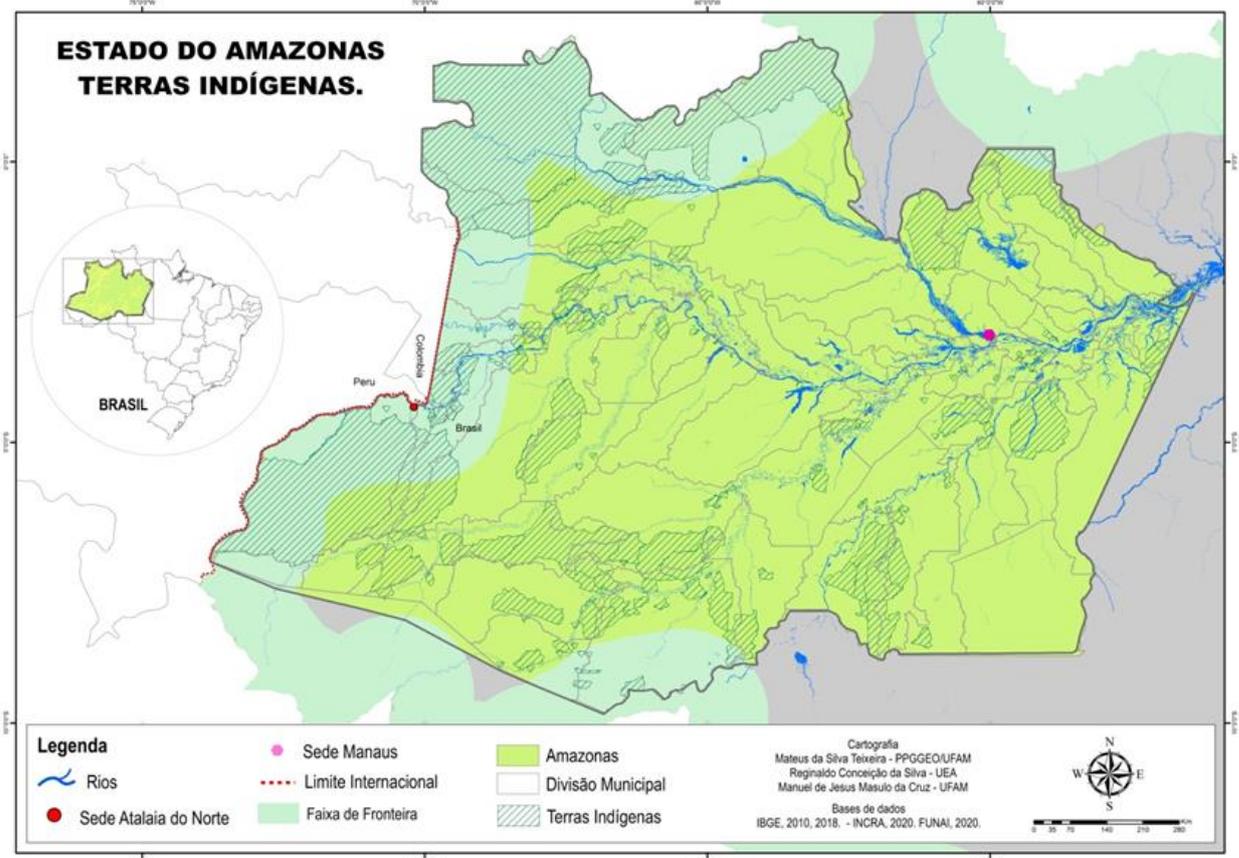
Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, a qual após regular processo administrativo de demarcação, conforme os preceitos legais instituídos, passa, após a homologação por Decreto Presidencial para a propriedade da União, habitada por um ou mais comunidades indígenas, utilizada por estes em suas atividades produtivas, culturais, bem-estar e

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE

reprodução física. Assim sendo, se trata de um bem da União, e como tal é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. Nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º 1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas: São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. (FUNAI, 2021).

Mediante, as informações das terras indígenas tradicionalmente ocupadas pelos povos segundo os documentos vigentes da constituição 88 do “Estatuto do Índio” nome estabelecido para a lei 6.001. As terras demarcadas indígenas têm como fundamental importância na preservação cultural e ambiental dos povos, além disso, mantém também a redução dos conflitos por terras, a quais reforçam melhor atendimento de saúde, especificamente para a população indígena da região norte e como todo Brasil. Para observar as terras indígenas localizadas no estado do Amazonas, podemos compreender no mapa a seguir.

Figura 2 - Estado do Amazonas terras Indígenas.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (FUNAI/IBGE).

Nesse sentido, as demarcações de terras indígenas, possibilita a autonomia dos povos tradicionais no Brasil, de maneira especial no estado do Amazonas. Trazemos ainda outra questão referente a saúde nesses locais, sendo outro fator categórica, pois que são vulneráveis

a doenças e a epidemias. Assim sendo, os territórios marcados ou delimitados, beneficiam a cultura e além disso os povos isolados, segundo, (PNCSA/2021) boletim informativo do vale do Javari – Atalaia do Norte AM. A proteção territorial dessas áreas por meio da medida protetiva, promove a proteção ambiental da biodiversidade. No mesmo, pensamento de Faria e Osoegawa (2021, p.16) O direito à terra é um direito fundamental dos povos indígenas, essencial para o exercício do direito à vida, da dignidade humana dessas coletividades e para o exercício dos direitos culturais e políticos.

Enquanto a isso, o panorama organizacional do estado do Amazonas, e distribuídos em assentamentos rurais, nas quais são terras desapropriadas e improdutivas que transitam na administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a qual, difundidas para uma função social, e essas unidades são definidas de lotes ou glebas o tamanho dessas integrações seriam inferiores a 100 hectares.

Sobre o panorama histórico da reforma agrária no Brasil e a criação do INCRA segundo o pensamento de Tourneau e Bursztyn (2010, p.114) ressaltam que:

No plano nacional, a discussão em torno de uma reforma agrária tomou corpo a partir do fim dos anos 1950. A partir de 1962, alguns passos foram dados nessa direção, com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e a tentativa do presidente Goulart de desapropriar imóveis próximos às estradas e obras federais, para reassentar agricultores sem terra. No entanto, a forte reação das elites rurais e de seus aliados urbanos (inclusive a Igreja Católica) serviu de base ao golpe militar que derrubou o governo civil, em 1964, e instalou no Brasil um regime de exceção que durou até 1985.

Diante disso:

Em 1970, extinta a estrutura governamental de fomento à reforma agrária, foi criado o INCRA. O novo órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes. Por um lado, os focos de tensão fundiária nas áreas de ocupação consolidada – a luta pela terra por pequenos agricultores com ou sem terras – seriam objeto de uma ação governamental coordenada. Por outro, no lugar de promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados (colonização). Esse deslocamento do eixo da política fundiária, com o INCRA agindo, sobretudo, no aspecto “C” (colonização), em detrimento do aspecto “RA” (reforma agrária) é crucial como explicação da dinâmica territorial brasileira desde então.

Concordamos, com as meditações dos autores sobre os percursos das reformas agrárias brasileiras, já que, significou fundamental nas mudanças da estrutura fundiária abrindo novas promoções de ocupação para agricultores criando-se uma função social das terras rurais. A respeito do assunto, as áreas de assentamentos na atual ocasião é um dos elementos do mundo rural da Amazônia legal. Em virtude da questão da evolução dos assentamentos na Amazônia

possibilitou criar novas modalidades de assentamento para se adequarem a vengação dos impactos ambientais. São aparelhados por categoria de grupos para projetos designados e reconhecidos pelo Incra.⁵ No quadro além, podemos notar as funções e siglas dos projetos federais no limite territorial do Amazonas, a quais são eles;

Quadro 1: Assentamentos Federais e suas Funções.

Projetos federais (INCRA)		
Siglas	Denominação	Características
PA	Projeto de Assentamento Federal	Responsabilidade a união para realizar administração básica, como o apoio de crédito, infraestrutura e recursos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	Oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvido para atividades ambientalmente para populações tradicionais, ribeirinhas, comunidades extrativistas.
PAF	Projeto de Assentamento Florestal	Manejo de recursos florestais familiar, comunitária e sustentável, especialmente para região norte do Brasil
PCA	Projeto de Assentamento Casulo	(Modalidade revogada pela Portaria Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017) responsabilidade do município
PDAS	Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	Destinado para o desenvolvimento da agricultura

⁵ Além das modalidades acima, o Incra já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA) Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso (INCRA, 2021).

		familiar são áreas doadas pelo governo estadual e federal.
--	--	--

Fonte: Extraído dos bancos de dados do INCRA⁶,2022.

Entre outras, modalidade encontradas no Amazonas tem as áreas reconhecidas pelo órgão que encontrar-se em responsabilidade das uniões federativas e municipais. A quais, estão denominadas os Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Reservas Extrativistas (RESEX), Território Remanescentes Quilombola (TRQ), Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP), Reassentamento de Barragem (PRB), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Segundo Medeiros (2008, p.2019) chama atenção quando afirma que:

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem-terra e cujo objetivo comum é a busca da terra. Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, as relações sociais das populações nos projetos dos assentamentos rurais, trabalham e desenvolvem traços cotidiano com organização com espaço a respeito, produção e práticas de trabalhos. Inicialmente, a identidade territorial deles não significa o básico objetivo, além disso, a procura especificamente é pela terra. Este autor, traz um pensamento necessário dos assentamentos, cujo, as configurações territoriais das relações dos grupos ou sujeitos sociais estabelecem uma função social para as unidades assentadas.

Mediante, a isso, alguns dados do Ministério do desenvolvimento Agrário em parceria com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária no ano de 2020 o território do país, tem por volta de 9.426 mil assentamentos rurais distribuídos, de modo, que ocupa aproximadamente ao mesmo tempo 87 milhões de hectares, incluindo 967 mil famílias assentadas nas fronteiras brasileiras. No Estado do Amazonas, segundo as informações do sistema de gestão fundiária do SGP⁷/INCRA, tem 35 assentamentos reconhecidos e 109 assentamentos federais organizados e espargidos em todo território. Além, de áreas quilombolas existentes

⁶ Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)

⁷ Sistema de Gestão fundiária (SGF)

predominantemente constituídos pela população negra, a quais estão na posição geográfica nas cidades de Barreirinha, Barcelos, Novo Airão. Sobre o tema a figura inferior apresenta as informações geográficas dos assentamentos, e áreas quilombolas.

Figura 3 - Amazonas, assentamentos federais, reconhecidos e Quilombolas



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (INCRA/IBGE).

O panorama organizacional do território do estado do Amazonas está situacional as áreas de proteção ambientais, terras indígenas, assentamentos rurais, quilombolas. Estas extensões delimitadas correspondem uma alta porcentagem de terras difundidas no estado, a função das áreas dita, tem uma grande importância na garantia de proteção das populações indígenas ou não indígenas amazonenses. Relativamente as extensões territoriais, abroham amplas problemáticas sociais, a quais, são possíveis ressalta em particular, o uso minerário, desmatamento, avanço rural, pesca predatório, caça ilegal, retirada abusiva de madeiras, e também as adversidades em terras indígenas.

2.1 Vista dos impactos de Uso do território Amazonense

Neste tópico trata-se de notas inquietantes a respeito ao território do Estado do Amazonas, acarretando subsídios indiciadores por meios digitais (IMAZON, GREENPEACE, OPAN) em relação as questões relevantes, tais como, desmatamento, degradação ambiental, mineração, nos anos de 2019 à 2021.

Ademais, os elementos anunciadores demonstram um aumento pontual de uso em áreas territorial no Amazonas. O crescimento do desmatamento na Amazônia legal brasileira em especial ao Amazonas, segundo o Sistema do Instituto do Homem e Meio Ambiente do Imazon informou dados em semelhança ao mês de junho de 2021, a quais foi detectado um elevado crescimento no tocante ao Estado do Amazonas.

Segundo os dados do Sistema de desmatamento do Imazon, demonstra que:

Em junho de 2021, o SAD detectou 926 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 10% em relação a junho de 2020, quando o desmatamento somou 842 quilômetros quadrados. O desmatamento detectado em junho de 2021 ocorreu no Pará (36%), **Amazonas (25%)**, Mato Grosso (14%), Rondônia (11%), Acre (9%), Maranhão (3%) e Roraima (2%). As florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 50 quilômetros quadrados em junho de 2021, o que representa uma redução de 77% em relação a junho de 2020, quando a degradação detectada foi de 216 quilômetros quadrados. Em junho de 2021 a degradação foi detectada no Mato Grosso (94%) e Pará (6%). Em junho de 2021, a maioria (63%) do desmatamento ocorreu em áreas privados ou sob diversos estágios de posse. O restante do desmatamento foi registrado em Assentamentos (22%), Unidades de Conservação (13%) e Terras Indígenas (2%) (Imazon⁸, 2021).

Em relação as informações do boletim do Imazon o desmatamento na maioria das porcentagens sucedeu do uso excessivo das áreas de assentamentos, unidades de conservação, terras indígenas, a quais denotam o levantamento do instituto. Em face dos cenários contemporâneas é alarmante a visão do aumento do alargamento de 10% de desmatamento na região Amazônica.

Entretanto, não é somente a deflorestação que determinam o uso e expõem a degradação ambiental no Amazonas, mas também, a expansão do garimpo tem tornado um fator polêmico em específico em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Alinhado com o desmatamento, garimpo, são ameaças extremamente nefasto a biodiversidade tanto para

⁸ O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON é um instituto de pesquisa, criado no dia 10 de julho de 1990, sediado na cidade de Belém, no Estado do Pará, norte do Brasil. O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. <https://imazon.org.br>

áreas de proteção ou terras indígenas, quando ao impacto na saúde dos habitantes com a contaminação por mercúrio nos rios, peixes, no manuseio e drenagem do ouro nas águas amazônicas.

Para o Instituto Greenpeace (2021) subtrai que;

Para além dos impactos ambientais que ameaçam a integridade ecológica das áreas invadidas, o garimpo está longe de ser uma questão que prejudica exclusivamente os indígenas, pois promove uma série de outros impactos que não se restringem ao ambiente onde a atividade se desenvolve, a exemplo disso: da contaminação por mercúrio que afeta as milhares de pessoas que compõem a população ribeirinha da Amazônia e que se alimentam periodicamente de peixe, uma vez que, os peixes, especialmente os chamados predadores, atuam como concentradores naturais de mercúrio, que ficam acumulados nos corpos humanos, e causa toda uma ordem de problemas nos rins, fígado, aparelho digestivo e no sistema nervoso central.

Seguindo à mesma alusão do Greenpeace, ressaltamos que os elementos periodicamente do detrimento da contaminação ambiental a respeito à garimpagem desordenados comete a integridade ecológico florestal da Amazônia.

A epidemia dirigiu-se para os garimpeiros como uma porta aberta para trabalharem a todo o gás em terras indígenas, a quais teve um aumento expressivo de 13,44% no período da covid entre os anos de 2019 à 2020. Esse elevado crescimento exacerbado nestes períodos constata 487,12 hectares de prejuízos ambientais da Amazônia brasileira. Segundo o relatório da Operação Amazônia Nativa⁹ (OPAN, 2021), processos minerários já ocupam 8% do Amazonas, cooperativas de garimpeiros burlam leis visando explorar grandes áreas.

Segundo informações de Greenpeace (2021)

São duas as epidemias que assolam as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia brasileira: a causada pela Covid-19 e a do garimpo. Confirmando a tese de que não fazem “home-office” durante a pandemia, garimpeiros continuam a trabalhar, a todo vapor, na Amazônia nos últimos meses. Segundo os alertas do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 72% de todo o garimpo realizado na Amazônia – entre janeiro e abril de 2020 – ocorreu dentro dessas áreas – que deveriam ser – “protegidas”.

Assim.

Nesses quatro primeiros meses de 2020, a área de desmatamento para garimpo aumentou 13,44% dentro das terras indígenas da Amazônia brasileira em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 383,3, em 2019, para 434,9 hectares em 2020. Em relação às unidades de conservação, o garimpo destruiu 879,8 hectares de floresta, entre janeiro e abril deste ano, o que representa um aumento de 80,62% quando comparado ao mesmo período de 2019, quando foram desmatados 487,12 hectares.

⁹ Programa de Direitos Indígenas, Política Indigenista e Informação à Sociedade (PDI) Este relatório, elaborado pela OPAN em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), sistematiza os processos minerários ativos na Agência Nacional de Mineração (ANM) incidente no estado do Amazonas.

É indiscutível, é inegável que os requerimentos de processos minerários de lavras garimpeiras apresentam um aumento 342% de solicitações de loteamentos ultrapassando, mais de 12 milhões de hectares comparado a média dos 10 anos antecedentes. Acerca das informações do relatório da (OPAN,2021) no Amazonas tem ao redor de 2.857 processos minerários existentes.

Em suma, pode-se afirmar que, em razão nas questões dos usos dos territórios do estado do Amazonas, ameaça toda a sua integridade ecológica ambiental e natural de áreas protegidas, assentamentos, terras indígenas. A presença predominante do índice de desmatamento, bem como, garimpo a qual traz uma totalidade de problemas. Assim sendo, essas notas iniciais deste objeto despontar de informações de modo resumido a respeito dos conjuntos relativos ao uso territorial do estado que desintegra acentuadamente com alto crescimento constatados pelos institutos e os meios digitais.

2.2 Cenários e formas de uso e ocupação no Alto Solimões no Amazonas

A posição geográfica da Mesorregião encontrar-se situada no sudoeste Amazonense, a quais, compõem os municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Amaturá, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Fonte boa, Jutai, sendo essas situados na margem da calha do rio Solimões. A região é composta por nove municipalidades localiza-se em área de fronteira de acordo, com o censo demográfico do IBGE o total de indivíduos é de aproximadamente 256.812 mil. Segundo, as estimativas de residentes no espaço a massa volumar demográfica 30.55 hab./km².

Figura 4 - Mapa de localização dos Municípios do Alto Solimões no Sudoeste do Estado do Amazonas.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (IBGE).

Podemos dizer, que seu aspecto geográfico chama atenção a faixa de fronteira pelo espaço organizado politicamente, o mapa demonstra as divisões municipais, onde posiciona-se em fronteira internacional. Mediante o exposto, vale ressaltar sobre os povos originários indígenas que habitam em grandes áreas demarcadas e regularizadas nessa região, e ao lado com eles temos ainda, os moradores de descendência de Peruanos e Colombianos.

A propósito, algo justifica de forma significativa a respeito positiva da fronteira na mesorregião, como por exemplo: o fluxo de mercadorias entre as cidades, fluxo de imigração, aumento da economia particular entre os países vizinhos, além disso, outros assuntos enigmáticas e complexas que a terra apresenta quanto rotas de drogas, e o desmatamento abusivo das florestas amazônicas, entre outros temas na fronteira¹⁰.

Simultaneamente, no que se refere aos municípios e as estimativas demográficas, observamos na tabela abaixo as seguintes informações;

Tabela 1 - Municípios da Mesorregião do Alto Solimões no Sudoeste do Estado do Amazonas.

Municípios	Censo 2010	Estimativa 2021	Densidade demográfica
Benjamin Constant	33.411 pessoas	44.873 pessoas	3,80 hab/km ²
Atalaia do Norte	15.153 pessoas	20.868 pessoas	0,20 hab/km ²
Tabatinga	52.272 pessoas	68.502 pessoas	16,21 hab/km ²
São Paulo de Olivença	31.422 pessoas	40.837 pessoas	1,59 hab/km ²
Tonantins	17.079 pessoas	19.038 pessoas	2,66 hab/km ²
Santo Antônio do Iça	24.481 pessoas	20.889 pessoas	1,99 hab/km ²
Amatúra	9.467 pessoas	11.934 pessoas	1,99 hab/km ²
Fonte boa	22.817 pessoas	16.409 pessoas	1,88 hab/km ²
Jutaí	17.992 pessoas	13.462 pessoas	0,26 hab/km ²

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados do Censo demográfico (IBGE/2010).

Geograficamente, os municípios do Alto Solimões encontram-se no sudoeste do estado, além do mais, é admirável mensurar a distribuição populacional da mesorregião que apresentam um média entre 256.812 habitantes, de modo, que a maior densidade demográfica das municipalidades é a cidade de tabatinga a mais populosa.

A existência da calha hidrográfica do Solimões na mesorregião é responsável pelo principal acesso de embarcações intermunicipais. Assim, sendo a acessível também quanto ribeirinhos, indígenas, entre outras populações para a pesca e agricultura. Além disso, o ponto positivo dos períodos de seca dos rios as margens da região permanecem adequadas para

¹⁰ Segundo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2020. Por Faixa de Fronteira entende-se “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres”, conforme a Constituição Federal, artigo 20 – parágrafo 2º. Com base nesta definição, que recepciona os parâmetros da Lei N° 6.634, de 02/05/1979, o IBGE, para fins geocientíficos e estatísticos, identifica e representa os Municípios brasileiros com área total ou parcialmente localizada na Faixa de Fronteira, que é a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, agregando as informações existentes (código geográfico e nome do município) com as produzidas na identificação e/ou classificação do município dentro da faixa, tais como: fronteiriço, parcial ou totalmente na faixa, referências da sede a linha de fronteira e ao limite da faixa interna.

plantações, a quais beneficiam toda a população quão intensamente, povos indígenas, comunidades, no auxílio de determinadas indigências nos momentos de secas.

Trafegando, em outro assunto sobre o mesmo de forma simples e objetiva falando então do uso do solo da região do alto Solimões. Dessa maneira, o censo agropecuário¹¹ (IBGE) nota-se que, os estabelecimentos rurais habitado por 95.894 mil hectares que abrangem 40.025 mil pessoas ocupadas entre os municípios. O território do Alto Solimões está associado a agricultura de subsistência, associado a pecuária pouco expressiva e fortemente vinculada ao extrativismo e a extração de madeira e pesca.

Figura 5 - Uso do Solo da Microrregião do Alto Solimões no Amazonas.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (IBGE).

A área florestal tem espécies diversas, como a seringa e a floresta campinarana, a quais, observamos no mapa em superior os subsídios geográficos. Enquanto isso, os dados demonstram a ligação dos municípios do Alto Solimões vinculada ao setor agropecuário, particularmente sobre a agricultura familiar.

O município de Benjamin Constant tem em entorno 4.007 mil pessoas ocupadas em 6.340 hectares, em Atalaia do Norte pessoas ocupadas 5.080 em 12.617 hectares, Tabatinga pessoas ocupadas 8.779 em 3.354 hectares, Amaturá pessoas envolvidas 2.515 em 6.340

¹¹ Censo Agropecuário 2017 – IBGE, Resultados definitivos do Uso do Solo.

Os resultados definitivos do censo agropecuário do ano de 2017 foram publicados em 25/10/2019, substituindo os resultados preliminares anteriormente.

hectares, São Paulo de Olivença pessoas ocupadas 6.026 em 2.095 hectares, Santo Antônio do Iça pessoas envolvidas 3.329 em 3.461 hectares, Tonantins pessoas ocupadas 1.361 em 3.294 hectares, Fonte boa pessoas envolvidas 4.683 em 917 hectares, Jutai tem 4.245 pessoas ocupadas em 6.092 consignações agropecuários.

As bases de informação dos territórios do Alto Solimões correspondem em assentamentos Federais reconhecidos pelo Instituto¹² Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Adiante, na tabela inferior mostra elementos para compreender as quantidades de famílias assentadas:

Tabela 2 – Famílias Assentadas; Projetos; Área reformada em hectares no Alto Solimões no Estado do Amazonas.

Municípios	Famílias Assentadas - Reforma Agrária	Número de Projetos - Reforma Agrária	Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)
Benjamin Constant	626 pessoas	3	95,891.00
Atalaia do Norte	237 pessoas	1	6,852.00
Tabatinga	202 pessoas	3	8,324.00
São Paulo de Olivença	160 pessoas	1	1,003.00
Tonantins	00 pessoas	0	0.00
Santo Antônio do Iça	666 pessoas	2	92,690.00
Amatúira	187 pessoas	1	9,262.00
Fonte boa	219 pessoas	1	146,951.00
Jutai	309 pessoas	2	2,725,914.00
	Total: 2,606 pessoas	Total: 14	Total: 3,086,887.00

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (DEA/INCRA/2015).

Em consequências dos dados da tabela acima, entendemos que o total de famílias no período do ano de 2015, conduzam em torno de mais de duas mil famílias assentadas na região no Alto Solimões, o que totaliza um total de três milhões de hectares reformados. Em relação ao número de assentamentos implementados em unidades agrícolas e reformas agrárias, recentemente totalizam em torno de 14 projetos na região.

Com isso, os lotes espargidos em assentamentos não podem ser alienados, alugados, alugados, ou até mesmo cedidos para empenhos privados. Portanto, os assentamentos passam

¹² Foi criado pelo decreto nº 1 110 de nove julho de 1970, com missão prioritária de realizar a reforma agrária das terras publicas da união.

a ser desmembrados em dois grupos, o primeiro é criado por meio de aquisição de terras pelo INCRA, a qual consistir em denominados quanto (PAs) Projetos de Assentamento ou (PDAs) Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável, tornam-se federais.

Os reconhecidos¹³ pelo Instituto Nacional de Colonização Agrícola são os inseridos por instituições governamentais que poderão ter acesso as políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA¹⁴) conforme disposto na Lei nº 4.5044/64 (Estatuto da Terra). Este programa subscrito, tem como agenciamento a permissão de créditos rurais, e também estímulos produtivos.

Segundo a pesquisa do relatório do sistema de informações de Projetos de reforma Agrária (SIPRA) em 2021, o território brasileiro apresentou por volta de 9.432 projetos em uma área de mais de 87 milhões de hectares, com o total de 966 mil famílias. Observando o contexto, os projetos reconhecidos no sudoeste do Estado do Amazonas chamam atenção, como veremos a seguir:

Tabela 3 - Assentamentos reconhecidos pelo INCRA, na mesorregião do Alto Solimões no Amazonas.

Município	Descrição	Famílias	Ano de Obt.	hect.
Fonte Boa	Resex - AUTI/PARANÁ	250 pessoas	07/08/2001	1.146.950,58
Jutaí	Resex	284 pessoas	16/07/2002	2.755.328.800
Jutaí	RDS Cujubim	25 pessoas	05/09/2003	24.503.810.558
São Paulo de Olivença	RDS Assentamento Casulo	200 pessoas	23/11/2011	10.029.473

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (INCRA/2021).

As cidades de Fonte boa, Jutaí e São Paulo de Olivença, estão localizados nas Reservas Extrativistas (Resex), o espaço é protegido e assim viabiliza o acesso a populações tradicionais, a qual estabelecem relações sociais de uso sustentável aos recursos naturais disponíveis. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são unidades de conservação reconhecida pelo Incra de competência do IBAMA. Estes municípios têm 759 famílias especializadas (Resex e RDS) nas áreas protegidas e nas unidades de conservação. Além disso, os projetos de assentamentos do INCRA têm em volta de 2.154 famílias em hectares. Apesar do contexto, verificamos na tabela abaixo as informações dos assentamentos federais:

¹³ Reconhecimento dos Assentamentos estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008.

¹⁴ Este Programa tem como finalidade de promover as distribuições de terra e também atender melhor o desenvolvimento rural das famílias.

Tabela 4 - Assentamentos federais do INCRA, na mesorregião do Alto Solimões no Amazonas.

Município	Descrição	Famílias	Ano de Obt.	Área em hectares
Benjamin Constant	PAE - Ilha Aramaça	395 pessoas	03/09/1984	110.001.744
Benjamin Constant	PAE - Lago do São Rafael	55 pessoas	16/01/1980	713.917.924
Benjamin Constant	PA - Crajari	214 pessoas	30/06/1983	137.500.000
Santo Antônio do Iça	PAE - Vila Alterosa do Juí	566 pessoas	27/10/1982	558.118.413
Santo Antônio do Iça	PAF- Rio Iça	166 pessoas	27/10/1982	480.062.335
Tabatinga	PDS - Rio Tacana	137 pessoas	08/11/1982	37.293.105
Tabatinga	PA - Urumutum	65 pessoas	19/10/1979	45.225.654
Atalaia do Norte	PA - Bóia	236 pessoas	30/06/1983	68.520.712
Amaturá	PAE - Guaraní	320 pessoas	27/10/1982	87.504.901

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (INCRA/2021).

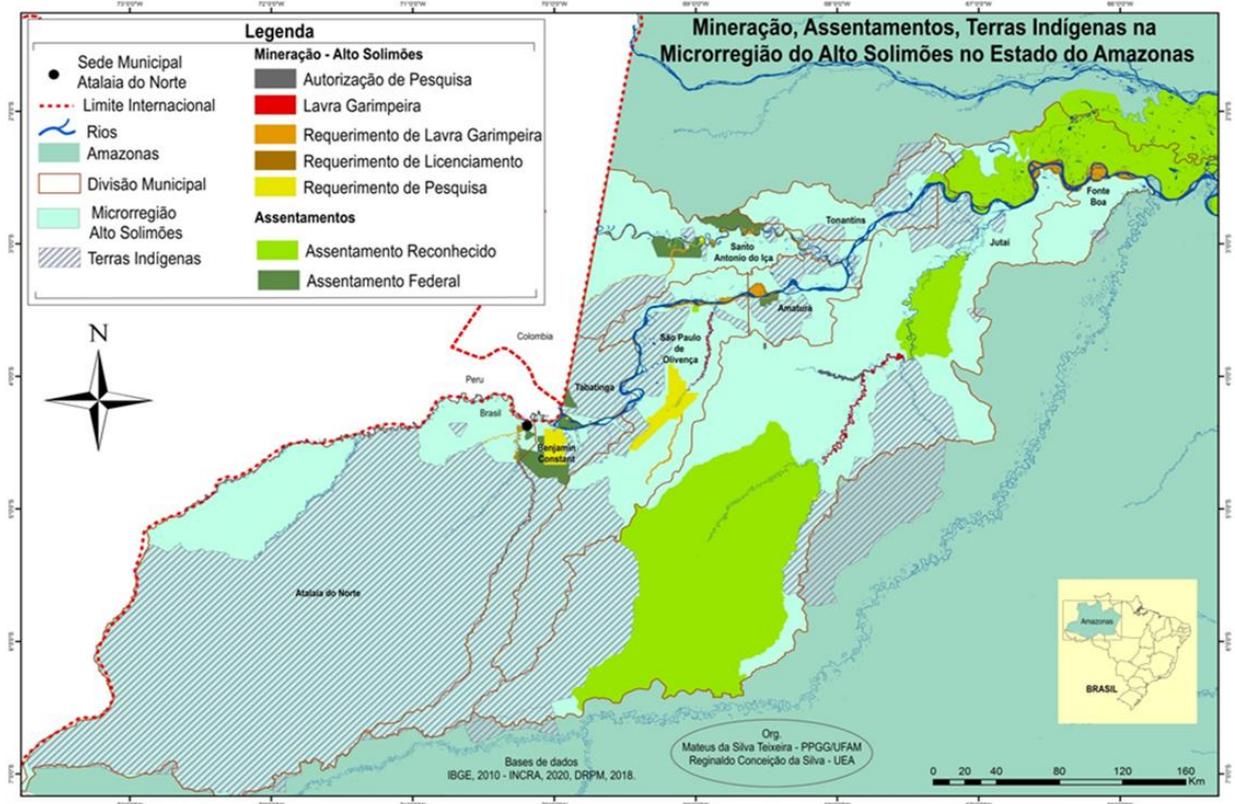
Ao se examinarem os dados verificamos que constam defasados as informações a respeito de famílias vivendo nas áreas assentadas, dentre os inúmeros motivos que levaram esses bancos de informações desatualizados, é incontestável que às necessidades de novos estudos inéditos relativos quanto a quantidades de famílias situadas em glebas ou lotes. Imediato ponto, a ser mencionado a indigência dos estudos em compreender os movimentos sociais reivindicatórios dos assentamentos no sudoeste do estado.

Diante dos cenários destacados não podemos esquecer dos povos tradicionais originários, pois são eles que habitam há muito tempo as terras brasileiras, e com isso a região do Alto Solimões situa-se em torno de 32 áreas indígenas entre as etnias denominadas como, ¹⁵Tikúna, Kokama, Kanamarí, Matsés, Marúbo, Kaixana, Matis, Kambéba, Kulina Peno, Korúbo, Witóto, que convivem em terras demarcadas, em processo de demarcação e em lutas por reconhecimento e demarcação étnica e territorial.

¹⁵ Dados do Censo demográfico IBGE/2010. Fonte: IBGE - Cadastro de Localidades Indígenas em 2019; e Mapa da presença de pessoas indígenas nos municípios (<https://covid19.ibge.gov.br>)

Na exposição inferior destaca-se no mapa as informações das terras indígenas como também outros elementos informativos geográficos.

Figura 6 - Posição geográfica, Mineração, Assentamentos, Terras Indígenas, no Alto Solimões.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (INCRA, FUNAI, IBGE/2021).

O território do alto Solimões apresenta terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais predominantes de pescadores e agricultores. Todos localizados nos ¹⁶municípios citados, estes são marcados por índices de vulnerabilidades, pelo distanciamento das áreas, diante da ausência de instituições públicas que resolvam as problemáticas dessas populações sobre esses espaços. Provocando a imensa participação comunitária na mediação de conflitos e melhorias estruturais e até mesmo jurídicas.

Ao analisar o texto, “Conflito por terra e Água envolvendo povos e comunidades tradicionais” é possível conhecer as multiplicidades que corroboram para as tensões sociais arrastando os povos indígenas do Alto Solimões.

Como acentua, Silva¹⁷ (2013, p. 34).

¹⁶ São marcados por altos índices de vulnerabilidade social, com Índices de Desenvolvimento Humano muito baixo (0,499) e de desigualdade altíssimos (acima de 0,55), sendo caracterizados pela fragilidade da presença de instituições públicas que permitem a resolução de problemas comuns à população (IPEA, 2015).

¹⁷ Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNC-SA) e Professor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Os múltiplos usos dos recursos florestais e hídricos e a variedade de agentes sociais evidenciam a complexidade dos fenômenos associados à sociodiversidade amazônica e as estratégias diferenciadas de povos tradicionais em face de seus direitos territoriais. As oposições a estes usos, por interesses que pressionam o mercado de terras, evidenciam os inúmeros conflitos sociais por acesso a terras e água, que dispõem as comunidades tradicionais num cenário de incertezas face ao futuro. Na mesorregião do Alto Solimões, na fronteira tríplice Brasil, Colômbia e Peru, as tensões sociais têm aumentado, devido à intensificação da ação ilegal de madeireiros, grileiros, garimpeiros, empresas mineradoras e pescadores comerciais envolvendo terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, ribeirinhos e comunidades agroextrativistas.

Em consequência disso, nota-se que as informações deste estudo têm demonstrado um conteúdo de complexidade e evidências dos interesses que geram conflitualidades em limites indígenas na região em especial na Mesorregião. Além do mais, as principais problemáticas estão incorporadas na exploração mineral, loteamento de áreas em terras indígenas, agitações com não indígenas, pesca de peixes ornamentais, pesca predatória, caça ilegítima e exploração de madeira, entre outros subsídios da floresta.

Tendo em vista, as adversidades em correlação aos conflitos recentes em territórios demarcados de povos indígenas, comunidades tradicionais. Longe de ser uma novidade o cenário polêmico do alto Solimões localizado em uma extensão concentrada em recursos naturais, a quais chamam a atenção de grupos antagônicos, ou seja, pessoas que miram à comercialização dos recursos naturais das florestas e dos rios, os elementos do território das populações que habitam estes espaços.

Nesse sentido, a comissão pastoral da terra (CPT) a respeito do Estado do Amazonas tem apontado aumento de registros de acontecimentos por conflitos por terra. Diante da violência contra a ocupação e a posse tem demonstrado um número de 32 episódios, com total de famílias despejadas 01, e ameaças de despejo com cerca de 851 pessoas, tentativas ou ameaça de expulsão giram em torno de 1.314 casos.

Entendemos, que a terra tem um valor importantíssimo de uso para os indígenas e não indígenas como um bem comum¹⁸. É de fundamental acuidade a preocupação em compreender os cenários e as formas de usos dos espaços da região. Não raro, toma-se o conhecimento, por meio das bases de dados (CPT)¹⁹, em que tem divulgado as agressões como por exemplos: casas destruídas, roças destruídas, bens destruídos de famílias, além do mais, o que mais flama

¹⁸ bem comum como algo que agrada a todos, ao povo, a comunidade, ao que é comum.

Dicionário: <https://www.significados.com.br/bem-comum/>

¹⁹ O número de ocorrências e famílias refere-se à soma de ocupação retomada, acampamentos e ocorrências de conflitos por terra.

atenção é a “Pistolagem” no Amazonas, as estimativas indicam 1.589 casos. A esse respeito do assunto, determinadas informações podem ser extraídas na tabela que sintetiza os conflitos no Alto Solimões a seguir:

Tabela 5 – Conflitos em territórios nos Municípios da Mesorregião no Alto Solimões no Estado do Amazonas.

Municípios	Território
Jutaí, Santo Antônio do Iça, Tonantins, Amatúira	T.I Betânia
Atalaia do Norte, Jutaí, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant.	T.I Vale do Javari / Barreira Sanitária
São Paulo de Olivença, Benjamin Constant.	T.I Tikuna Feijoal
Benjamin Constant	Bom jardim I / Povo Tikuna
Santo Antônio do Iça	Aldeia São José
São Paulo de Olivença	Comunidade Monte Santo, Comunidade Kambeba
Tabatinga	Comunidade Tikuna Belém do Solimões
Tonantins	T.I Jerusalém do Urutuba

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (CPT/2020). <https://www.cptnacional.org.br>

Os dados apresentam informações de “conflitos por terras” em territórios indígenas situados na mesorregião, podemos observar que todas os municípios destacados na tabela expressam divergências, tais quais, de desmatamentos, entradas de pescadores em limites protegidos por lei, destruição ou poluição, dentre outras ameaças.

Com resultado da pesquisa dos estudos sobre “invisibilidades e violências nos conflitos socioambientais em terras indígenas no alto Solimões” de (Rapozo et al., 2018) enfatiza que os usos e as formas de apropriação dos bens naturais por interesses de “Estado e Mercados” o que permite a evidencia de inúmeros conflitos ambientais e social decorrente ao acesso as terras, rios e floresta.

Ao refletir a respeito do contexto amazônico do Alto Solimões no texto²⁰ “Cartografia social como instrumento de Resistencia: o mapa como ferramenta de povos e comunidades tradicionais no Alto Solimões no Estado do Amazonas” reforça no tocante aos conflitos sob a perspectiva dos povos e comunidades na mesorregião, em que traz documentos cartográficos por meio do PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, corroborando nos mapeamentos de interesses, tais quais, garimpo, desmatamento ilegal de madeireiros, conflitos em terras indígenas. Com isso, o levantamento do CPT mostra ainda situações de impedimento

²⁰ Revista de Geografia da Universidade Federal de Tocantins – UFT.
Acesso em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/Geografia/article/view/12847>

de populações tradicionais ao acesso a água, poluição e destruição dos territórios, nesse sentido a tabela inferior demonstrar as municipalidades e terras indígenas – TI que abrolharam os conflitos.

Tabela 6 – Conflitos por Água da mesorregião no Alto Solimões no Estado do Amazonas

Município	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo de Conflito	Situação
Benjamin Constant	Perímetro de Bom Jardim I/ Povo Tikina	28/09/2020	30	Apropriação Particular	Impedimento ao acesso à água
São Paulo de Olivença	Comunidade Kambeba/ Castanhal do Ajaratuba	15/09/2020	700	Apropriação Particular	Destruição e Poluição

Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (CPT/2020). <https://www.cptnacional.org.br>

A esse respeito, em consequência a “Apropriação particular” das terras tradicionalmente ocupadas, dois municípios aparecem com circunstâncias delicadas com números de 730 famílias envolvidas em terras indígenas no andamento de 2020. Em consideração, aos dados do CPT a qual o tópico apresentou com veemência as fontes secundárias levantadas pelo instituto e coletados com profundidade em especial ao Estado do Amazonas. As informações secundárias, coletadas, tabuladas, analisadas por a comissão pastoral da terra, contém importância na ampliação da questão debates dos conflitos no campo e movimentos sociais, pois, verificamos o nível em relação aos problemas a respeito as populações tradicionais no Alto Solimões.

2.3 Conflitos em terras indígenas: Genocídio Tikuna “Massacre do Capacete” em Benjamin Constant – AM

O chamado “Massacre do Capacete” sucedido no dia 28 de março de 1988 no perímetro territorial do município de Benjamin Constant no Alto Solimões no Estado do Amazonas, equivaler a um dos episódios marcantes e intensos de conflitos sociais envolvendo-se povos indígenas, a quais procedeu em uma tragédia de mortes humanas em especial da etnia Tikuna. Com isso, noticiados em meios digitais da época, estudos acadêmicos e depoimentos dos indígenas, proferem que as populações tradicionais foram brutaemente pego de surpresa e infelizmente atingidas com armas de fogo deflagados por madeireiros no lugar. Notando, a pesquisa da dissertação intitulada “*O MASSACRE DO CAPACETE: Narrativas, Memórias e História do Povo Tikuna*” do pesquisador *Ismael da Silva Negreiros*, reforça nos subsídios de dados históricos minunciosamente levantados.

Nas quais, Negreiros argumenta que (2018, p. 73).

No contexto brasileiro, os massacres como de Carandiru e candelária, contra os indígenas caitavá, no paralelo Onze, em Rondônia, ocorridos durante o regime militar, o etnocídio contra o povo Gamelo no Maranhão, as violências e mortes contra os Guarani Kaiowá, a tentativa de extermínio de índio flecheiros no Vale do Javari, Amazonas, evidenciam o desprezo pela vida e a aniquilação desses coletivos, nos moldes do massacre de Capacete ocorrido em 28 de março de 1988, muito próximo da promulgação da Constituição Federal do Brasil. Esses exemplos ocorreram em diferentes contextos e com diferentes motivações, tais como: conflito religiosos; desprezo pela cultura do outro; dominação e exploração de riquezas e disputas territoriais em nome de uma política extrativista e agropastoril.

Nesse sentido, o estopim dar início no processo de demarcação das terras Tikunas no começo nos anos 80, assim quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) abriu as tratativas de estudos antropológicos e levantamentos territorial da terra. Desde modo, que este ato aborreceu os posseiros, fazendeiros, madeireiros das localidades, abrolhaste então intimidações contra os indígenas. Com o advier do tempo, em específico 1988 a fundação anunciou o limite das terras Tikuna, a qual colocou em ordem a saída de todos que encontrar-se nas terras demarcadas indígenas na ocasião.

Para entender a geografia dos conflitos, Negreiros menciona (2018, p.74 a 75);

Capacete, comunidade conhecida como “Boca do Igarapé de Caoacete”, faz confluência com a margem direita do Rio Solimões; é uma gleba de terras localizada na região do Alto Solimões pertencente ao município de Benjamin Constant, Amazonas, fronteira do Brasil com o Peru. Seu acesso se dá somente por via fluvial e, dependendo da embarcação utilizada, a viagem dura em torno de uma hora e trinta minutos, partindo da cidade de Benjamin Constant. A região limita-se as terras indígenas Tikuna de São Leopoldo, Lauro Sodré, Novo Porto Lima e próximo a Porto Espiritual.

A região geográfica do atrito que resultou em muitas evidências e mortes chama-se “*Boca do Capacete*” quão ficou conhecida então “*Massacre do Capacete*” existências ceifadas pelo uso e posse da terra. O direito da identidade indígena e a terra reiterados pelo abuso dos posseiros e madeireiros em 88 teve uma repercussão universal, a qual desobedeceram aos direitos da constituição e retiraram histórias indígenas. Mediante a isso, o instituto terras indígenas²¹ abjurar elementos amedrontador a respeito da ação dos sujeitos subscritos, a quais obtiveram 4 mortos, 23 feridos e 10 desaparecidos.

Em face geral, a historicidade do massacre se faz extraordinário na luta pelo reconhecimento territorial das populações indígenas no Brasil e, em especial no Estado do

²¹ <https://terrasindigenas.org.br>

Amazonas em específico sobre os movimentos sociais indígenas. Enquanto, não é de hoje em dia os conflitos sociais existentes no alto Solimões, pois que toda totalidade advinda do capacete é um ponto chave no processo histórico na abrangência dos movimentos sociais dos povos indígenas na busca pela identidade, demarcação territorial, direitos. Por fim, retornamos ao assunto, tal qual a sentença pronunciada pela julgadora dra. Jaiza Maria Fraxe²², condenou treze dos catorze incriminados do massacre na boca do igarapé capacete, com penas variáveis dentre 20 a 25 anos para os causadores que atingiram o mais elevado patamar de horror contra os povos indígenas.

2.4 Panorama do interesse minerário no Alto Solimões: Adversidades para saúde e ambiente.

De acordo com o relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM), extraídos do Sistema de Informações Geográficas de Mineração (SIGMINE)²³ apresentam mais de 2.857 processos minerários no Estado do Amazonas, abrangendo uma área gigantesca em hectares que compõem 8% do território total registrado no ano de 2021. Essas atividades sobrepostas no território do Alto Solimões têm atingidos diretamente os rios e todo o ecossistema das populações ao redor.

É nesse contexto que as práticas de garimpo têm refletido em conflitos na mesorregião² do Amazonas, como foi observado na pesquisa de Radaelli (2018), a qual analisou acontecimentos e situação de conflitos relatados pelo “Movimento da organização dos kambeba do Alto Solimões” – OKAS na cidade de São Paulo de Olivença, na qual foram descritas situações de exploração de minério extraídos de “balsas ou dragas garimpeiras” que realizam a sucção de sedimentos dos rios

Seguindo o pensamento, Radaelli²⁴ (2018, p. 75):

Após emergir e ser triado nas esteiras das balsas, o material recebe contato com o mercúrio, responsável por amalgamar com as partículas de ouro presentes no material. Após amálgama formada, o mercúrio perde seu valor

²² Site do ISA-Socioambiental.org-São Paulo-SP - 19/06/2001. Sentença condena treze dos catorze acusados pelo massacre dos índios Ticuna, doze anos depois do crime. A juíza da 1ª Vara Federal do Amazonas, Dra. Jaiza Maria Fraxe, em sentença proferida no processo n. 91.00.01.720-5, publicada no DJU em 7 de junho de 2001, condenou treze dos catorze acusados do massacre da Wanderley Penha do Nascimento, Raimundo Marques de Oliveira, Alzenir Marques de Oliveira, Francisco Nascimento Ambrósio, Modestino de Souza de Assis, Damião Franco Ferreira de Melo, Itamar dos Santos Pereira, Jonas Gonçalves Pontes, Luiz Muraires Pereira, Nelson Franco Ferreira, João dos Santos Silva, Francisco de Souza Rodrigues e Oscar de Almeida Castelo Branco (este último teria ordenado o crime) foram condenados pelo assassinato de quatro Ticuna, dezenove crimes de lesão corporal e pelo desaparecimento de nove índios, entre os quais crianças.

²³ <http://sigmine.dnpn.gov.br/webmap/>

²⁴ Dissertação de Mestrado de Aline Radaelli intitulado “os kambeba do rio jandiatuba território, garimpo e conflitos socioambientais” Defendida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas no 2018.

de uso e ele é eliminado pelo processo de queima da liga, restando somente o ouro em sua pureza química. Como em todo processo químico, há perda de energia e materiais, não sendo diferente nestes dois processos que utilizam mercúrio. No primeiro deles, quando depositado para formar a amálgama, parte do mercúrio pode não se combinar com o ouro e, portanto, ela pode ser perdida para o rio. No segundo processo, de queima da liga ouro e mercúrio para obter a pureza do primeiro, o mercúrio é perdido por meio da combustão e evaporação deste metal, podendo ser extremamente nocivo ao sistema respiratório do trabalhador que realiza esta etapa da cadeia sem os devidos equipamentos de proteção individual.

Em virtude da disposição do mercúrio na calha dos rios da região, contaminam todo ecossistema e os peixes utilizados para o consumo humano. O produto químico metil-mercúrio é altamente tóxico ao ser ingerido pelo corpo humano. Em referência sobre o assunto, a pesquisadora Radaelli exibiu algumas situações de conflitos advindos do povo Omáguakambeba do território de São Paulo de Olivença.

Para Radaelli (2018, p. 74)

A lógica de funcionamento da exploração garimpeira nos rios da Amazônia é perversa por alterar o modo de vida das populações locais, a qualidade da água de consumo das mesmas, a paisagem do rio ao explorarem não somente o fundo do leito como suas margens e barrancos, e a oferta e qualidade dos peixes. Ou seja, o ecossistema aquático como um todo é afetado.

O processo de exploração da substância mineral dos rios da mesorregião, torna-se ameaçador para o desenvolvimento humano das populações locais. A Mesorregião tem processos e fases como por exemplo: a) autorização de pesquisa²⁵: visa estudar a avaliação geológica, geofísicas, geoquímicas minerais, por meio, de trabalhos de campos e laboratoriais. b) requerimento de pesquisa²⁶ : são documentos exigidos para permissão de lavra garimpeira de acordo com art. 201 da Consolidação das Normas do DNPM²⁷ atual (ANM). c) requerimento de lavra²⁸: aprovação do relatório final de pesquisa, o titular terá a autorização de pesquisa

²⁵ Art. 16. A autorização de pesquisa será outorgada a brasileiro, sociedade empresária constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no País ou a cooperativa, mediante requerimento à ANM, que deverá conter os elementos de instrução constantes do art. 16 do Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração, e atender aos requisitos estabelecidos em Resolução da ANM.

²⁶ Art. 9º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, à sua avaliação e à determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico.

²⁷ Segundo, § 2º do art. 201 da Consolidação das Normas do DNPM (atual ANM) sujeita os requerimentos de permissão de lavra garimpeira à apresentação de projeto de solução técnica, a depender do porte do empreendimento, do nível de risco operacional, da previsão de beneficiamento ou do grau de impacto ambiental. Disponível em: www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/ManualMineraoIllegaldoOuronaAmazoniaVF.pdf.

²⁸ Art. 30. O requerimento de concessão de lavra, a ser formulado por empresário individual, sociedade empresária constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no País ou cooperativa, será dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia ou à ANM, conforme o disposto no art. 33, e deverá ser instruído com os elementos de informação e prova referidos no art. 38 do Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração.

mineral. d) lavra garimpeira²⁹: permissão concedida pelo órgão ambiental competente. e) requerimento de licenciamento: documentos destinados para requisitos da resolução (ANM)³⁰.

As modalidades em etapas de mineração impactam ambientalmente a preservação e ameaça absolutamente as populações. Segundo, Silva (2017, p.72)³¹ deparou-se em sua análise d'água a exposição de altas concentrações de mercúrio nos peixes encontrados no rio Solimões. Sendo este produto da natureza, o “peixe” é o alimento de importância nutricional para as populações locais

A exposição ao material mercúrio desenvolve problemas tais como: aumento da pressão arterial, doenças cardíacas, tremores, rins e aparelho reprodutor, dificuldade de aprendizagem, paralisia cerebral, segundo o estudo realizado no rio São Luís de Tapajó do relatório da operação Amazônia Nativa (OPAN)³².

De acordo Rapozo e Silva et. al. (2017, p. 15) avigora a problemática acerca da extração e a insegurança identificadas em territórios indígenas:

A ocorrência de exploração mineral do garimpo de ouro, a extração ilegal de madeira e a ocupação ilegal em áreas de pesca para captura predatória e comercial, por exemplo, tornaram-se cotidianas entre os conflitos que figuram como recorrentes em territórios indígenas identificados ou em processo de demarcação e que ainda esperam por alguma intervenção governamental local. Na microrregião do Alto Solimões, particularmente o perfil deste tipo de território, sobretudo daqueles que envolvem áreas indígenas em processo de demarcação ou identificação, tornaram-se mais sensíveis a uma realidade marcada pela violência e pela recorrente condição de insegurança jurídica e constitucional à proteção física. Este é o caso das tentativas de assassinatos ou das inúmeras ameaças de mortes não contabilizadas nos registros legais e que tornam-se invisibilizadas à luz do poder público.

A presença da exploração configura as formas de uso tradicionais dos territórios amazônicos do Alto Solimões conforme pesquisas de Rapozo e Silva et al (2018)³³ e (NCSA/PNCSA, 2020)³⁴ tem retratado a entrada de empreendimento para extração em leitos

²⁹ Art. 40. O aproveitamento de recursos minerais sob o regime de permissão de lavra garimpeira obedecerá ao disposto na Lei nº 7.805, de 1989, e em Resolução da ANM

³⁰ Art. 39. O aproveitamento de recursos minerais sob o regime de licenciamento obedecerá ao disposto na Lei nº 6.567, de 1978, e em Resolução da ANM. Parágrafo único. O licenciamento será outorgado pela ANM em conformidade com os procedimentos e os requisitos estabelecidos em Resolução.

³¹ Texto da dissertação de Stefhani Ferreira da Silva intitulado “Mercúrio em peixes comercializados no Alto Solimões, Tríplice Fronteira da Amazônia, 2018” defendida no Programa de Pós graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://ppgeap.propesp.ufpa.br>

³² Operação Amazônia Nativa (OPAN) Programa de direitos Indígenas, Políticas Indigenistas e Informações à sociedade (PDI).

³³ Artigo: À margem das margens: Conflitos socioambientais, territorialidades e as lutas pelo reconhecimento identitário das comunidades rurais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt06-14>

³⁴ Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado / Povo Omágua Kambeba: mobilização política e

de rios, permitidos pelo poder público municipal. Nesse contexto, percebe-se a importância dos movimentos sociais reivindicatórios das populações, pois muitas das informações à disposição manifestam a visão extremamente preocupante a respeito do desenvolvimento da mineração.

A solicitação enviada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do Alto Solimões para as instituições federais gerou-se³⁵ uma grande operação financiada pelo Ministério Público Federal, Exército Brasileiro, Ibama, que apreendeu dragas e multas para garimpeiros ilegais na calha do rio Jandiatuba (afluente do rio Solimões). A seguir a imagem do acervo de observação do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (NCSA) exterioriza a presença de dragas garimpeiras ilegais no município de São Paulo de Olivença - AM.

Figura 7 - Dragas garimpeiras no rio jandiatuba, Amazonas.



Fonte: extraído de bancos de dados (NESAM/2016).

As consequências a partir do garimpo nos cursos dos rios tornam-se destrutivos para floresta amazônica, sendo assim, o modelo de garimpagem com balsas hidráulicas oferece riscos de contaminação do curso d'água e, das criaturas aquáticas e da população, sendo danos

resistência nos territórios indígenas do Alto Solimões. – N. 11 (março. 2020). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

³⁵ Com apoio do Ibama e Exército, MPF desencadeou ação que apreendeu dragas e multou garimpeiros em R\$ 1 milhão. Disponível: <https://amazoniareal.com.br/operacao-destroi-garimpo-de-ouro-em-terras-indigenas-no-rio-jandiatuba-no-amazonas/>

incorrigíveis. Além dos dados, o que nos chamam atenção é o caminho que tem tomado a mineração em terras indígenas.

Concluimos, que a situação de vulnerabilidade dos povos indígenas, pela sua posição geográfica é determinante, por falha de ações de prevenção, vigilância da extensão territorial, custeamento das bases, e cortes no orçamento da instituição (FUNAI) graças ao atual governo tem permitido frutos conflitantes.

CAPÍTULO III

DIMENSÃO E CONTEXTO TERRITORIAL DAS LUTAS SOCIAIS DE INDÍGENAS DA TERRA DO VALE DO JAVARI EM ATALAIA DO NORTE – AMAZONAS.

A extensão territorial de Atalaia do Norte no Sul do Amazonas, tem como segunda maior terra indígena no espaço brasileiro, com múltiplas etnias nativas em uma região complexa em zona de fronteira amazônica. Este capítulo decorre em compreender a respeito das lutas sociais das populações tradicionais da Terra do Vale do Javari, em conjuntos indicativas a preservação dos recursos naturais e as inseguranças que marcam a dimensão territorial desta área. A partir das informações coletadas minuciosamente em meios de portais de depósitos de dissertações e teses, que se revelam o calibre de totalidade do território tão disputados, por grupos antagônicos muito antes de sua homologação de terra indígena.

3.1 Contextualização histórica da formação de Atalaia do Norte – AM

Para abrir a discursão sobre o tema subscrito acima, é preciso ressaltar e compreender o desenvolvimento da municipalidade de Atalaia do Norte, enquanto seu surgimento histórico “cognominado de remate de malês” pertencente na época ao Município de Benjamin Constant no Estado do Amazonas.

Portanto, o “Remate de Males” incidiu do movimento dos seringais da ocasião que aproveitavam o leite das florestas seringueiras das terras firmes para a produção da borracha. O movimento ficou conhecido na ocasião como soldados da borracha que as quais configuraram todo o território com o processo de territorialização migratório de populações de distintas regiões brasileiras para a Amazônia. Para reforça o resgate histórico no texto “Seringueiros na Amazônia” de Silva e Silva (2020, p.04) refletem ao ponderar a respeito da transição migratórias de populações para Amazônia.

Assim, falar dos seringueiros na Amazônia nos remete um olhar, no mínimo, a partir da década de setenta do século XIX, onde, por força das grandes estiagens no nordeste brasileiro nos anos de 1877 – 1879 e, posteriormente, as do início dos anos quarenta do século XX, obrigando milhares de nordestinos a abandonarem país, mães e filhos em busca de uma condição de vida mais digna. Desta forma, norteados por virtualizações, despírem-se de sua terra e de tudo que mais amavam e embrenharem-se em uma nova região inóspita e cheia de mistérios.

A evolução do ciclo da borracha no período de 1980 a 1910 e o segundo ciclo em 1941 a 1945 na região norte apresentou uma ampliação significativo de contingentes populacional para florestas amazônicas. Dentre os meados do século XIX avaliar-se que mais de 500.000 nordestinos transitaram e migraram para as regiões da Amazônia. Segundo, Silva e Silva citam que (2020, p.01) A desterritorialização de tantas pessoas foi motivada, principalmente, pelas condições de miséria, conflitos no campo, secas e pelo sonho de ficarem ricos e poder voltar à sua terra para viverem em condições mais digna.

Este processo, gerou também impactos problemáticos a respeito da intensidade de trabalhos humanos escravos vinculados a extração do insumo da borracha. As quais, Silva e Silva (2020, p. 01) ressalta que, o seringueiro só poderia descansar um dia na semana e destinar toda a produção de borracha para o patrão que lhe aviou. Diante das dificuldades, meninos e meninas eram despidos de sua inocência e obrigados à responsabilidade da atividade da coleta do látex.

Segundo, Filho “O Polir da Pérola” (2016, p. 16) reafirmou que;

No vale do javari do século XIX, a exploração, o beneficiamento e a produção da borracha ganhavam proporções estrondosas. O contingente populacional crescia e muitos povoados foram originando-se. O que mais destacava dentre todos estes era o famoso vilarejo de “Remate de Males”, às margens do rio itacoai, formado em sua grande maioria por trabalhadores seringueiros, empregados do grande seringalista José Veiga.

Em adiante, em relação a constituição da municipalidade de Atalaia do Norte no Amazonas, a vila Remate de Male foi constituído em 1904 era então espaços de domicílios rústicos erguidos de madeiras com elevação bem superiores alcunhadas como “palafitas” no declive hidrográfica do rio javari, arquitetadas decorrentes das enchentes sazonáticas dos rios amazônicos.

Neste contexto histórico Maia (2021, p. 26) cita que;

As habitações da aldeia de Remate de Males, sazonáticas e alagadiça, são construídas sobre esteios, grossos e altos espeques de acariocoara, acapu, itaúba, piranheira, madeiras de âmago duríssimo, resistentes à ação do sapal. Uma única rua, e ao longo dessa única rua uma capela, que os frades capuchinhos com grande diligência e devoção ergueram ao glorioso mártir são Sebastião. A época de maior florestamento de Remate de Males, vila instalada em 12 de outubro de 1904, foi a que marcou maior elevação nos preços da borracha. Remates de Males chegou a contar, por esse tempo, lojas de modas, armarinhos, joalherias, relojarias, alfaiatarias, farmácias, bilhares, botequins, cabarés, agência de vapores, açougues, funilarias, carpintarias.

A decadência da vila de remate consistiu em muitas situações, umas das primeiras significaram as grandes cheias hidrográficas, a quais dissimularam a vila, porque o processo

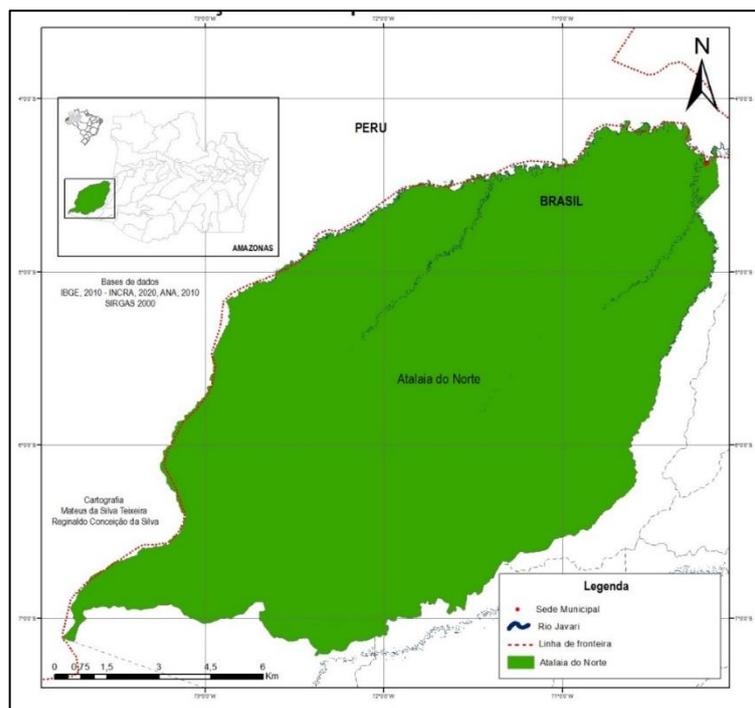
erosivo fluvial na época permanecia afetando o recebimento de embarcações, outro fator foi o imediato desastre da rebaixa do preço da borracha, assim desalento dos créditos a qual amorteceu os comércios locais e as indústrias na Amazonia. Ainda mais, considerada no período a vila mais rica da região caiu em indigência profunda pelo decaimento da economia, juntamente com ciclo da borracha.

Segundo o Historiador Maia (2021, p. 26) expressa que:

A única rua existente, sem a devida e indispensável limpeza, a falta de higiene das habitações, em cujas partes térreas, sob o soalho e seus respectivos quintais, jaziam restos de animais mortos e detritos orgânicos em decomposição, a vasa pantanosa do rio, que baixava sempre em uma seca numa vista, extra comum, exposta à constante putrefação graças aos candentes ardores do sol, sem mais ligeira brisa, que lhe amenizasse a temperatura, tudo neste sentido contribuía para a mais triste, desanimadora constituição médica.

Seguindo esta elucidação do autor, muitas questões pontuais na transição da vila Remate de Malês para outro local, a qual o prefeito então do município de Benjamin Constant procurou um lugar de terra firme em 1943 para implementar a sede do município subscrito. Além disso, foi desvinculado do município de Benjamin Constant o distrito de remate e cunhado a municipalidade de Atalaia do Norte na lei estadual n°96 de 19 de dezembro de 1955 sede atual e ainda a divisão territorial datada em 1960. Podemos notar a localização geográfica do município.

Figura 8 – Posição Geográfica Atalaia do Norte, Amazonas.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (IBGE/2021).

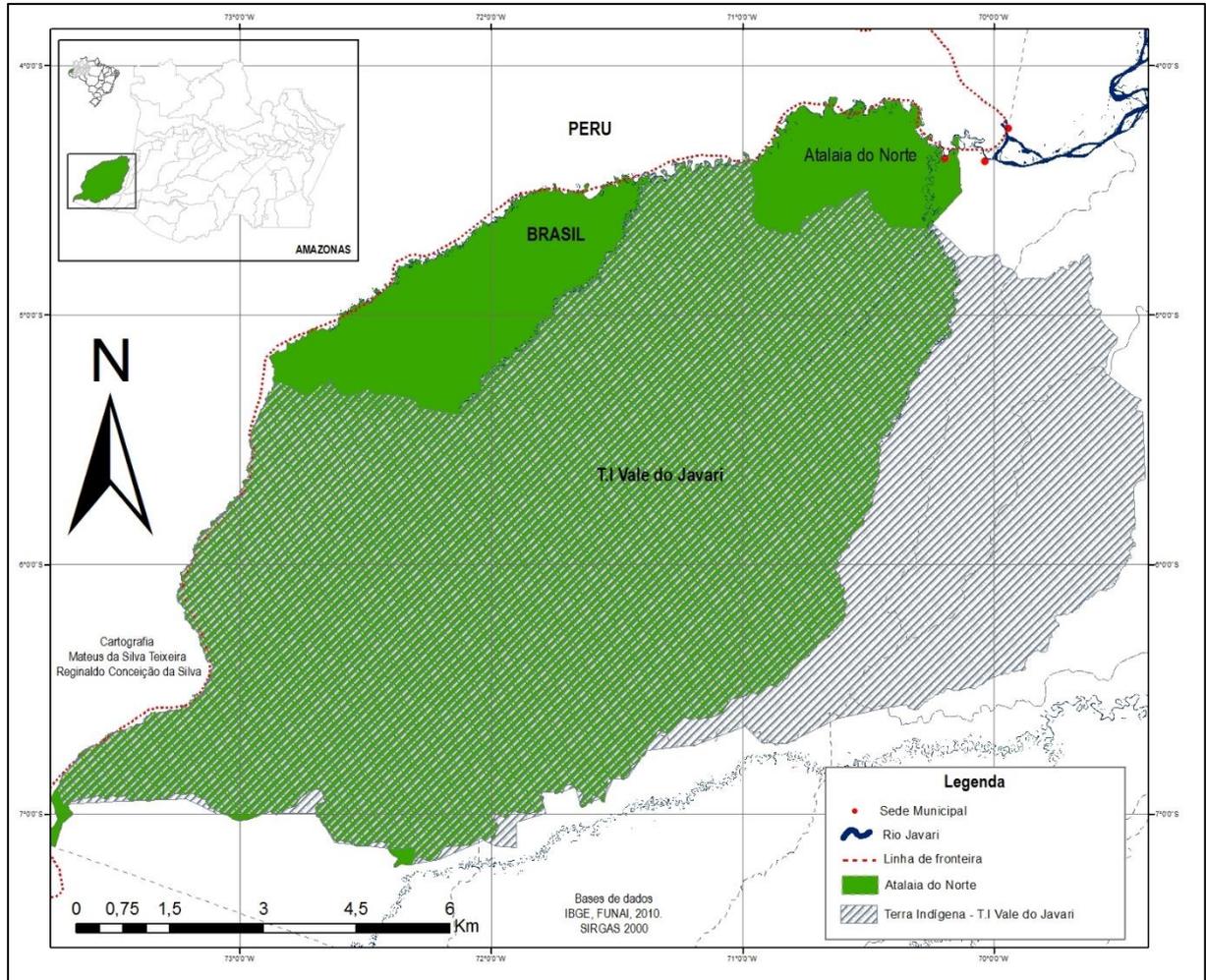
O município de Atalaia do Norte situa-se no sudoeste do Estado do Amazonas precisamente na parte regional norte brasileira em faixa de fronteira localizada na microrregião do Alto Solimões com aproximadamente 15.153 habitantes (IBGE 2010) numa área de 0,20 km. Além do mais, o limite territorial de Atalaia do Norte estabelece linha internacional com o país do Peru, ainda é comum que a população atalaiense realiza compras no comércio fronteiriço peruano. A relação entre o espaço e o comércio peruano de roupas, frutas, utensílios, ferramentas, insumos para pesca, motores fluviais, dentre outros objetos, são de compêndio importância na economia entre as cidades.

3.2 Caracterização dos povos indígenas no Vale do Javari em Atalaia do Norte no Amazonas

Os povos indígenas têm suas relações diretamente ligadas com a terra originária amazônica que, as quais marcam o seu cotidiano e ainda sua identidade cultural. A terra indígena conhecida de “Vale do Javari” mundialmente reconhecida como uma das maiores reservas naturais brasileiras de que natureza exibem uma diversidade de etnias, tais como, Matis, Matsés, Kanamari, Mayuruna, e os kulinas, que se avizinham dos povos Ticuna, Kokama, Kaixana, dos municípios próximos da TI.

A sua localização geográfica no Estado do Amazonas posiciona-se no extremo oeste com aproximadamente 6.539.950,44 hectares de floresta, segundo o Instituto Sócio Ambiental (ISA). Além disso, o território apresenta um amplo volume de água e afluentes trafegáveis de calhas hidrográficas cognadas de rio javari, curuça, ituí, itacoaí e quixito. Para isso, podemos observar no inferior o mapa da dimensão da terra indígena.

Figura 09 – Mapa de localização da Terra Indígena Vale do Javari, Amazonas.



Elaborado por: Teixeira (2021) extraído de bancos de dados (IBGE,FUNAI/2021).

A terra do vale do javari de acordo com informações contemporâneas existe mais de 6.317 indígenas. Além do mais, possui milhares de hectares de extensões territoriais, a qual foi constituída como TI na constituição de 1988 realizados estudos antropológicos e assim demarcado por lei em 2001 no desempenho presidencial do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E essa região tem uma gama de diversidade de etnias, ainda se encontra muitas variações linguísticas dos povos indígenas denominados de Katukina e Pano.

Porém, pode haver abundantemente muito mais variações linguísticas não reconhecidos e mapeados no território, portanto há registros de grupos isolados que tiveram o primeiro contato com indigenistas da Fundação Nacional do Índio. É imprescindível alegar à tona que os subsídios informativos entre os anos de 1993 e 2020 do acervo das instituições estaduais e federais de quantitativos populacional das populações indígenas teve um aumento no passar dos anos, como podemos visualizar na tabela a seguir:

Tabela 7 – Quantitativo Populacional dos povos indígenas.

POVOS INDIGENAS		
Ano	População	Fonte
1993	3.020	GT/FUNAI
2006	6.645	FUNASA
2009	3.459	CONDISI/JAVARI
2010	6.789	IBGE
2013	5.481	SESAI
2020	6.317	DISEI/VALE DO JAVARI

Elaborado por: Teixeira (2022) extraído de bancos de dados (ISA/2022).
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/demarcacao-da-terra-indigena-vale-do-javari>

De acordo, com os dados censitários levantadas por habitantes indígenas, a quais percebemos que correspondem uma grande porcentagem da população integral do município de Atalaia do Norte. Essas informações indicam um crescimento elevado dos povos indígenas segundo os dados da DISEI, além dos dados atuais, essa distribuição geográfica dos povoados é redefinida para outros espaços fora dos limites demarcados da TI, de modo, que uma percentualidade das etnias se distribui para sede urbana da cidade para busca de estudos ou até mesmo trabalhos fora dos seus limites territoriais.

Segundo o relatório (2020, p.04) do recenseamento sociodemográfico participativo da população indígena, confirma os argumentos que:

Atalaia do Norte possui 6274 habitantes indígenas, o que corresponde a 41,4% da população total do município. Deste total, 434 moravam na área urbana (6,3% da população urbana do município) e 5840 moram na zona rural (70,7% da população rural). Cabe ressaltar que esta estimativa do IBGE é baseada em informações sobre a “distribuição da população autodeclarada indígena no território brasileiro”, por situação de domicílio¹³. Se considerarmos a menor das projeções feitas pelos indígenas, 800 residentes, como certa, teríamos num espaço de quase oito anos um quadro em que a população morando na área urbana quase dobrou.

A partir das projeções da pesquisa apontadas com 41,4% de ocupação territorial indígena. Este estudo apresenta uma implicação importante na caracterização do fluxo dos povos indígenas para círculo urbano da sede da municipalidade, a quais tendenciou no período demarcação e pós delimitação da TI Vale do Javari. A conquista da demarcação equivale um marco na constituição de muitas organizações e associações indígenas, além do mais, esse movimento indígena significou que as principais lideranças e caciques das etnias se deslocassem de suas aldeias para zona urbana.

Sobre o mesmo assunto, o relatório sociodemográfico admite (2020, p.3) que:

No período de mobilização pela demarcação e no período imediatamente após a conquista da terra demarcada as organizações indígenas existentes eram majoritariamente lideradas por indígenas do povo Marubo, o que convergia para que, nos primeiros anos deste século, os indígenas residentes em Atalaia do Norte também fossem em sua maioria deste povo. A criação de associações etnicamente delimitadas e a consequente residência de seus representantes na sede do município, se não justifica o quadro atual, ao menos, pode ter facilitado os deslocamentos (permanentes ou temporários) de indígenas dos outros povos. Um segundo aspecto a ser considerado é a alegação de que os indígenas mais jovens vêm para a cidade estudar, sobretudo, para conclusão do Ensino Médio.

De fato, a abundância de subsídios descritos no relatório demográfico bancada por pesquisadores³⁶ no espaço urbano de Atalaia do Norte chama muito atenção, principalmente no indicativo do aumento da presença indígena na área urbana. Enquanto, a isso outros temas apodam também a organização territorial da TI do vale do javari. Quão verificamos na tabela abaixo informativos geográficos dos índios isolados.

Tabela 8 – Povos indígenas isolados no Vale do Javari.

Índios Isolados no Vale do Javari		
Isolados do Alto Jutai	Isolados do Igarapé Pedro Lopes	Isolados do Rio Pedra
Isolados do Igarapé Alerta	Isolados do Igarapé São José	Isolados do Rio Quixito
Isolados do Igarapé Amburus	Isolados do Igarapé São Salvador	Isolados Korubo
Isolados do Igarapé Cravo	Isolados do Jandiatuba	Isolados do Igarapé Inferno
Isolados do Igarapé Flecheira	Isolados do Rio Bóia/Curuena	Isolados do Igarapé Lambança
Isolados do Rio Esquerdo	Isolados do Rio Coari	
Isolados do Rio Itaquai	Isolados do Igarapé Nauá	

Elaborado por: Teixeira (2022) extraído de bancos de dados (ISA/2022).

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/demarcacao-da-terra-indigena-vale-do-javari>

Além do mais, observamos na tabela a quantidade de povos indígenas isolados entre margens dos rios e igarapés que dividem o mesmo território com os contatados. No estatuto do Índio³⁷ a respeito da significação de índio isolado no artigo 4º profere que, “quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos

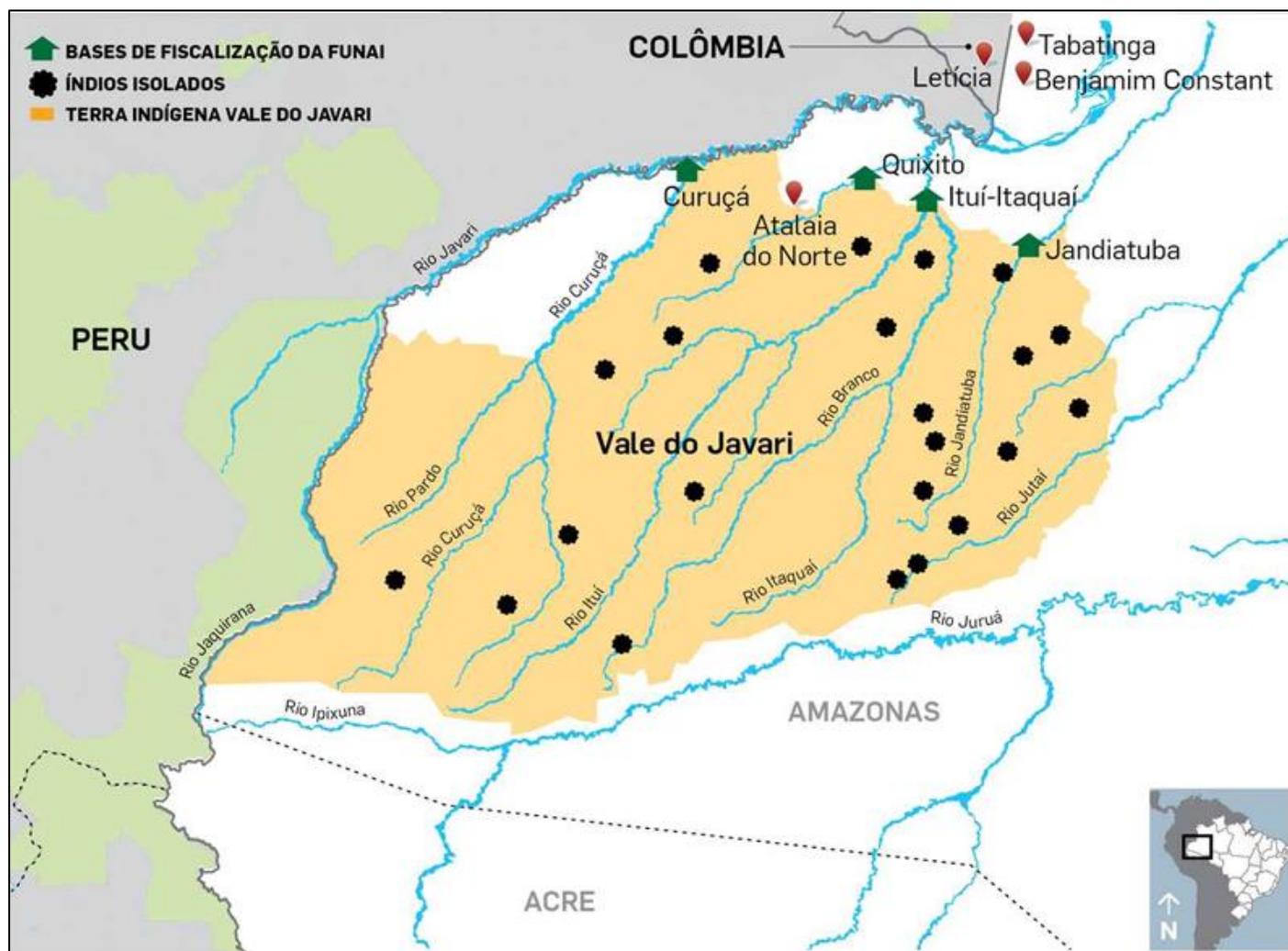
³⁶ Este trabalho foi realizado entre os meses de março e outubro de 2018 e contou com a participação de pesquisadores – docentes, discentes e egressos – do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas e do Núcleo de Estudos Socioambientais da Universidade do Estado do Amazonas, e de indigenistas ligadas à Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões e do Conselho Indigenista Missionário. No entanto, não foi uma ação exclusiva de acadêmicos, pesquisadores profissionais e indigenistas. Mas sim o resultado de uma profunda colaboração com lideranças e estudantes indígenas que atualmente residem na sede do município de Atalaia do Norte

³⁷ Estatuto do Índio. Lei n. 6.001 – 19 de dezembro de 1973.

eventuais com elementos da comunhão nacional”. Segundo os dados de D Avila (2018, p.11) fala que; dentre os povos que habitam o Vale do Javari estão povos “isolados” sendo 11 referências em até 2011, de recente contato Tsohom-Dyapá e Korubo e com mais de 50 anos de contato oficial com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI: Kanamari, Marubo, Matis, Matses e os Kulina - Pano. Tem muito se discutido o risco do desaparecimento dos povos isolados carecido com doenças e com a entrada de grupos antagônicos.

O Vale do Javari constitui a secundária extensão territorial aborígine do território brasileiro, a primária e a terra indígena Yanomami, além do mais, ambos territórios convivem com o descomedido aniquilamento ambiental das suas reservas de proteção. É de extrema acuidade, o caso dos povos indígenas em especial da TI Vale do Javari, porquanto sua envergadura geográfica a qual envolvem uma floresta rica em fauna e flora, detém de populações indígenas isolados não contatados como o mapa situacional demonstrar área territorial e os povos isolados.

FIGURA 10 – Mapa Situacional do Vale do Javari e dos Povos Isolados.



Fonte: Racismo Ambiental 2022.

Documento do relatório concedida em meio digital Jornalístico Indígenas do Vale do Javari evitam missionários e ‘Nós’, a Peste Global.

3.3 Contextos históricos do uso territorial da terra do Vale do Javari no Amazonas, antes da sua homologação.

É necessário, sob uma perspectiva dos movimentos históricos das lutas dos povos indígenas da terra do Vale do Javari, descrever como adveio o processo repentino do uso da floresta e de sua exploração intensa. Assim sendo, que a revolução industrial brotou como um marco no ciclo da borracha na Amazonia, tal qual significou um período histórico brasileiro da extração do látex para produção de múltiplos materiais da borracha, de fato, este momento também se consistiu no aumento abusivo e intensivo das florestas amazônicas.

Contudo, os dois períodos de ciclos da borracha 1870 a 1945 culminaram na migração significativa de população de regiões brasileiras em particular do nordeste. A esse, respeito do alvo da extração do látex denotou redefinição para distintos e novos espaços, a quais decorreu para os recursos naturais predominantes nas extensões do limite do vale do javari, de modo, que designou o uso fortemente e exploração pelos os brancos ou não indígenas da região.

A esta reflexão podemos incorporar a discursão de mestrado de D Avila (2018, p.11) a qual argumenta que;

O Vale do Javari, antes da demarcação, foi cenário de exploração intensa dos recursos naturais de forma predatória pelos não indígenas. A chegada massiva de não indígenas na região deu-se primeiro pela extração da borracha (1870-1911) e logo depois com a estagnação da borracha (1911 - 1945), deu-se início a extração de madeira, atingindo um pico nas décadas de 80 e 90 e que só finalizou com a demarcação da T. I Vale do Javari em 2001. Na década de 80 a Petrobras iniciou atividades de prospecção de gás natural na região e devido a conflitos com índios encerraram as atividades.

Tais afirmativas, robustecem na ocasião o período do monopólio por soldados da borracha ao mesmo tempo da homologação da terra indígena Vale do Javari. A exemplo disto, a pesquisa de D Avila³⁸ (2018) diz: Nesse período o vale do javari foi explorado por trabalhadores da borracha e madeira, ocasionando conflitos com os indígenas que recusavam a presença destes em seus territórios, em outras ocasiões, os invasores fizeram contato forçado com os indígenas e chegaram até mesmo a dizimar alguns grupos devido às doenças ou “correrias” - retaliações aos ataques dos índios.

A presença dos alcunhados de soldados da borracha que se alteraram para madeireiros e pescadores, no fim do ciclo da borracha, aos espaços e arredores territoriais dos limites da terra indígena antes da sua demarcação propiciaram proles de conflitos carecido ao

³⁸ D Avila, Janekely Reis. Os Kulina-Pano do Vale do Javari: Histórias, Memórias e Atuação Política. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, 2018.

comparecimento de enfermidades aos povos indígenas, a quais, acarretadas na ascensão ilegal deles aos rios e terras do Vale do Javari devido a entrada destes grupos. O estudo de mestrado da antropóloga Arisi (2007, p.45) nos revelar que:

As relações dos povos índios com as pessoas envolvidas nestes ciclos religioso-econômicos variaram consideravelmente de grupo para grupo. Muitos dos rios, como o Javari, Jandiatuba e Jutai, estiveram dominados por seringueiros. Por exemplo, em 1897, Cunha Gomes, chefe da comissão demarcadora de fronteira brasileira verificou que o rio Javari encontrava-se bastante povoado até a boca do Itaquai (FUNAI, 1998: 27). Como informado acima, houve um período de refluxo entre 1911 e 1945, mas isso não significou o total esvaziamento da região. “Os índios passam a ser objeto de correrias organizadas tanto por brasileiros quanto por peruanos, que atacavam suas malocas para obter comida ou mulheres, afugentando-os para outras regiões, escravizando-os na atividade extrativa, ou simplesmente exterminando-os” (ibidem: 28).

Este, argumento afirmar que os territórios do Vale do Javari constituíam dominados por seringueiros, dentre os anos noventa, as aldeias indígenas eram dizimadas e atacadas com a abertura de grupos antagônicos, em característicos de outras nacionalidades, tais quais, peruanos da fronteira, confirmado pelo o ecólogo Hilton S. Nascimento - CTI. A pesquisa da antropóloga Barbara Maisonnave Arisi³⁹ descreve o turbilhão de transformações, doenças e informações novas que incide com o contato nas relações entre os Matis e o grupos Korubo entre os períodos de 1976 e 1978.

Há muitos elementos teóricos que demonstram a dimensão problemática da inserção do ciclo da borracha no território indígena subscrito, as etnias “Marubo, Kulina, kanamari, Matis, Korubo, Matises” caem a modificar-se suas relações com a entrada de seringueiros, madeireiros, pescadores, muito antes da sua homologação, esta territorialidade caiu por muitas contextualizações históricas de lutas a respeito à proteção e preservação de sua identidade. Para tanto, Frederico Alexandre de Oliveira Lima (2013) no seu levantamento teórico titulado “*Soldados da borracha das vivenciais do passado às lutas contemporâneas*” cita na p.35, respeito dos povos marubos que então;

A partir do início da segunda década do século XX a economia da borracha começa a entrar em decadência, e há uma gradativa retração da população não indígena no vale do Javari. Os Marubo, por exemplo, irão viver um período de relativo isolamento e retomada demográfica no interflúvio Curuçá-Ituí até a virada das décadas de 1940-50. Embora o trabalho da borracha não tenha sido de todo abandonado, a extração madeireira irá gradativamente constituir

³⁹ Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação titulada de “Matis e korubo: contato e índios isolados no vale do javari, Amazônia” Florianópolis Abril de 2007 da Autora Barbara Maisonnave Arisi.

a principal atividade econômica da região a partir da década de 1940. O sistema de aviação e as relações de trabalho da economia da borracha na região serão mantidos, embora parte da população seringueira venha a emigrar gradativamente para os núcleos urbanos mais próximos - a desinstituição definitiva da TI Vale do Javari só irá ocorrer quando da conclusão do processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari.

Desse modo, segundo autor diz que os povos indígenas Marubo nesta ocasião no século XX no período da borracha adentraram em isolamento na terra indígena, para resguardarem suas aldeias de agressões. Pois, naquela época a exploração do comércio madeireiro tinha dado uma alavancada, ao lado com a revolução da coleta de látex “borracha” na região.

Tal qual, Arisi (2007, p. 46) diz que:

O zoológico do Museu Nacional, José Cândido de Melo Carvalho, visitou o Javari nos anos 50 e constatou que a exploração da borracha tinha apresentado crescimento durante a segunda guerra, mas era o comércio de madeira que crescia a cada ano. Os índios atacaram diversas vezes os madeireiros que invadiam seu território. Há registro de ataques em 1930 e em 1950 na região do alto rio Curuçá. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira esteve próximo ao Javari, nos anos 50, fazendo trabalho de campo com os Tikuna e também registrou os conflitos entre índios e madeireiros.

Já a população da etnia do Matsés em limite fronteiro com Peru na ascensão e fim do ciclo da borracha, conseguiram evitar contato com os não indígenas ou brancos. Seguindo o diálogo, Reis apud (2013, p.90) (CEDI, 1981; Romanoff, 1984; Matos, 2008) proferem que, no auge do período da borracha os Matsés conseguiram sobreviver através da evasão do rio Javari e, refugiando-se nos interflúvios, evitaram a presença nas principais rotas de exploração e comércio da borracha e os conflitos com os não-índios

Percebemos, as afirmativas que fazem alusões que os povos indígenas não embarcaram em conflitos com os grandes madeireiros da época, pois não tinha tanta força ibérica de armamentos como tinha os grupos antagônicos, de modo, que preferiram em refugiar nos adentro das florestas. Nesse sentido, a respeito da terra indígena do Vale do Javari podemos visualizar na imagem elaborado a partir do mapa geral na próxima página o limite territorial e as zonas que as etnias estão anexadas entre as calhas hidrográficas.

Estes territórios descritos no mapa na figura 11 e 12 distinguem-se a geografia dos rios e pontos dos apoios de proteção da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Os processos conflitantes no Vale do Javari, incluem o abuso da borracha, a quais tais espaços foram redefinidos para distintas corretagens de carne e pele de animais locais. Destarte o argumento é afirmando com o autor Reis⁴⁰ (2013, p. 91) *Soma-se o comércio de carne e pele de animais da floresta*. Assim, os conflitos que aparecem nos relatos a partir da década de 1920 são marcados de um lado, por uma resistência de caráter mais guerreira dos Matsés e, de outro, pelas expedições punitivas chamadas comumente de “correrias”.

A passagem dos momentos XIX e XX as populações indígenas antes da demarcação territorial passaram em eras acentuadas com a entrada de madeireiros em suas terras, de tal modo, que significaram agredidos e dizimados. Que combinou também na fuga dos povos matsés que impediram a aniquilamento das suas famílias no período tão indisposto para múltiplas populações indígenas.

Deste modo, em retomada e caracterizando os povos Kulinas-Pano ressignificaram aos seus territórios ainda, como assegurar a autora, D Avila (2018, p.74) que:

A demarcação da Terra Indígena Vale do Javari foi fundamental para a retomada demográfica dos atuais Kulina-Pano, pois ao contrário do que ocorreu com outros membros do grupo, que optaram por viver entre os não indígenas ou nas cidades, os remanescentes decidiram se concentrar e se reorganizar socialmente no seu território, apesar do violento período que causou a dispersão. A Terra Indígena do Vale do Javari foi demarcada em 2000, vindo a ser homologada em 2001. A delimitação da TI trouxe a segurança para a retomada do território Kulina-Pano. Após a interdição da área oficialmente, em 1996, amenizou-se a invasão da região e a exploração da mão de obra indígena por atores externos, propiciando uma menor influência da presença dos não indígenas e maior autonomia dos indígenas sobre seu território.

Diante do comparecimento de madeireiros recorrentes a exploração da borracha e da madeira, trouxe a dispersão de muitas etnias. Para reforçar a presença destes grupos nas áreas indígenas muito antes do limite a tese de doutorado de Luiz Antonio Costa⁴¹ faz uma abordagem etnográfica do povo kanamari no curso do rio Juruá no Vale do Javari que suportou também os conflitos decorrente a presença dos brancos, tais quais, investigou a relação do processo histórico que disseminou e desviou os kanamari na segunda metade do século IX e se arrastar das margens dos rios. Segundo ele (2007, p.35) Os Kanamari somam cerca de 1.600 indivíduos

⁴⁰ Reis, Rodrigo Oliveira Braga. Os Matsés e as fronteiras: conflitos, territorialização e a construção de uma identidade transfronteiriça / Rodrigo Oliveira Braga Reis. - Recife: 2013.

⁴¹ Luiz Antônio Costa. As Faces do Jaguar. Parentesco, História e Mitologia Entre os Kanamari da Amazônia Ocidental. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro.

que vivem, em sua maioria, no médio Juruá, na parte ocidental do estado do Amazonas. Alguns Kanamari se deslocaram para longe desta área, como, por exemplo, para a região do baixo Japurá, afluente da margem esquerda do Solimões.

Entre muitas asseverações, em pontos históricos do início da década de 1900 e o fim da década de 1999, mostram o quanto assustador as práticas e passadío empregados pelos grupos “Seringueiros, madeireiros” nesta época, além de contaminar a cultura dos povos, dizimaram aqueles que resistiram em defesa da garantia da proteção.

O setor madeireiros e da borracha na terra indígena Vale do Javari, tem alentado o usufruto territorial indígena, além do mais, as teses e dissertações tem apresentam informações da evasão violenta em períodos históricos e destruição de famílias, malocas e dentre outros. Tais quais, esses exercícios de opressão culminaram no afugentamento dos nativos dos seus locais de habitações para distintos lugares, com o temor dos grupos antagônicos. Há décadas de lutas em seus territórios entre os anos, pois o contato de grupos considerados brancos, aumentaram o descomedimento intenso desta imensa floresta.

Mediante a demarcação, Reis (2018, p.108)

Apesar da resistência do setor madeireiro, em 2001 a área foi homologada como TI Vale do Javari destinando, assim, a maior parte das terras da margem brasileira do rio Javari ao usufruto restrito dos povos indígenas e estabelecendo um maior controle sobre a exploração dos recursos naturais no início deste século.

Neste período de delimitação e homologação significou um marco extraordinaríssimo para os povoados indígenas desta região, de modo, que estabeleceu a proteção ambiental da TI e ainda mais, a identidade cultural dos povos nativos. As leituras dos referidos autores, Lima (2013), Costa (2007), D Avila (2018), Arisi (2007), Reis (2013) despontam o panorama específico da sobrevivência das etnias na TI Vale do Javari “*Guaraja*” de muitas lutas de garantir autonomia dos povos a respeito do seu território.

3.4 Movimentos sociais e conflitos territoriais na TI Vale do Javari: Invisibilidade dos povos tradicionais em limite da fronteira.

Neste tópico, iremos aborda assuntos recorrentes de conflitos na atualidade da terra indígena do Vale do Javari que com a demarcação no ano de 2001 não apenas limitou o seu território em proteção, mas assegurou todo ecossistema. Por outro lado, nos últimos anos tem sofrido com a entrada de grupos antagônicos em seus territórios, destruindo toda existência animal e florestal.

Pela observação de fatos mencionados em canais de Tvs abertas e jornais digitais, tem mostrado os movimentos sociais indígenas em defesa da diversidade, identidade, cultura, reivindicações sociais territoriais, leis, entre causas especiais. Nesse sentido, este território com a sua imensidão fica invisível nos olhos dos poderes públicos federais, estaduais, municipais brasileiros.

De acordo com Reis (2013, p.105) Às invasões madeireiras, acrescentam-se grandes projetos de infraestrutura, a intensificação do narcotráfico, a decisão do governo peruano de abrir concessões para a exploração de petróleo e gás, atingindo as regiões do Javari, do Ucayali e Madre de Dios.

Portanto, a situação delicada dos povoados indígenas do vale do javari, com a vastidão de terras torna-se abstruso sustentar a proteção e segurança territorial versus o avanço agropecuário⁴², madeireiros, pescadores ilegais, garimpagem nos rios, abertura missionária⁴³, e além disso o tráfico de droga, a quais a zona de fronteira tem uma função grave na tramitação deste material. A respeito do perímetro fronteiriço do Vale do Javari, o documentário de Nascimento (2006, p.440) aborda que;

O acesso legal à bacia do Javari através das concessões do governo peruano favoreceu a extração de madeiras de outras áreas que não as concessionadas, por exemplo, áreas da margem brasileira. “No lado peruano, "esquentam-se"⁴⁴ o mogno e o cedro ilegais provenientes do Brasil e proibidos de serem extraídos por meio do regime de concessões. Do lado brasileiro, próximo a Estirão do Equador, "esquentam-se" a madeira procedente do Peru”.

Este assunto é recorrente na TI ainda mais, com a entrada de madeireiros peruanos, que usufruem por meio dos rios que fazem a divisão territorial entre os países, que se encontra o limite da terra. A entrada dos “invasores” em terras homologadas é exposta e descritas pelos próprios povos indígenas, em uma oficina cartográfica assegurados no boletim informativo em 2020 e difundida no meio digital em 2021, organizado em colaboração com as etnias do Vale

⁴² Em fevereiro de 2017, na segunda maior Terra Indígena (TI) do Brasil, mais uma chacina pode ter passado despercebida aos olhos das autoridades. Indígenas Kanamari denunciaram, durante um encontro da etnia em junho, um ataque à tribo isolada dos Warikama Djapar, como são chamados pelos Kanamari. O massacre teria vitimado entre 9 e 18 pessoas.

Acesso: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/07/26/indios-kanamari-apontam-massacre-na-segunda-maior-terra-indigena-do-brasil/>

⁴³Indígenas do Vale do Javari evitam Indígenas evitam missionários e ‘Nós’, a Peste Global missionários Global. Acesso: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597707-indigenas-do-vale-do-javari-evitam-missionarios-e-nos-a-peste-global

⁴⁴ O termo “esquentam-se” designa a transação pela qual madeireiros peruanos e brasileiros retiram madeira da Terra Indígena Vale do Javari, atravessam para a margem peruana e as misturam com as madeiras retiradas legalmente das áreas de concessão deste país. Reis (2013, p.104).

do Javari. Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia⁴⁵ (2020, p.01) aproveitando a alocação do Marubo a quais assegura a entrada na área da TI de madeireiros, pescadores, quão podemos notar na sua fala;

Fazendeiros 'tá' chegando perto da terra indígena, mais pra baixo... É mais ou menos ali onde fica o município de Ipixuna, lá 'tão' entrando os caçadores, lá já tem roça, assim como um tapirí dos caçadores, porque lá, a picada da terra indígena, passa bem próximo do Juruá. Não tem como eles respeitar assim, entendeu? por isso eles estão entrando mais 'pra' dentro da terra indígena. *(Lucas, presidente da organização das aldeias Marubo do Ituí).*

De acordo com dado exposto, a união dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), tem recebido denúncias de funcionários da fundação Nacional do índio (Funai) Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e de populações indígenas, a quais descrevem a entradas destes grupos, citados na fala do indígena Marubo. Estes episódios nos rios, ituí, itacoaí, juruá e jandiantuba refletem o quanto preocupante invasão de pesca e caça ilegal das áreas de proteção. Segundo a Comissão Missionário Indígena – CIMI⁴⁶ (2018) em razão das invasões no Vale do Javari com risco de contato com índios isolados mencionam que:

“Eles (os invasores) já passaram das áreas dos isolados e estão na boca do rio novo, próximo da aldeia dos Marubo, onde leva três dias para chegar de motor tipo rabetá”, denuncia o coordenador a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Paulo Dollis Barbosa da Silva, do povo Marubo. “Ninguém sabe se já houve conflito, se já houve matança de isolados. Essa é a nossa reocupação”, acrescenta Paulo Marubo. Os servidores da Frente de Proteção Etnoambiental, responsável pela proteção aos povos sem contato, já fizeram levantamento dos locais de maior ocorrência de invasões. De acordo com Gustavo Pena de Souza, coordenador interino da Frente, cada região da terra indígena Vale do Javari tem um tipo de invasão. “

Em geral, as informações da base de proteção da (Funai) descrito por servidores evidenciam relatos nas hidrografias que permeia o território do TI. Dessa configuração, a entrevista realizada pela CIMI publicado em meio digital (2018) Gustavo Pena de Souza, coordenador interino explica que; *“Na região dos rios Ituí e Itacoaí, ao norte, é mais caça e pesca. Para o lado do rio Jandiatuba é garimpo e, na área sul, próximo a calha do rio Juruá, perto do município de Eirunepé, tem ocorrência de pasto”*. Além do mais, o que mais chama atenção é o atrevimento dos invasores contra a base de abrigo etnoambiental no ano de 2018 contra funcionários da (Funai) que naquele momento constituíram vitimados a tiros, excepcionalmente não houve qualquer morte. Portando, a área onde se aplica o ponto de apoio

⁴⁵ Boleem Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que margem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado / Povos tradicionais indígenas do Vale do Javari. – N. 3 (fev. 2020). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

⁴⁶Acesso: <https://cimi.org.br/2018/04/invasoes-levam-risco-a-indigenas-sem-contato-no-vale-do-javari/>

situa-se no afluyente rio ituí a quais são procedidas fiscalização juntamente com a Polícia Militar (PM) e Funai. A entrevista feita em referência ao problema no site da Amazonia Real⁴⁷ (2018) de acordo com 8º BPM responsável por dar adesão e ordenar atuações policias na terra indígena do Vale do Javari na época, alega conforme a nota que;

A nota do 8º BPM, “foi feito acompanhamento da embarcação invasora e ocorreu novamente um intenso confronto com a Polícia Militar, sendo avistada uma segunda embarcação de infratores”. Segundo o Comando, “as armas utilizadas pelos infratores seriam espingarda, revólveres e pistolas e que estes estariam com uma grande quantidade de munição, pois continuavam de forma intensa a investida contra a guarnição policial militar”. Uma embarcação da Funai foi atingida por projéteis de arma de fogo. Os servidores da Funai, os policiais e os indígenas não ficaram feridos, segundo o comandante.

Na margem do rio ituí localiza-se a base de inspeção como dito anteriormente, tais quais, navega embarcações “barcos, canoas de madeira, voadeiras” de populações indígenas transitam para o limite territorial da TI, este lugar tem administrado por nativas contatados e não indígenas, desde de 1996.

A exploração garimpeira nas bacias hidrográficas do Vale do Javari e a maior preocupação também, como discutido anteriormente as dragas garimpeiras retiram materiais minerais dos canais dos rios, a quais estes passam por um processo de separação dos metais “ouro” do solo. Ainda, a região do Alto Solimões tem recebidos decorrências caóticas a respeito da mineração devido a poluição do ecossistema, como de exemplo que acontece no Rio Jandiatuba localizado em São Paulo de Olivença-AM. Tendo em vista, os Indígenas do território da TI acusaram o avanço de garimpeiros em regiões do Vale do Javari, de modo, que foram avalizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) após averiguação.

Segundo as informações da instituição do Centro do Trabalho Indigenista⁴⁸ (CTI, 2017), confirma a operação de destruição das balsas na região do Vale do Javari:

Após uma série de denúncias, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) articulou com a Polícia Federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) uma ação que destruiu 60 balsas de garimpo ilegal que operavam próximas a índios isolados na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, no extremo oeste do estado do Amazonas, zona fronteira com o Peru.

Ainda mais:

⁴⁷ Base de proteção da Funai a índios isolados no Vale do Javari, no Amazonas, é atacada a tiros por invasores. Acesso: <https://amazoniareal.com.br/base-de-protecao-da-funai-a-indios-isolados-no-vale-do-javari-no-amazonas-e-atacada-a-tiros-por-invasores/>

⁴⁸ Operação destrói 60 balsas de garimpo ilegal na TI Vale do Javari. Acesso: <https://trabalhoindigenista.org.br/akavaja-denuncia-garimpo-ilegal-na-ti-vale-do-javari/>

Alguns meses atrás a Associação dos Kanamari do Vale do Javari (Akavaja) tornou pública uma denúncia da atuação do garimpo próxima à aldeia Jarinal, no alto curso do rio Jutaí, na Terra Indígena Vale do Javari. Segundo a denúncia, pelo menos 10 balsas estavam instaladas no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim, próximo à aldeia e aos limites da TI Vale do Javari. Os Kanamari relatam tentativas de alijamento por parte dos garimpeiros, que estariam prometendo melhorias na aldeia em troca da permissão para o garimpo ilegal no interior da TI.

O acesso de garimpeiros, madeiros, pescadores, entre outros grupos, elevam o crescimento de invasões em solo indígena e uso agressivo territorial, acarretando doenças e conflitos para comunidades tradicionais e povos nativos a quais não tiveram nenhum contato os denominados “isolados⁴⁹”. Além do mais, essas operações realizadas na ocasião em 2019 foram administradas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Polícia federal (PF) em comum acordo com a fundação nacional do Índio, tais quais imagem inferior confirma:



FIGURA 12 – Dragas garimpeira destruídas no Vale do Javari em Fronteira com o Peru.

Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/indigenista-desaparecido-planejou-acao-que-destruiu-de-60-balsas/>

Esta intervenção procedeu em destruição de 60 balseiras garimpeiras ao redor da terra indígena Vale do Javari quão mesmo observado na imagem acima. Afirmando, a constante presença destes grupos ao limite territorial da TI, é então um assunto bem periódico e descrito

⁴⁹ Segundo dados da Funai de 2017, são 16 registros de indígenas isolados, dois deles fora da área demarcada, o que corresponde a 14% dos 114 registros de índios isolados no país computados pelo Estado brasileiro. Destes registros, 10 são referências confirmadas (36% do total de referências confirmadas no país), 3 são referências em estudo (12% do total de registros nessa categoria) e 3 são registros categorizados como informações (5% do total de registros nessa categoria). Acesso em: <https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2016/05/02/entenda-o-sistema-de-protecao-ao-indio-isolado/>

pelas populações tradicionais da região. Entre idas e vindas de funcionários da fundação nacional do índio (Funai) e União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) atuantes na base de proteção Etnoambiental na calha do rio ituí, a quais determinados receberam intimidações de morte em referência da função desempenhada por eles, de modo que atuação destes profissionais culminou em bons resultados, em derrubada das balsas, e também da apreensão de animais ilegais para comercialização.

Em 2019, adveio um episódio importante neste andamento, o servidor e indigenista da (Funai) *Maxciel Pereira dos Santos*⁵⁰ desempenhava atuação frente a vistoria e vigilância no combate ao abuso de madeira, caça, pesca ilegais na terra indígena, e foi morto brutalmente na cidade de Tabatinga situada em fronteira em período de férias da instituição. Com isso, não há relatos que este funcionário recebeu algum tipo de ameaça ou provas, importante salientar que o caso teve nenhum inquerido ou investigações realizadas na ocasião pelas policcias do Estado do Amazonas.

No ano de 2022 na ocasião pós pandêmico do coronavírus, o indigenista⁵¹ Bruno Pereira⁵² que atuava frente a Projetos na União dos Povos Indígenas do Vale do Javari e Fundação Nacional do Índio e o Correspondente e Jornalista britânico Dom Phillips se deslocaram, a partir-se do Rio javari em um pequeno motor hp 40 pertencente a (Univaja) da sede urbana do município de Atalaia do Norte em direção a “TI Vale do Javari” para levantamento de subsídios para o livro escrito por Dom. Além do que, o senhor Bruno Pereira trabalho na apreensões e no combate aos crimes ambientais e fez contato com índios isolados no território do Javari, e ainda denunciou as dragas nos limites da região da TI muito antes do desmoroamento das balsas garimpeiras no ano de 2019 concretizadas pela PF e MPF, Funai, tais quais, visualizamos na figura anterior.

O indigenista alertou que tinha recebidos avisos de morte em abril de 2022, ao mesmo tempo de deslocar para TI, em junho do próprio ano em caminho fluvial, foram pegos de

⁵⁰Morte de trabalhador da Funai no Vale do Javari segue impune após 3 anos, ocorrido na cidade de tabatinga Amazonas. Após o homicídio de Maxciel, com dois tiros na nuca, a Polícia Federal do Amazonas abriu um inquérito para apurar o crime, mas até hoje — 3 anos depois — a investigação não foi concluída e nenhum suspeito foi indiciado Acesso em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61737974>

⁵¹ Povos Indígenas Dom e Bruno: do trabalho à morte brutal.

1 a 3 de junho - O jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira partiram da cidade de Atalaia do Norte para uma viagem à região do Vale do Javari, fora do território indígena, no extremo oeste do Amazonas, na fronteira com o Peru. Bruno, que pilotava a embarcação, transportava Dom para uma entrevista com integrantes da EVU (Equipe de Vigilância) da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), que estava no Lago Jaburu. Eles chegam neste lugar no dia 3 de junho às 19h45.

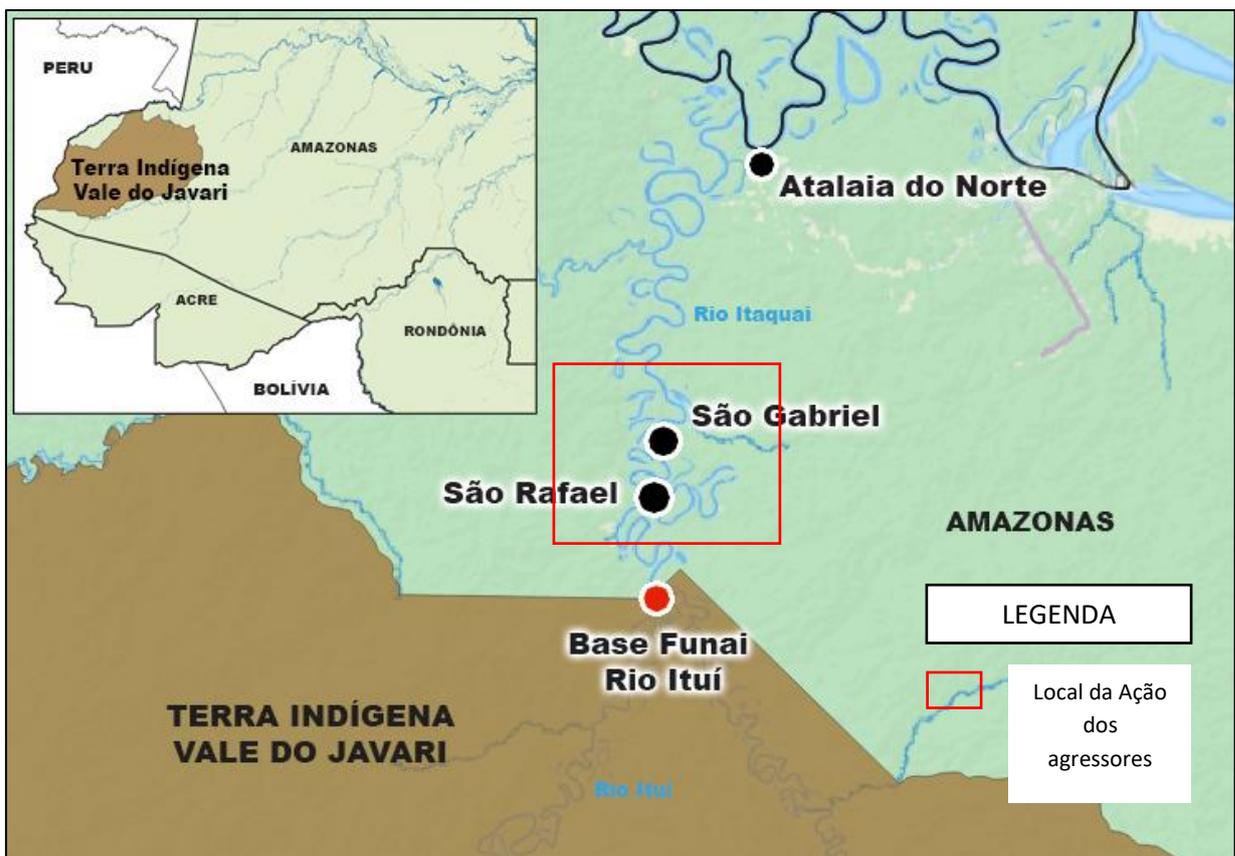
Acesso em: <https://amazoniareal.com.br/dom-e-bruno-do-trabalho-a-morte-brutal/>

⁵²Bruno Pereira alertou que recebeu ameaças em abril deste ano, diz MPF.

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/09/bruno-pereira-alertou-que-recebeu-ameacas-em-abril-deste-ano-diz-mpf.ghtml>

surpresa por homens armados, agredidos e falecidos na margem do Rio Itaquai localizados entre as comunidades ribeirinhas de São Gabriel e São Rafael pertencentes a cidade de Atalaia, as quais, estes lugares conviviam os indivíduos que o acometeram o fato. O desaparecimento do Bruno⁵³ e Dom, mobilizou atenção de todo o país, além disso, despertou a imprensa nacional e internacional, e trouxe a visualização das problemáticas que advêm no território indígena do Vale do Javari, na imagem abaixo podemos considerar a localidade de acometimento da morte do indigenista e jornalista.

FIGURA 13 – Rio Itaquai localização Geográfica da Morte de Bruno e Dom.



Fonte: <https://amazoniareal.com.br/dom-e-bruno-do-trabalho-a-morte-brutal/>
Adaptado por: TEIXEIRA, 2022.

O principal responsável na execução brutal de Bruno e Dom, e o apelidado vulgo “Pelado” velho conhecido, em realizar práticas exploratórias da terra indígena. Outro ponto a ser mencionado, a demora da averiguação por parte do Ministério Público Federal, que acarretou o encurtamento na procura dos corpos do indigenista e do jornalista. Para isso, foram

⁵³ A atuação de Bruno no desmonte das ações ilegais de garimpo, é um das razões das ameaças, analisa o membro da Unijava. “Ele organizava operações contra balsas de garimpo, deixando revoltados os responsáveis. O governo federal, que por meio do Ibama, da Polícia Federal, do Exército, que devia fazer algo, não faz nada. Sobra para nós, que nascemos na região, vivemos aqui e vamos morrer aqui. Essa é a nossa realidade”. Acesso: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/06/13/o-vale-do-javari-grita-pede-socorro-ao-mundo-todo>

as populações indígenas tiveram presente e auxiliaram na busca dos indivíduos subscritos. A região do Vale do Javari tem padecido bastante com opressão e monopólio abusivo madeireiro, pesca, caça, ⁵⁴garimpo, em todo o seu território como mencionado no boletim informativo dos Povos tradicionais indígenas do Vale do Javari (PNCSA, 2020).

A deficiência de fiscalização das instituições do (Ibama) e (Incrá) na cidade de Atalaia do Norte, é um tanto preocupante, pois a carência destas assessorias federais em uma territorialidade de magnitude exploração ambiental, associado a muito fatores, como de predadores humanos ilegais da pesca, em especial do peixe pirarucu e quelônios altamente valorizado no mercado, de modo, a ser levado em regras de manejo sustentável e direcionado em um plano de manejo, e também a verificação do assentamento agroextrativista ao lado da terra indígena, enfim esses pontos mencionados devem ser ajuizados pelos poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Os cortes nos orçamentos nas instituições que resguardam os povos indígenas no território brasileiro e fiscalizam entradas de indivíduos e fazem contato com índios isolados, caem por dificuldades nos dias atuais, com cortejo de 40% dos seus recursos a fundação nacional do índio (Funai) devido reestruturação e demissões de funcionários pelo presidente Bolsonaro, recaem em uma zona problemática. Ainda, com a política contemporânea do administrador, estar deixando de lado a política indigenista fora dos seus planos, pois o sucateamento das instituições federais precisa ser levado a sério e debatido. Essas referências, propõem que o decaimento dos impregnes financeiro dos órgãos federativos brasileiros como o da (Funai) abrangem ainda mais, o desenvolvimento de conflitos nos territórios dos povos indígenas brasileiros.

O movimento indígena do Vale do Javari e membros da (Univaja) repudiam a negligência de violação de exploração da terra indígena. A insuficiência de segurança e invisibilidade por artefato do governo, são as principais atuações dos movimentos sociais dos povos indígenas⁵⁵, porquanto a escassez de recursos e soluções para fiscalização e ações preventivas contra grupos invasores as movimentações dos povoados continuará. Em meio a

⁵⁴ Atividades de garimpeiros avançam no AM e ameaçam povos indígenas isolados do Vale do Javari. Estimativa é que 6 mil indígenas de etnias diferentes morem na terra indígena. Região maior concentração de índios isolados do mundo.

Acesso em: <https://univaja.com/atividades-de-garimpeiros-avancam-no-am-e-ameacam-povos-indigenas-isolados-do-vale-do-javari/>

⁵⁵ 'O Vale do Javari Grita, Pedre Socorro ao Mundo Todo'

Acesso em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/06/13/o-vale-do-javari-grita-pede-socorro-ao-mundo-todo>

suas lutas sociais, estão ações contra garimpeiros, desmatamento, e os responsáveis da morte do indigenista e jornalista, assim como, conseguimos observar abaixo:

FIGURA 14 – Manifestação dos Representantes de cinco etnias indígenas da Terra Indígena – Vale do Javari.



Fonte: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/06/13/o-vale-do-javari-grita-pede-socorro-ao-mundo-todo>

Foto: Antonio Scarpinetti

A representação indígena nas ruas da malha urbana da sede de Atalaia do Norte no Amazonas, vincula-se em direção da carência em melhorias das unidades de saúde, educação e proteção do território. As denúncias vão ao redor de entradas de missionários⁵⁶ na terra indígena no ano de 2020 em um período de pressão da ex-ministra Damares atualmente eleita como senadora, tal como, essas caravanas não deviriam acontecer, pois estão quebrando a cultura dos povos originários, como confirma a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) diz que: *“Os conflitos com a ministra Damares e denuncia a ação de evangélicos para apagar tradições ancestrais; investida de religiosos contra isolados se intensificou com nomeações no governo Bolsonaro”*. Esses conflitos emergem de desempenhos do desgoverno nas indicações catastróficas de encargos públicos federais e cortes nas instituições, como a indicação e nomeação do pastor Ricardo Lopes para o cargo de coordenação de índios isolados na (Funai) acusado pelos indígenas da região, por abrigar a presença de missionários na terra indígena.

Segundo, ⁵⁷União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, 2020.

⁵⁶ Fui obrigado a entrar em terra indígena com um missionário’, diz servidor da Funai.

Biólogo relata os conflitos com a ministra Damares e denuncia a ação de evangélicos para apagar tradições ancestrais; investida de religiosos contra isolados se intensificou com nomeações no governo Bolsonaro.

Acesso: <https://univaja.com/fui-obrigado-a-entrar-em-terra-indigena-com-um-missionario-diz-servidor-da-funai/>

⁵⁷ Ministério da Justiça exonera missionário da coordenação de índios isolados da Funai.

Nomeado em fevereiro após uma manobra no regimento interno da Funai para ser o responsável pela proteção de povos isolados, Dias Lopes continuou ligado a missões evangelizadoras de indígenas. A Funai sempre afirmou que seu coordenador havia se desvinculado de projetos missionários há mais de 10 anos, onde atuou pela Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), mas registros levantados pelo GLOBO e depoimentos de índios que trabalharam com o pastor revelaram uma atuação de bastidores do religioso, com foco na formação de futuros ministros que dariam a continuidade ao trabalho por ele iniciado.

A exoneração do cargo deste coordenador foi demandada pelo ministério público federal, em meio manifestações sociais dos povoados indígenas da terra indígena do javari “Kanamari, Matis, Mayuruna, Marubo, Kolinás”, do mesmo modo, indicação do ex-coordenador originou a abertura de missionários em uma estação tenebrosa da variante corona vírus no Vale do Javari, as populações indígenas poderiam ser eliminadas com a alargamento do vírus em seus espaços. O território indígena do Vale do Javari tem transcorridos por exploração a muitos séculos antes da sua homologação, em estações do ciclo da borracha e o fim dessa revolução, tal como, na ocasião contou com a presença espaçosa de seringueiros, madeireiros, pescadores, caçadores, que submergiram os espaços e desfrutaram do ecossistema da TI.

A fala descrita por “Vanei da Silva Kanamari” no boletim do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA (2020, pg. 09) cita que:

No tempo dos seringueiros os parentes Kanamari, da minha etnia se envolvia na madeira junto com os madeireiros. Chamavam 'pra' trabalhar com eles no rio Pedra, foi uma família, duas famílias (...) lá que trabalhou com nós indígenas, com muita bebida, nesse tempo não minha Frente de Proteção que fazia controle, entrava muita bebida alcoólica no rio Itacoáí no tempo da madeira. (...) viajando no rio Pedra, mais ou menos um dia de viagem, que foi assassinado o meu tio há muito tempo por causa de mulher, ele tentou defender a mulher dele mais o seringueiro não respeitou, os 'caras' eram muitos, os madeireiros eram muitos e matou ele a facada.

Do ponto de vista, as alocações citadas no texto, espelham e refletem os combates das populações indígenas frente intimidações, a quais foram mortos em defender suas famílias e seus territórios. Os povos indígenas se encontram maculados de sangue das suas batalhas históricas referentes, aos conflitos que emergem da ação de grupos e indivíduos em suas territorialidades, como podemos ressaltar o caso da terra indígena do Vale do Javari.

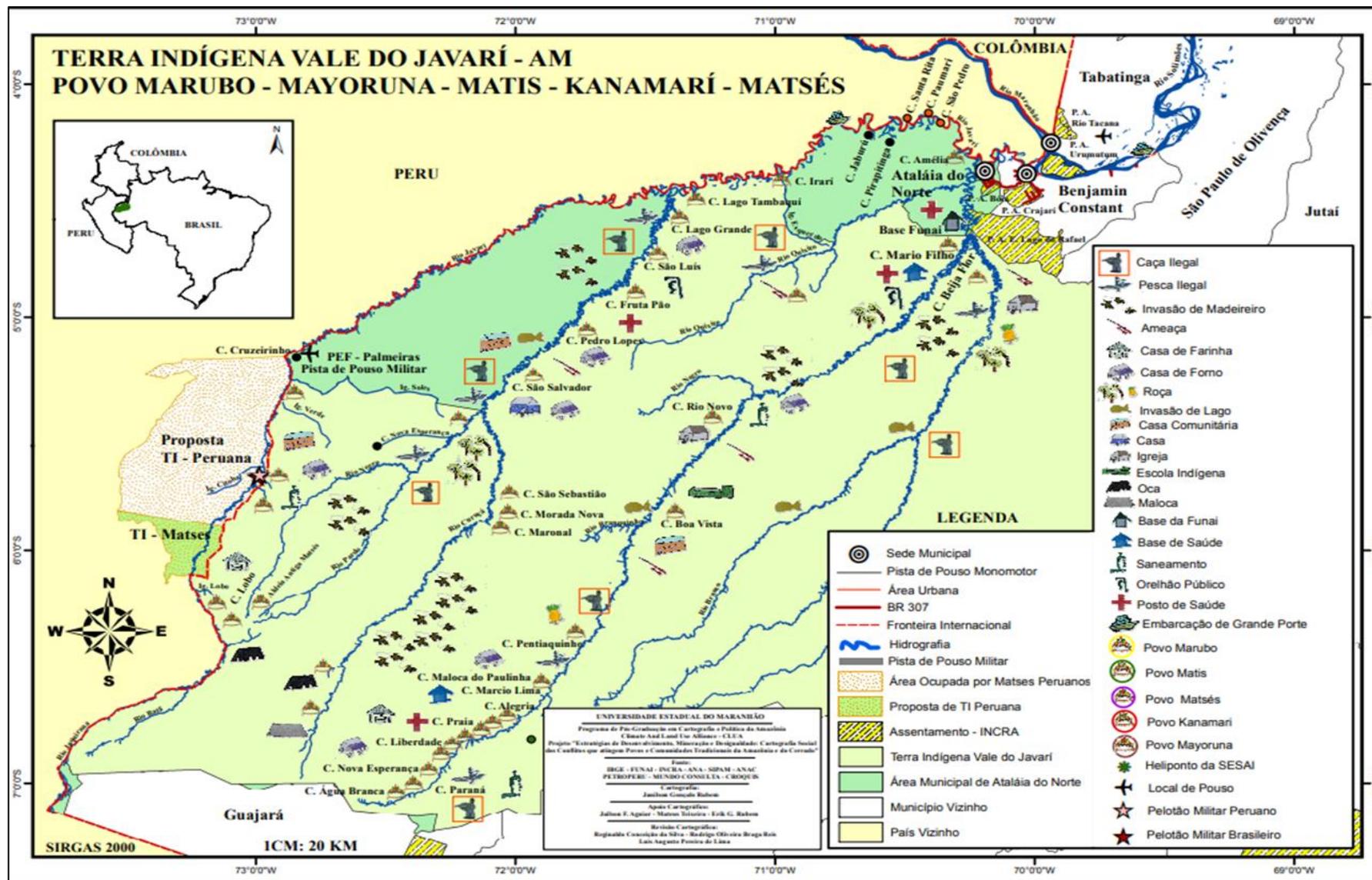
Na representação geográfica organizado a partir da oficina de mapeamento cartográfica do PNCSA, 2020, resultou-se em croqui elaborados pelas aldeias e comunidades nativas do Javari, espacializando as informações dos conflitos e as suas relações espaciais.

O mapa abaixo da figura 17, exibir todo o território da terra indígena em uma perspectiva ótica das populações indígenas. Logo, que visualizamos a circunscrição da presença de invasão de lagos, madeireiros, pescadores, caçadores, ainda mais, ameaças de mortes, em determinados pontos deste território.

Esses subsídios informativos ratificam todas as suas relações com a natureza e o espaço das etnias, destacando os locais de roçados, maloca, escolas indígenas, casas comunitárias, heliponto da SESAI, e também a zona de fronteira evidenciando o avizinhamo dos povoados indígenas peruanos.

Todo o contexto, sociais e territoriais enfrentados pelos povos indígenas do Vale do Javari, estão evidenciados em jornais e meio digitais em teses e dissertações de pesquisadores que debruçaram um campo de todas essas populações indígenas e suas mobilizações, para explicar de maneira fácil no fluxograma a seguir evidencia os cenários antes e pós delimitação do território indígena.

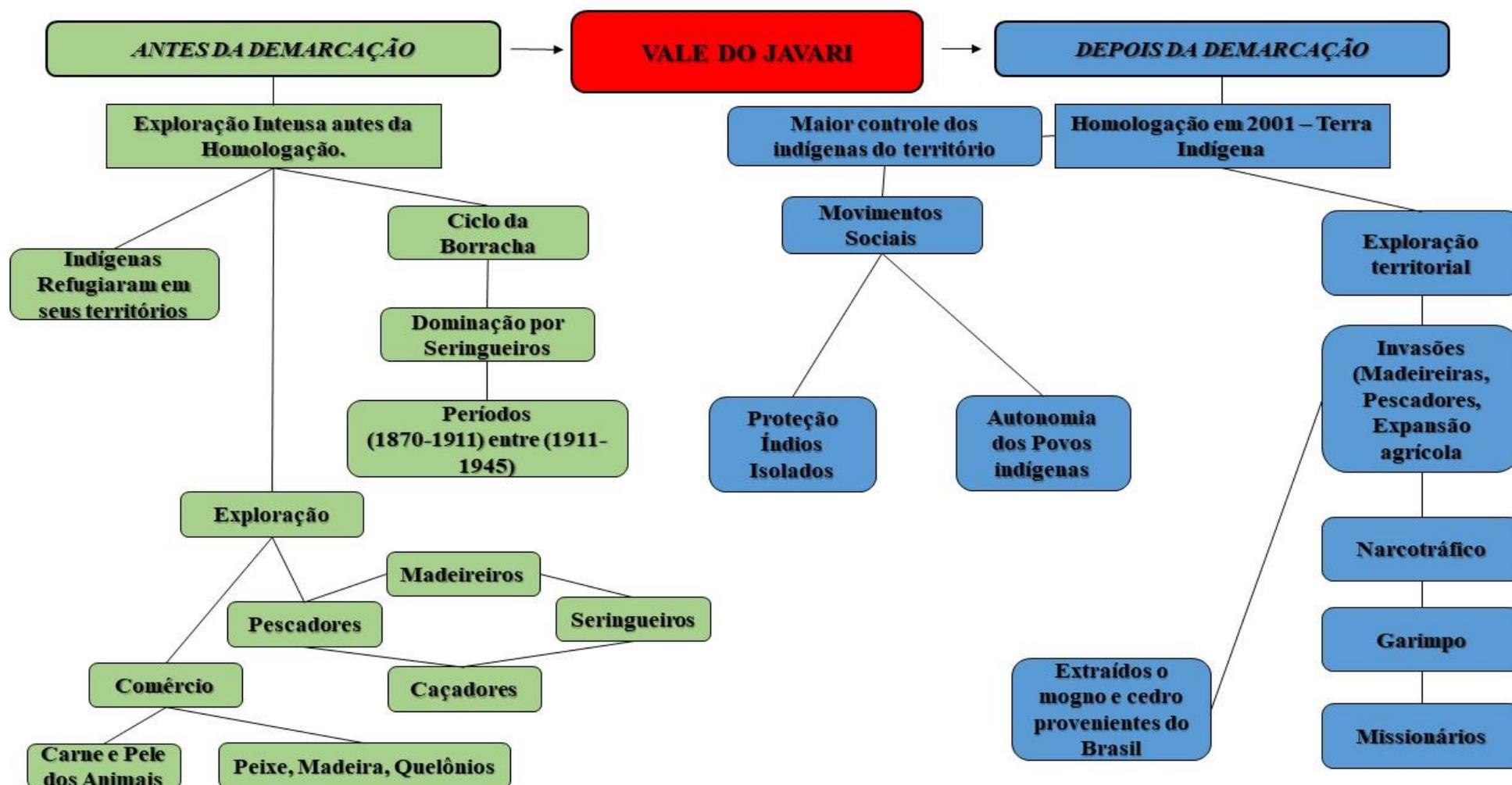
FIGURA 15 – Terra Indígena Vale do Javari – AM Povo Marubo, Mayoruna, Matis, Kanamarí, Matsés.



Fonte: PNCSA, 2020.

Cartografia: Janilson Gonçalves e Mateus Teixeira.

Fluxograma 3 – Cenário do Vale do Javari antes e depois da demarcação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTO PELO RECONHECIMENTO INDÍGENA EM UMA COMUNIDADE NA MARGEM DO RIO JAVARI EM ATALAIA DO NORTE NO AMAZONAS

Este capítulo nasce por meio de bandeiras reivindicatórias erguidas por indígenas kokamas, localizados geograficamente no município de Atalaia do norte no Amazonas, em uma pequena comunidade rural indígena de agricultores na margem esquerda da calha do rio javari. Em pontapé inicial, a pesquisa tem como objetivo investigar o movimento social, existentes nesta comunidade frente a negação do direito ao reconhecimento ético.

4.1 Diálogos sobre a formação de “São Pedro do Norte” no Município de Atalaia do Norte no Estado do Amazonas.

A comunidade foi constituída em 09 de setembro de 1993 na imigração de caravanas peruanas das margens dos afluentes dos rios amazônicos para margens das calhas hidrográficas brasileiras. A ocupação territorial deste espaço na época efetuou-se com a permissão do ex-prefeito Marcos Monteiro entre os anos noventa do seu primeiro mandato como administrador da Municipalidade de Atalaia do Norte.

Além disso, com a chegadas das caravanas das cidades peruanas transfronteiriças, chegam também comunidades indígenas kokamas que viviam em território brasileiro, com objetivação de alavancar sua população no lugar. A territorialização desses grupos sociais transcorreu ainda pelo andarilho religioso José Francisco da Cruz missionário do sagrado coração de Jesus, responsável em expandir e evangelizar, cidades, aldeias e comunidades pela Amazônia e América latina.

Segundo o Núcleo de Cultura Política do Amazonas (NPCPAM,2011⁵⁸) citam que a evangelização feita em comunidades por meio de José da Cruz na Mesorregião do Alto Solimões, refletem que;

A fé em Irmão José da Cruz faz com que ao longo do Rio Juruá se multiplique suas mensagens, contribuindo para um fortalecimento ainda maior das suas ideias, que se povoaram as fronteiras brasileiras na Amazônia, criando um catecismo moral capaz de sustentar um modo de viver próprio no interior da floresta. No Alto Solimões, no Amazonas, no tríplice fronteiro, a comunidade da cruz é tão forte também que mesmo com desaparecimento do seu fundador, os seus seguidores cumprem regamente seus ensinamentos vestindo-se com

⁵⁸ Núcleo de Cultura Política do Amazonas (NPCPAM- 2011). Acesso em : <http://www.ncpam.com.br/2011/05/os-devotos-do-irmao-jose-da-cruz-na.html>

longas vestes, no caso das mulheres, e com camisas brancas de mangas compridas, no caso dos homens, seguidos do crucifixo no peito para ambos os sexos.

Diante da reflexão, compreendemos que a orientação do missionário José da Cruz denotou um ponto marcante, na grande demanda de imigração de estrangeiros dos limites das fronteiras para cidades brasileiras, com a criação de novos seguidores religiosos em espaços geográficos e lugares distantes. Ainda, que as comunidades ribeirinhas são reconhecidas pela a Cruz de Madeira incorporada como um marcador⁵⁹, a quais nos remete a percepção de delimitação territorial, como observada na fotografia abaixo:

FIGURA 16– Área frontal de São Pedro do Norte no Município de Atalaia do Norte - AM



Fonte: Teixeira, 2022.

Então a partir da implementação da Cruz de madeira, se constituem as chamadas comunidades das cruzadas afirmando que a religiosidade do lugar é exclusivamente da missão da Santa Cruz. Portanto no levantamento das informações em in loco no período de 2022 em

⁵⁹ Os marcadores territoriais nas palavras do pesquisador aparecem como “representações sociais e espaciais de uma determinada etnia a partir das experiências, vivências e da cosmogonia, permitindo-lhes qualificar a relação de um grupo social com o espaço (a espacialidade)” Palestra Proferida pelo Professor Dr. Adnilson de Almeida Silva da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.
<https://www2.uepg.br/gpinterconexoes/2014/03/20/professor-da-unir-palestra-sobre-marcadores-territoriais-do-coletivo-kawahib/>

conversa com cacique geral do movimento kokama presidente da organização robustece a respeito da fundação do local, e diz:

A comunidade São Pedro do Norte já foi fundada em 1993, quando um bocado de Kokamas que vieram também da parte do Peru, mais entraram com a permissão do ex-prefeito Marcos Monteiro, mais já existia a comunidade de Nova Aldeia, que também existia, existe até agora o povo Kokama. Temos a comunidade de Palmari, que também é muito antigo, que também existe povo Kokama e várias comunidades.

Nesse sentindo, a narrativa dar ênfase a constituição de São Pedro do Norte no município de Atalaia do Norte. Essas informações do atual presidente remetem que seu povo kokama permaneceram há muito tempo na região da mesorregião do Alto Solimões no Estado do Amazonas, tal qual, foram dizimados com o passar do tempo.

E dessa maneira, com a afirmação de Almeida e Rubim (2018, p.01) corrobora a respeito da perspectiva histórica que; “Há inúmeros registros da presença do povo kokama no rio Solimões e na região do Marañon desde o século XVII, mais exatamente entre 1639 e 1691”. Portanto, afirmação ampara, o discurso do cacique geral que as populações kokamas foram diluindo-se sua representatividade ao longo do período entre os territórios em fronteiras internacionais na Amazônia colombiana, peruana e brasileira.

Ainda, para reforçar estes aspectos mencionados (Almeida e Rubim, (2018, p. 02) ao afirmar, e diz:

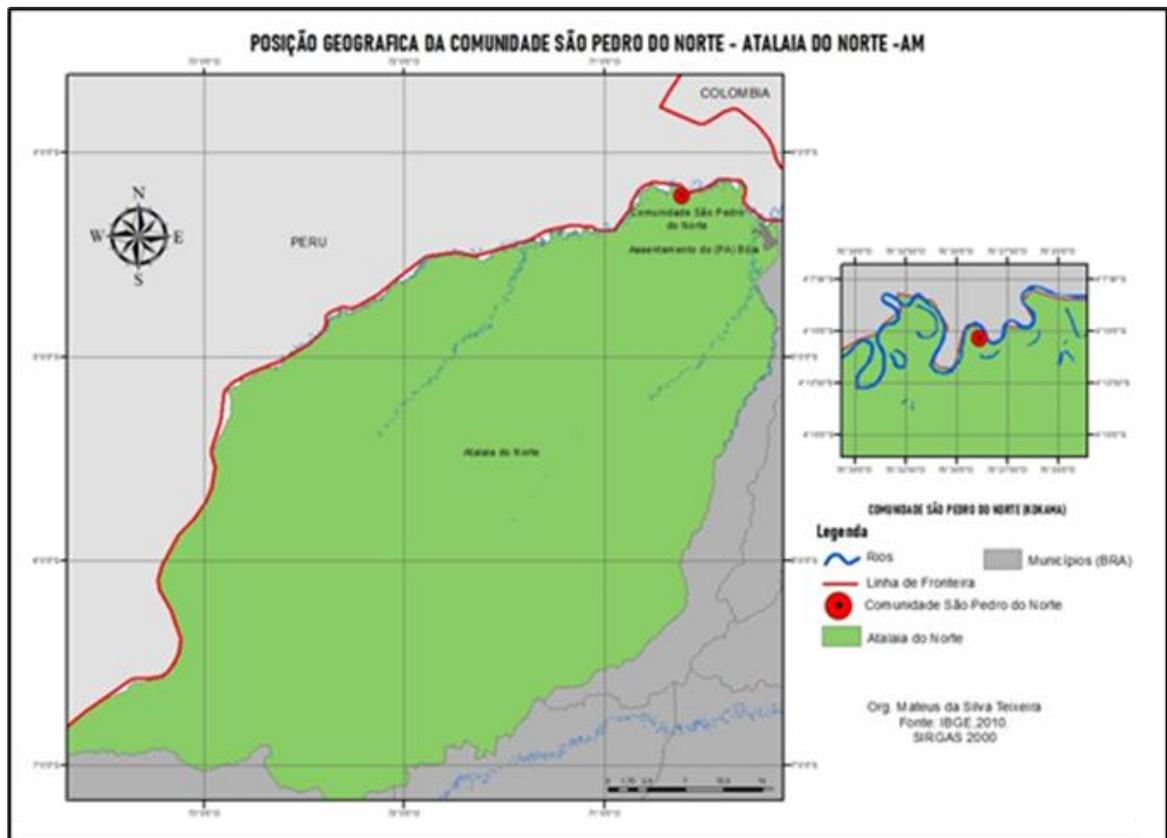
Este processo de deslocamento do povo Kokama tem sido sempre explicado como atrelado a conflitos na busca de terras para plantio e de águas para o exercício da pesca. São inúmeros os dados etnográficos concernentes aos Kokama, nas descrições de missionários, viajantes, cronistas, naturalistas, historiadores e administradores coloniais, que apontam estes sucessivos deslocamentos geográficos.

Notadamente, captamos a ideia que a apropriação indevida dos territórios kokamas foram motivadas pela transição territorial entre espaços e lugares durante os séculos. Para tanto, a profundidade das resistências e trajetórias navegadas entre os séculos dos kokamas, assim sendo, um tema complexo. Não é de cunho da pesquisa citar e afirmar que está população é indígena ou não, pois necessita de um estudo bem avançado e antropológico da comunidade. Entendemos, a importância de se fazer ciência em uma região de complexidade territorial em fronteira e suas ações são um movimento mobilizatória.

A comunidade de São Pedro do Norte está em posição geográfica no sudoeste do território do Estado Amazonense no município de Atalaia do Norte como mencionado anteriormente com uma área de 6.539.950,44 km (IBGE,2010) em fronteira amazônica se avizinando de comunidades campesinas peruanas.

Nesse sentido, para entender a geograficidade que a comunidade se localiza podemos observar no mapa abaixo:

FIGURA 17 – Localização Geográfica da Comunidade Kokama São Pedro do Norte no Município de Atalaia do Norte - AM



Fonte: IBGE, 2022.
Organizado por: TEIXEIRA, 2022.

A dimensão territorial do Município de Atalaia do Norte chama muito atenção no Amazonas, o deslocamento da área urbana para a comunidade em linha reta entre a sede da cidade em caminho até a localização de São Pedro do Norte, aproximadamente levam 5 quilômetros em uma linha imaginária. E também, pela calha do Rio Javari as viagens persistem em mais de 1 hora com pequenas embarcações construídas de madeiras e rabetas com rotação de 5,5 hp a gasolina.

A sua posição geográfica encontra-se em uma zona transfronteiriça política Peru entre grandes territórios da América do Sul. Assim então, em alusão as fronteiras transitadas pelo o povo kokama a pesquisa “Re-existência kokama na defesa da cultura e da natureza na Amazônia” reforçar os paradigmas teóricos e políticos da transnacionalidade do kokama e sua transformação social em territórios.

No estudo de Vieira (2021, p.02 e 03) apontar sobre dados fornecidos de instituições públicas e Núcleos de pesquisa que:

No Brasil constam 14.314 indígena Kokama (Siasi/Sesai, 2014), esse dados só os indígenas residentes em aldeias; 11.274 (IBGE, 2020). Mas na contagem da TWRK os Kokama somam mais 25.000 indígenas que se identificam no Brasil. Na Colômbia constam 236 indígenas Kokama (CONIC, 1988); 792 Kokama em 2003 (UNESCO, 2004). A TWRK no ano de 2020 contabilizou 5.200 indígenas Kokama residentes em território colombiano. 3 No Peru constam 11.370 (INEI, 2007), sem contar os residentes em áreas urbanas no Peru. A TWRK informa que são mais de 38.000 indígenas Kokama residentes na Amazônia peruana (Nova Cartografia Social Da Amazônia, 2020).

Os dados representados pelas instituições acima, confirma o contexto da organização dos povos kokamas a respeito da presença indígena kokama em territórios brasileiros, e suas relações são binacionais perpassam muitas fronteiras amazônicas entre nacionalidades. É nessa contextualização a comunidade de São Pedro do Norte suas lutas sociais estão em um movimento sob o reconhecimento étnico não legitimado pelas esferas públicas municipais, estaduais, federais.

4.2 As Redes de Relações binacionais além da Fronteira Amazônica e contexto problemático do não reconhecimento étnico.

A comunidade kokama e suas lutas sociais a respeito do reconhecimento étnico deu o pontapé inicial no ano de 2004, essa população tem enviados documentações, ofícios para instituições federais pedindo o estudo étnico da comunidade kokama localizadas na margem do rio. Nesse contexto, enfatizamos que os movimentos sociais indígenas kokama contrastam em prol de serem constituído e reconhecido como identidade indígena. Percebemos, a quanto problemática é a situação transcorrida por eles, por meio de suas historicidades e sobrevivências marcadas em suas trajetórias binacionais, a quais, foram submetidos na sua história.

Na Constituição Federal de 1988⁶⁰, as populações indígenas passaram a ser reconhecida nos territórios soberanos brasileiros, e com isso, passaram a ter autonomia, por meio de legislações específicas e direitos de demarcações de territórios ocupados tradicionalmente. Além do mais, o caso dos povos kokamas em atalaia do norte seus propósitos restabelecidos em ações voltadas, a respeito da sua autonomia com estado e a diversidade étnica cultural para garantia de assistências sociais ao seu povo. O cacique geral do movimento

⁶⁰ A constituição brasileira, respaldada pela (OIT) convenção n° 169 da organização do trabalho.

kokama por intermédio do uso da coleta de dados do campo, asseverar na sua fala acerca de submissão de encaminhamento para instituições na região do Alto Solimões.

Durante esses anos desde 2004 já viemos encaminhando documentações, ofícios solicitando, ofícios pedindo esse reconhecimento das comunidades, reconhecimento do povo Kokama, os direitos sobre a terra e passou uns 5 anos sem receber resultado. E quando nós conhecemos tivemos essa oportunidade de nos encontrar com o professor, o antropólogo José Maria Trajano, da UFAM e, aí foi um avanço grande porque ele já começou também a fazer os trabalhos dele tanto aqui na comunidade São Pedro, em aldeia Palmari, Atalaia do Norte. Começou a avançar um pouco mais as documentações, tivemos os resultados, mais aí também deu uma parada por causa de que os coordenadores da FUNAI que entraram, tanto o Jean, chamado “Tota”, também prejudicou muito, não encaminhava as documentações, que eu cheguei a saber por segundos, entrou o Bruno, que também prejudicou muito o nosso movimento, juntamente com esse tal Beto Marubo, que era funcionário da FUNAI e até agora que eles ficam (vamos dizer assim) denunciando, perseguindo e acusando que a gente é invasor de terras demarcadas, interessados nos benefícios e enfim.

As informações reproduzem a realidade do contexto social vivenciado pela comunidade kokama narrado na entrevista do líder, ao enfatizar o impedimento na tramitação de documentações, bem como, também se menciona de serem chamados de invasores de distante país. E essa a comunidade kokama não consegue chegar em qualquer lugar devido a não aceitação das populações indígenas do vale do javari, e uma das razões também são o desvalor das instituições locais que administram as reservas próximas, e deslembam da diligência de averiguação do povo kokama na fronteira.

Tendo em consideração, a incompreensão do direito ao reconhecimento identitários, segundo o aspecto de Silva⁶¹ (2012, p.53) explica que;

As identidades nacionais são específicas e estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos. Os povos tentam reafirmar as suas identidades que foram de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social.

Por essa razão, a busca da ação política das populações indígenas é uma forma fundamental nas lutas sociais. A constituição de 1988 marca leis para os povos tradicionais brasileiros, uma vez que, a situação dos povos kokamas buscam reconhecimento das suas raízes históricas entre o seu movimento transnacional nas fronteiras peruanas e colombianas e também na região do Alto Solimões no território brasileiro. Nesse sentido, o processo transitório do

⁶¹ Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, Márcia Vieira da Silva, titulado Reterritorialização e identidade do povo Amágua- Kambeba na aldeia Tururucari-Uka.

povo kokama passa em uma produção de novas identidades, ou seja, um povo que não está inativo ou estancado no território.

Em harmonia com Haesbaert (2006, p. 138) estabelece que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para o outro, abandonando territórios, fundando novos”. Essa noção, tem relação diretamente com as características da transição do povo kokama⁶², de modo, que sua territorialização dos povoados, estabelecem uma nova configuração territorial e geográfica dentre diferentes locais, tais quais, permitem disseminar as múltiplas formas de reprodução de vida.

Por conseguinte, a construção de redes de relações com kokamas de outras localidades além da fronteira devem ser mencionados. Assim, os kokamas tem desempenhado papéis imensamente importantes, nas lutas sociais pelo reconhecimento étnico “indígena”. O movimento kokama tem articulado juntamente com o Alto e Médio Solimões e também em Manaus (Capital) encontros com outros kokamas da região, com a finalidade de recriar circuitos de relações de conhecimentos e saberes.

Segundo, Cacique do Movimento kokama, fala sobre os encontros:

Agora em esse tempo da pandemia a gente se afastou um pouco por alguns problemas internos, mais a gente tem essa relação bacana com todos, tanto com os Kokamas do Alto Solimões, Médio Solimões, Manaus e até os povo Kokama daqui do Peru, que é do outro lado e, os povo Kokama da Colômbia também.

O povo kokama da comunidade de São Pedro do Norte é enraizado sob laços religiosos e parentescos familiares da zona de fronteira. Portando, a vinculação com povo kokama do Peru e da Colômbia vai muito além da fronteira brasileira. Os encontros concretizados pelos indígenas kokamas, tem como pautas a troca harmônica de saberes tradicionais entre homens e mulheres, fortalecendo a identidade e língua dos kokamas, em rodas de conversas a respeito da preocupação com o contexto atual de suas populações, observados na imagem inferior.

⁶² Transição das caravanas kokamas, não significa que os territórios ocupados por essas comunidades foram destruídos, e sim a busca por terras para produção da vida familiar.

FIGURA 18– Encontro entre kokamas da “Colômbia, Peru, Brasil” em Manaus - AM



Fonte: Rabim, 2021.

Fornecido pelo cacique da comunidade de São Pedro do Norte.

Os Movimentos dos kokamas, vão além de fortalecer aspectos atuais e conflitantes, mas, seus antecedentes históricos de linguagem “Tupi-Guarani”, criação de artesanatos culturais, transmitindo o conhecimento tradicional para futuras gerações. Estas ações anuais, com a participação de moradores da comunidade indígena São Pedro do Norte revelam a inquietação desse povoado com existência do povo kokama.

A identificação para os indígenas kokama é fundamental inclusive para necessidades básicas, como por exemplo, iluminação pública, sistema escolar e professores, transporte fluvial, e ainda atenção básica à saúde. À exceção do não registro como indígenas expõem repercussão na existência dessas populações, relatam que muitos não vieram a ser recebidos em unidades de saúde do Município Atalaia do Norte, a quais estão respaldados na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 no Artigo 196⁶³.

Para consolidar a ideia a moradora e mulher kokama “Laura” ressalta que:

⁶³ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
Acesso: <http://conselho.saude.gov.br>

Pra nós conseguir a escola daqui do São Pedro foi uma luta, inclusive com o ex-prefeito, foi uma luta muito dura, que nós tínhamos que entrar pro ministério público, pra justiça, pra que essa escola fosse construída, porque nós temos muitos alunos aqui, que hoje em dia quase a metade estudam na área urbana de Atalaia e aqui em São Pedro. Igualmente também foi Nova Aldeia que até agora com este atual prefeito tivemos uma reunião, aonde que nós supliquemos que essa escola ainda não foi inaugurada mais já o prefeito estava querendo desligar, mais pedimos a Nova Aldeia, que ainda não pisemos lá e enfim. Mais tanta suplicas o prefeito já liberou pra que essa escola funcionasse, mais foi uma luta também por meio do ministério público pra que essa escola seja construída.

A educação é um direito a todas como na constituição dispõe no ⁶⁴Artigo 205º “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” a comunidade de São Pedro está dentro do limite municipal de Atalaia do Norte, e cabe ao município fornecer a educação de base, tanto, pré-escola, ensino fundamental etc. Os movimentos sociais em respeito a reivindicação para educação, foi solicitado ao Ministério Público federal um setor de escola, a qual obtiveram um ponto positivo ao movimento kokama, visualizamos abaixo.

FIGURA 19– Escola Municipal da Comunidade de São Pedro do Norte em Atalaia do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

⁶⁴ Constituição Federal de 1988 – MEC.

As crianças que cursam a modalidade de ensino fundamental II e médio escolar são conduzidas para sede urbana do Município de Atalaia do Norte em canoas de madeiras com o motor “rabudo⁶⁵” motoristas contratados através da Prefeitura, haja visto, que a comunidade kokama tem apenas o sistema educacional pré-escolar e fundamental I. A respeito do deslocamento de estudantes para área urbana o cacique interino argumenta que:

Pra mim seria que melhorasse um pouco sobre a educação, porque tem muita dificuldade lá na cidade. Exemplos, as vezes muita chuva e as vez não tem barco, não tem essa gasolina pra se movimentar maiormente, é por isso que seria melhor, melhorar um pouco a nossa educação aqui, ter alguma escola própria da comunidade, que os alunos possam estudar mais alguma série aqui, de sexto, sétimo ano, oitavo ano e enfim. Pra não correr esse risco talvez de ir na cidade, pode haver algum acidente de carro, porque falta isso, né.

Essa é uma das questões descritas pelo movimento indígenas kokama, a respeito, da falta de modalidades de ensinios na comunidade. De modo, que muitos jovens indígenas se desprendem em direção a casas de parentescos na cidade, para finalizar o ensino fundamental II e médio em escolas estaduais e municipais. A quais, seus pais tenham temor que calhem algum incidente em curso fluvial ou até mesmo na área urbana, um assunto muito recorrente contados pelas famílias kokamas.

A iluminação pública, orientou-se de um antigo projeto do governo federal do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011 denominado “Programa Luz Para Todos” que contemplou a comunidade de São Pedro, há 11 anos, e tem períodos que a potência falha, devido a manutenção da rede de energia. As lutas sociais do Povo Kokama, através das suas persistências em solicitação para educação e contemplação a rede elétrica devido ao projeto de energia para comunidades rurais, são pequenas ações ganhas em seus territórios.

⁶⁵ Faz referência ao motor de centro.

FIGURA 20 – Poste de Alta tensões “Projeto Luz para todos” Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

As ações coletivas mobilizados pelas lideranças indígenas de São Pedro do Norte implicam por caráter sociopolítico de democracia e direito para eles, a quais, se auto reconhecem como indígenas kokama. Em pouco, estão ganhando espaço social com ganhos ligados, educação básica, fornecimento de energia elétrica, para suprir as algumas necessidades de seus familiares. Retornado, e concluindo abordagem de reconhecimento étnico desta temática, em ocasião principal da luta da comunidade.

Segundo, Cacique interino de São Pedro do Norte diz:

Por aqui por Javari provavelmente a gente luta pra esse reconhecimento, porque hoje em dia, até agora somos barrados tanto pela FUNAI, SESAI nem pensar, porque até agora nenhum resultado e sempre eles falam – não, tem que ter um estudo antropológico e, a FUNAI igualmente, tem que ter um estudo antropológico ou vem uma ordem lá de Brasília pra poder atender, então, de partir desse estudo antropológico vocês vão ter direito a ser reconhecido como indígena Kokama e, aí nós continuamos nessa luta. Porque, como, eu sempre digo a gente pode ir até pra Europa, onde for, mais a gente continua sendo Kokama. Então, o povo sofre muito nessa parte do reconhecimento como Kokama, não temos direitos assim como os outros indígenas têm. Isso é a nossa grande luta, nosso grande sofrimento, porque a gente sofre muito os preconceitos, a discriminação. Até na gestão do ex-prefeito nós tivemos conflitos parte da saúde, parte da educação, entremos na justiça contra a secretária, e hoje em dia estamos vendo também como trabalhar mais enfim, estamos vendo como vai ser, ainda tá se portando a secretaria e o atual prefeito, mais não estamos conseguindo também, mais vamos ver daqui pra

frente como que a gente vai se entender pra bem da comunidade Kokama, porque a gente precisa esse apoio, esse reconhecimento tanto prefeitura, FUNAI, SESAI que é as partes mais importantes parte da saúde. Porque em esse tempo da pandemia nós tivemos 6 perdas com a Covid, 3 pajés muito importantes nós perdemos, que era seu Manelito Macário, seu Chuquival e seu Escavier Noriega, 3 pajés que lutaram muito pelo povo e quando chegou a hora deles também, a gente não pude fazer nada, porque é uma cruel doença que a gente ficávamos sem poder, sem saber o que fazer, mais mesmo assim conseguimos preparar os remédios, cuidar do nosso povo.

A pauta do movimento kokama está intrinsicamente ligado a identidade indígena tanto com a sua religiosidade do seu povo e como também com as relações binacionais, os kokamas retratam o pedido coletivo para instituições (FUNAI, UNIVAJA, SESAI), a qual possam produzir-se informações necessárias sobre seu povo independentemente da localidade.

Portanto, durante muitos séculos o povo kokama vem resistindo a muitos conflitos em princípio a perda do território e a evangelização dos povoados indígenas kokamas. Além de que, deteriorou-se seus conhecimentos tradicionais com usurpação dos seus territórios e desaparecimento do seu povo durante espaço e tempo. Salientamos, que as redes de relações além da fronteira, transforma-se em um movimento que causa um impacto positivo, pois, são disseminados os conhecimentos tradicionais entre populações binacionais.

4.3 Agricultura, Pesca: Atividades de fortalecimentos familiar de Mulheres e Homens Kokamas no Campo.

As relações espaciais do povo indígena kokama da comunidade de São Pedro mantêm-se historicamente com atribuições de atividade para o campo voltados para a reprodução de animais e vegetais no que tange a subsistência de seus familiares. A organização espacial familiar para o desenvolvimento de trabalhos, como por exemplo, no cuidado dos animais, trato do terreno, entre outras operações. Estão fracionadas em atividades, entre as mulheres com encargos de realizar tanto o cuidado da casa e dos filhos, limpeza do terreno, já o braçal o homem executar na atividade de coivara⁶⁶ o solo, plantio, alimentação dos animais, e também na prática da pesca.

⁶⁶ Consiste em cortar e queimar a vegetação de um terreno para limpá-lo e adubá-lo com as cinzas.

FIGURA 21 – País e filhos indígenas no campo para atividades de limpeza do terreno na Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2022.

Na figura acima, expressa o cuidado do terreno ao mesmo tempo da colheita para progresso no crescimento das plantas, contra artrópodes (micro-organismo) do solo, como por exemplo, percevejos e outros predadores. A disposição de trabalho das famílias kokamas da comunidade de São Pedro são continuamente conduzidas no turno da manhã devido a insolação e temperatura do dia, pelo fato também que todos os dias com as badaladas do sino da igreja da Santa Cruz por volta de 05:00 horas do amanhecer, despertam para pregação da missa do evangélico do Sagrado Coração de Jesus.

A duração do culto é de uma hora, logo após, familiares encaminham seus filhos para as escolas. As relações espaciais da agricultura kokama, deste povo tem produzidos uma gama de variedade em espécies de vegetais, como descrito pelo um dos moradores mais antigo da localidade e diz:

Então, nós, eu, trabalhamos com a mulher na roça, plantamos mandioca, macaxeira mansa, banana, verduras que são o pimentão, maxixe, tomate, pepino e as vez tem a boga-boga, né. A gente planta pra nosso sustento da família, para ajudar o bolsa família, porque o meu bolsa família é muito baixo, dá duzentos reais com noventa, então não dá para comprar as vez o rancho, que agora está caro. A gente está plantando nossas verdurinhas aí pra ajuda, porque esses anos eu não fiz roça pra plantar a mandioca por motivo do conflito da terra. Levo, dia de sábado meus filhos quando não tem aula eu levo

lá pra minha lá debaixo, pra mim capinar, colher minhas bananas. Eu ensino eles a plantar, a cultivar, porque criança desde pequeno tem que aprender, porque assim meu pai me ensinou a trabalhar desde pequeno, porque quando ele é grande ele vai ter medo, porque nunca a gente levou as crianças desde pequeno a roça trabalhar.

Atividade é totalmente voltado para agricultura, se aplicam no cultivo de alimentos de espécies vegetais e leguminosa marcada pelas rotatividades de cultura como do maxixe, tomate, pepino, feijão de praia, abobrinha, chuchu, couve, repolho, mandioca, macaxeira, banana, que duram doze meses de espera para o seu plantio.

As mulheres kokama participam efetivamente em todo trabalho no campo, como descreve o senhor Frank, sobre as mulheres e de sua participação forte na comunidade? *“Sim, sim, é muito forte. E as vezes não são obrigadas mais elas querem, tem vontade, não, eu vou, eu quero trabalhar, eu vou, e eles vão junto com o marido, não é obrigado. Porque eles dizem, não, eu quero olhar como que tá minha banana, como que tá minha verdura, eu quero olhar, eu quero capinar. Elas também pescam”*. A base familiar é fundamental, pois, os pais transferem o conhecimento prática e saberes tradicionais, para seus filhos nos afazeres. As crianças pequenas que não estudam ainda, por exemplo, vão ao campo acompanhar nas atividades de limpeza e plantio no terreno. A criação de animais na comunidade é pouca expressiva de porcos, galinhas, e até um pequeno ajuntamento de gados.

FIGURA 22– Atividades de limpeza da área de criação de suínos na Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2022.

Esses animais, é útil no consumo e comercializados em companhia dos vegetais no mercado municipal de Atalaia do Norte diretamente para marreteiros⁶⁷ que permanecem na margem do rio Javari em frente da zona portuária. O peixe também é comercializado pelas indígenas como confirma Kokama diz que: *Só aqui no rio, aqui na beira do rio a gente pesca e esse tempo é no mês de março a abril e maio, esses três meses têm peixe de toda qualidade, matrinchã, pacu, piau, jaraqui, curimatã e, a gente pega esse peixe come e leva vender também pra Atalaia.*

A venda dos produtos dos indígenas kokamas, tornam-se importantes para que eles nas aquisições de produtos industrializados, a quais não podem produzir, como, açúcar, café, leite, arroz, óleo, sal, macarrão, dentre outros alimentos, e quanto também a objetos e utensílios, por exemplo, roupas, panelas, gasolina, botas, facas, terçados, enxadas, remédios, sementes para o plantio, entre diversas mercadorias importantes.

Além do mais, a comunidade kokama não tem um espaço físico para a venda das suas mercadorias no comércio municipal, e optam por comercializar para marreteiros seus produtos com preços muitas das vezes inferior ao vendido no mercado. Dessa maneira, cita uma moradora a respeito do espaço para os kokamas no mercado:

O mercado agora não tá adequado, tem muitas pessoas já que tomaram nosso lugar na frente. Antigamente quando era Nonato prefeito, aí tinha uma banca dos produtores rurais, ninguém, os marreteiros não podiam ocupar aquela banca, agora que tã em outro mandato, a gente não tem uma banca, uma mesa pra vender lá em Atalaia. Então, eles tomaram o nosso lugar, a gente quando chega lá na frente a gente vende aí na rua mesmo, as vezes as mulheres pegam a bacia e saem pela rua pra vender.

Outro fator, mencionado por eles, e a ausência de assistências técnicas do Instituto de desenvolvimento agropecuário e florestal sustentável do Estado do Amazona (Idam) local, segundo morador: *“Questão de agricultura do IDAM, eles só apoiam aqueles que tem principalmente o documento, por exemplo, eu não posso”*. Ele remete que o não reconhecimento indígena conduz a falta de apoio técnico agrícola e financiamento de equipamentos adequados para as populações indígenas kokama, estão à mercê de políticas públicas para muitas assistências sociais e créditos rurais.

A farinha também é um produto bastante consumido com o peixe e carne do mato e também vendido entre os kokama de São Pedro do Norte, como podemos observar na fotografia a seguir, o processo de produção deste produto:

⁶⁷ Marreteiros, faz referencia a um grupo de pessoas, que compram os produtos e revendam com preços elevados.

FIGURA 23– Entrada de mulheres na mata em caminho da Casa de Farinha na Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2022.

A produção de farinha do povoado indígena da comunidade de São Pedro é uma da principal renda dos kokamas, devido aos períodos de escassez do produto derivado da macaxeira na área urbana da cidade a comercialização dos paneiros de farinha permanência com o valor bem robusto. Esta figura acima representa a chegada de famílias indígenas kokama para finalização das últimas etapas do processo de manuseio da matéria prima, passou pelo descascamento, molho em água, prensagem da massa, ralador com motor 5hp.

FIGURA 24– Torrefação da Farinha, com ajudas de familiares em Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

A torração da farinha puba é uma das etapas finais do processo da matéria prima chamada de macaxeira ou mandioca, sua finalização e realização permanece com indivíduo familiar que possa efetivar a torrefação da farinha em uma temperatura correta, de modo, que a fôrnelha receba pequenas quantidade de madeira, como por exemplo, troncos da mata, com intuito de alimentar o fogo abaixo do forno.

Para que, não ocorra queimação da farinha em granulatura adequada, deve-se ser revirado em modo dinâmico a matéria em rotatividade com um remo rustico, a qual, a duração do processo dura em torno de 1 hora. Ainda mais, como descrito pelo morador que está realizando a torrefação na imagem diz que: *A farinha rende mais, a farinha, aí vai misturado as vezes, a farinha, a verdura, as vezes leva um pouquinho a macaxeira para ajudar, mais a farinha, e a banana também.* Assim sendo, a farinha um alimento essencial para populações kokama, a quais convém para venda em paneiros e na combinação com peixe, carnes em geral na alimentação dos seus filhos e familiares.

FIGURA 25 – Colheita do abacaxi na Comunidade São Pedro do Norte - AM

Fonte: TEIXEIRA, 2022.

A subsistência por meio da produção alimentar do povo kokama da comunidade tem chamado muita atenção pelas atribuições alcançadas e desenvolvidas por eles, ao desempenharem várias formas de produção animal e vegetal na produção da agricultura, caça, pesca. Amparando o comércio local da área urbana da cidade de Atalaia do Norte com seus produtos em variedades durante tempos, conclui que a construção das suas relações no campo depende muito do núcleo familiar para o desempenho das atividades espaciais.

4.4 “Um Tiro no Traçado” Conflitos na Comunidade de São Pedro do Norte: Uso da Cartografia Social para Identificação.

A discursão deste tema vai além de relatos das populações indígenas kokamas da comunidade São Pedro do Norte, com uso do instrumento cartográfico para descrever as territorialidades do povo kokama. Logo, que Acselrad (2012: p. 05) diz que: “quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida”. À vista disso, os kokamas tem confirmado a presença de conflitos com moradores não indígenas de comunidades rurais próximas. Entretanto, como debatido anteriormente estes sujeitos, buscam o

reconhecimento étnico junto a outros povos originários perante as esferas federais e estaduais que atentam para preservação das populações tradicionais. Bem como a terra para o povo kokama é de estima para as suas relações espaciais, tanto quanto para muitas funcionalidades da agricultura, criação de animais, construção de casas.

A localização geográfica da comunidade de São Pedro do Norte é um antigo seringal chamado de Trindade. E quando foram relocados pelo prefeito da época o espaço já tinha um dono da terra, ou seja, essa população não compreendendo que o ambiente tinha um cadastro ambiental rural do INCRA, constituíram suas famílias no ano de 1990 com autorização do poder maior do município.

Para isso, não é de cunho da pesquisa abordar sobre a referencia da demarcação territorial da comunidade, pois requer um estudo antropológico e averiguação dos fatos mencionados, objetivando o estudo em discorrer sobre os principais movimentos e mobilizações do seu povo kokama. Nesse sentido, retornando ao assunto conflitos na comunidade, o cacique⁶⁸ da localidade, reafirmar atenção que:

Sobre o conflito que tá tendo aqui na comunidade é sobre, maiormente é a parte do terreno, porque tem pessoas que dizem que são donos, até impedindo os moradores da comunidade de trabalhar, até impedindo pra não fazer mais roças. Então, se a gente não plantar, se a gente não fazer mais roça, então, a gente não tem o que comer no dia de amanhã, porque isso é um meio de nossa sobrevivência aqui nesta comunidade. E assim, por exemplo, já temos um conflito que já aconteceu sobre tiros nos moradores da comunidade, então, e isso é uma parte do nosso conflito que estamos tendo aqui sobre terreno. Então, o que a gente quer é que esse daí melhore e que tudo seja resolvido, porque se isso não for resolvido a gente não vai ter como trabalhar, como criar nossos filhos. Então, isso seria na minha parte mais fundamental.

O surgimento do conflito no campo começou no ano de 2006, que quando os kokama desbravaram a terra com finalidade de atingir plantios para agricultura, a partir dessa estação, originou que habitantes de comunidades rurais próximas da localidade, cometeram as iniciais intimidações contra os indígenas.

Como destacado, a moradora mais antiga da comunidade fala a respeito de denúncias para poder municipal que não foram bem recebidos na época pelo ex-prefeito, como mencionado em sua narrativa: *Quando o Galati foi prefeito, eu me lembro com Galati prefeito aconteceu um problema na comunidade também aqui, por aí teve uma discussão de palavras contra um rapaz que morava, eu fui denunciar lá com o prefeito Galati, aí como se diz, nos barrou, como eles nos chamam os peruanos, ele falou pra nós que os peruanos não tem direito no Brasil, querem mandar no Brasil, ninguém quer mandar aqui no Brasil, ao contrário a gente*

⁶⁸ Pretendemos preservar os nomes dos interlocutores.

tá trabalhando agricultura para sobreviver e ajudar o município e, aí ele falou que vai jogar a gente daqui com a federal daqui. Quando no ano de 2020 no dia qualquer, para uma família kokama, orientaram adentrar na mata para abrir uma nova picada⁶⁹, encontraram indivíduos bêbados com armas de fogo tipo espingarda atiram contra a família, pronunciaram palavras de baixo calão, que se retirassem da picada. Ao uso do álcool o morador kokama menciona que: *estavam bêbados, aí eles trabalham assim, pra eles ter mais coragem, como eles dizem.* Ao ocorrido o diretor da igreja local, descreve no tocante ao de episódios acontecidos:

O conflito da terra já vem começando desde ano 2006 aqui na nossa comunidade, porque o dono disse, que é seu Miguel, passou por aqui medindo nossa comunidade, cortando as vezes a planta que a gente planta e ele fala que é três mil metros de frente, o terreno dele, e aí ninguém denunciou ele, passou assim. E o ano passado já, 2020, ele agrediu um morador da nossa comunidade, um rapaz chamado Daniel, ele nasceu na nossa comunidade, ele tava indo pra roça, e o tal Miguelzinho, filho do seu Miguel, com irmão dele o Abel, ele atirou, com a intenção de assustar ou matar, porque ele falou pra ele, que se ele encontrasse na roça dele derrubando, ele vai atirar de novo, por isso que nós denunciemos na polícia para parar esses conflitos, daí de pronto pode acontecer um crime, matar alguma pessoa da comunidade. Porque a gente brigando assim não resolve nada.

Os tiros contra a família indígena não incidiram qualquer morte em seguida após ação feita pelos transgressores, toda a comunidade kokama reuniram-se para discutir como decidiriam sobre o ocorrido. Então, lideranças e diretores, presidente da comunidade estabeleceram em delatar na polícia civil o acontecido, e encaminharam para a delegacia civil na área urbana da cidade de Atalaia do Norte.

Segundo o relato exposto pela liderança, diz:

Quando aconteceu esse negócio do tiro, eu fui dá denuncia lá em Atalaia, eu não quis dá denuncia, mas porque aconteceu o tiro, a Laura me informou pra mim, como aquele tempo eu era diretor da igreja, o caso era com o presidente, mais não tinha presidente da comunidade, mais a Laura não quis falar pro presidente da comunidade porque não resolvia nada, então, falou pra mim, que eu sou diretor da igreja, “tio aconteceu esse caso aqui com Daniel, o rapaz atirou nele”, entences eu falei pra ele. Eu fiz a reunião na comunidade, eu chamei o seu Erenio que era presidente da comunidade aquele tempo, ele se negou participar da nossa reunião, ele como presidente da comunidade deveria estar presente, então, ele se negou porque era tempo da pandemia, ninguém podia fazer reunião, mas em caso de acidente a gente podia fazer, acaso era grande, todo mundo colocou a máscara na cara pra poder fazer reunião, naquele momento nós desliguemos ele da nossa comunidade que é presidente da comunidade, quem que vai tomar a frente agora é o diretor da igreja, o diretor, o presidente, o tesoureiro. Daí foi dar parte lá na delegacia, aí foi chamado pelo delegado, aí parece que não aconteceu nada. Aí passei com meu primo João Kokama, ele já mandou a denúncia pro ministério público, foi chamado pra polícia federal esse ano foi mês de maio, foi chamado pra polícia federal, aí foi dar o meu depoimento se o tiro aconteceu na comunidade, eu

⁶⁹ Termo, utilizado para abrir uma nova área para o plantio.

falei que aconteceu com Daniel, tudo aconteceu. Como digo, nós queremos ajuda do senhor pra que nos ajudem, pra que não aconteça mais em nosso território e depois tirar essas picadas desses, esses rapaz dizem que eles são donos da terra e não tem que classe de documentos.

O território do tiro no traçado⁷⁰ tem sido, alvo recorrente de conflitos entre moradores no limite da comunidade de São Pedro, relatam que há muitos “donos das terras” a qual, está desmembrados entre familiares do atual mandatário da cidade. A respeito da família que ocorreu o fato, o morador revela que: *“eles foram morar em Atalaia com medo porque eles viu que não tava dando certo aqui não, porque a primeira roça que ele tava fazendo, tava com problema, e é por isso tomou a decisão e foram pra Atalaia”*. No mapa abaixo elaborado com a ferramenta do google Earth, podemos localizar em ponto vermelho o ato do atentado contra uma família kokama na área da picada.

FIGURA 26 – Localização do conflito a Comunidade São Pedro do Norte - AM

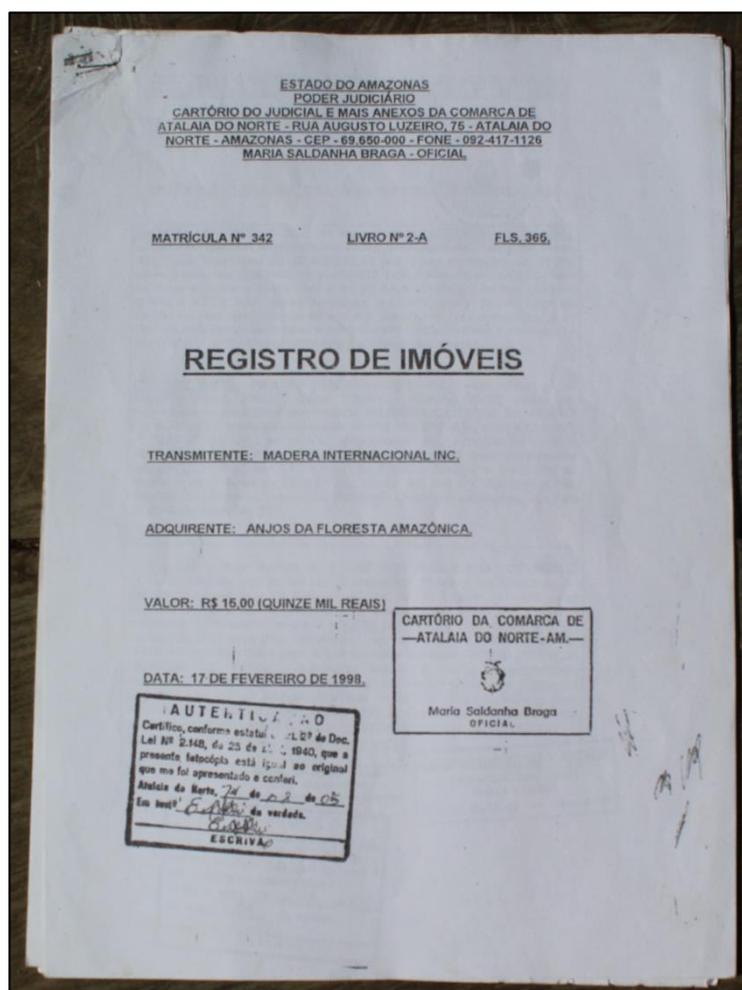


Fonte: Teixeira, 2021.

⁷⁰ Faz referência ao caminho utilizados entre as matas.

A posição geográfica do local é concernida em nome de Ingrid Patrícia proprietária principal do imóvel rural que determinou a liberação da área. A comunidade argumenta que a proprietária aprovou o uso do espaço e passou uma cópia da documentação e comprovantes da escritura pública de compra da terra pela possuinte para que eles, possam apontar e demonstrarem aos indivíduos que contradizerem que o perímetro territorial não tenha nenhum cadastro rural do lote.

FIGURA 27 – Registro do Imóvel Rural no Perímetro da Comunidade de São Pedro do Norte - AM



Fonte: Romaima, 2021.

Quando a comunidade kokama se estabeleceram na margem do rio javari não sabiam que o local tinha proprietário e servia para extração madeireira. Mencionado a situação pela moradora mais antiga reafirmar que: “A *senhora Patrícia, ela me deu aqui nas mãos no ano passado, mês de setembro, dia 24 de setembro ela me deu o documento da terra de São Pedro, pega uma área grande, começa desde o lago do cauchi, é uma área muito grande, entonces, ela me falou pra mim que essa terra é dela, ela não faz questão, ela nos deu pra cá pra morar*”

Em certo modo o pensamento da proprietária foi aderir a área para que eles produzem suas atividades com objetivo de reduzir os conflitos por terra.

Entendemos, que os grupos residentes ao redor da comunidade e políticos da sede municipal não recebem com bons olhos o estabelecimento de São Pedro do Norte no Município de Atalaia do Norte. Ainda mais, transborda numerosos impedimentos sociais, como por exemplo de ter atendimento médico, visitas de agentes de saúde e endemias, tratamento de água limpa, financiamento para agricultura do governo, assistência da SESAI/DSEI, apoio da FUNAI, e também a não aceitação da União dos povos Indígenas do Vale do Javari, fazem que essa pequena comunidade fique excluída.

Temos outras questões de conflitos que devem ser acrescidas também próximos da localidade como tratado ainda, pela liderança geral, argumenta que:

Mais embaixo também aconteceu lá em Nova Aldeia, tem outros conflitos também com o senhor Walter, aquele tempo que era vivo, dizendo que ele também é dono desse lugar lá debaixo, entonces, aí temos também um câmbio de palavras com ele, quando ele estava vivo, dizia que o terreno era dele e aí também proibiram fazer roça a minha mãe, o meu irmão, o meu cunhado que mora lá. Aí também tem outro problema da terra lá em Nova Aldeia, diz que ele é dono também, agora que ele morreu, agora ficou seu filho Junior, agora que o prefeito Denis, todos eles se acham que são donos desse pedacinho.

A regularização fundiária das extensões da margem direta da calha do rio javari necessita ser ajustado em meio aos órgãos responsáveis, tal como, Instituto Nacional de Colonização Agrícola (Incra) e Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável (Idam) no tocante a problemas de terras e imóveis rurais na área do município de Atalaia do Norte.

Entre muitas questões mencionados como a terra ter muitos donos, exclusão da comunidade nas instituições, problemas na saúde, fortalecimento da agricultura, água tratada, entre outras circunstâncias. Aplicação do uso do instrumento cartográfico social foi necessário para entender e identificar as áreas conflitantes exteriorizado e também uma possível área de interesse da comunidade.

A oficina cartográfica se deu a partir da chegada e reconhecimento do espaço na comunidade no mês de novembro no período de seca ainda, recebidos pelo cacique geral do movimento kokama estabelecemos uma pequena conversar informal com a liderança e explicamos o que iríamos aplicar no outro dia no lugar.

No segundo dia seguinte, pela manhã respeitando o horário do culto da irmandade da Santa Cruz, realizamos apresentações da equipe e explicamos a importância do mapeamento social para o empoderamento e fortalecimento de suas mobilizações sociais no campo, então

foi iniciado a confecção do material como podemos visualizar membros da igreja, lideranças, caciques, mulheres kokamas:

FIGURA 28 – Reunião com moradores da comunidade de Comunidade São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

As conversas entres os mais velhos e novos moradores da comunidade estabeleceram que iriam iniciar o desenho mental em um papel a4 simples, para que fosse repassado em cartolina branca, buscando evidenciar os problemas mais decorrentes. Dessa maneira, a produção dos mapas cartográficos da população indígena kokama, tem como função, despontar a territorialidade do povo kokama, e suas principais reivindicações sociais por meio do esboço do croqui. Em dicção do cacique geral do movimento dos indígenas kokama fala da importância do mapeamento para eles:

O mapa já representa muita coisa, um registro, uma identificação, pra nós poder mostrar as autoridades que nós em que lugar nós estamos morando e qual lugar que nós pretendemos que seja demarcada. Porque temos muitas acusações já por parte dos alguns que se dizem que são lideranças em Atalaia, parte dos parentes Marubos que dizem que a gente é invasor de terra demarcada, interessados nos benefícios. E eu sempre digo, a gente não quer nenhuma folha da terra demarcada, a gente respeitamos a luta de cada um, assim como nós respeitamos, também, nós queremos os nossos direitos aonde que nós moramos para poder trabalhar em paz e em união de todos.

A arte de traçar o mapa cartográfico improvisada pelas populações indígenas kokamas, despertam o olhar a respeito aos novos e antigos contextos vivenciados por ensejo das relações sociais de uso territorial.

FIGURA 29 – Processo de Confecção Cartográfica.



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

O conhecimento empírico dos povos indígenas da área, é de suma importância na produção do material cartográfico, sobretudo no domínio tradicional dos territórios, as quais, se tornam um instrumento de fortalecimento de seus movimentos sociais por melhores e respeito étnico e conhecimento da existência do seu povo. A demanda da autoafirmação social, como indígenas kokama é a principal luta mobilizatória de indígenas da comunidade e retratado por Robin Bardales Linares

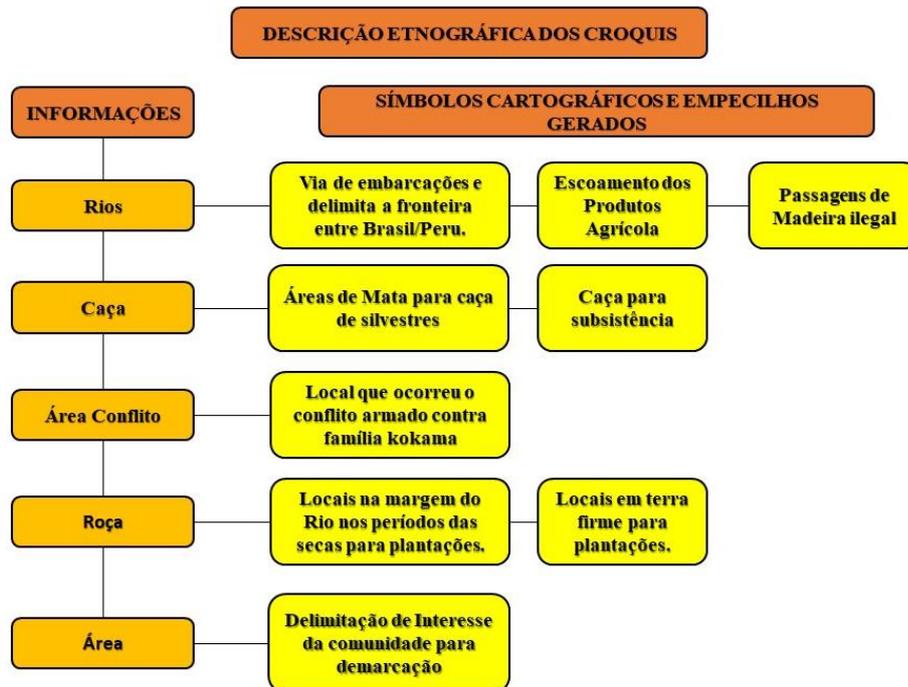
Porque meu pai, meu avô eram Kokama, eles falam que a etnia dos Kokama não existe, então, porque, eu falo assim, se meu avô foi Kokama, meu pai foi Kokama, então, eu sou Kokama, meu filho nasceu em São Pedro, já são Kokama. A etnia nunca se vai acabar, por isso que o Kokama tem que ir pra frente.

As experiências vivenciadas em territórios do povo kokama, em especial aos habitantes da comunidade de São Pedro do Norte, é um elemento informativo e chave de sua

existência histórica que comprovam suas ações nos espaços. Pois a memória dos seus ancestrais é um artifício que representar a sua identidade como indígena kokama.

Nesse sentido, Almeida (2008: p. 43) traz o seguinte posicionamento: “A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. A força desse povo na luta contra conflitos de terra e a busca por reconhecimento, fortalecer todos os seus movimentos, além do mais, podemos ver abaixo a tabela algumas informações do produto cartográfico da comunidade.

Fluxograma 4 – Descrição etnográfica do croqui elaborado pela comunidade.



Fonte: Teixeira, 2022.

A representação cartográfica elaborado pelos representantes e liderança kokama da localidade é visto como uma referência na articulação entre as instancias federais, municipais, estaduais, para formulações de problemas mencionados no fluxograma acima. Os símbolos elaborados a partir do croqui explicam em desenhos sua forma tradicional de vivenciar o seu espaço e os processos envolvendo os conflitantes.

O croqui é extremamente eficaz na evidencia dos movimentos sociais contra a negação do direito fundamental de assegurar e representar sua identidade étnica e religiosa, valorização

do conhecimento tradicional, além de preservar seus aspectos históricos no território da fronteira.

FIGURA 30 – Croqui elaborado na Comunidade de São Pedro do Norte - AM



Fonte: TEIXEIRA, 2021.

Assim sendo, a valorização do conhecimento do povo kokama são determinantes na visualização de problemas no local e na reformulação de novas ferramentas para a resposta contra os poderes públicos.

A oficina cartográfica foi essencial no processo de como as lideranças e moradores possam demonstrar o entendimento territorial da área inserindo suas relações e produção com território tanto na pesca, agricultura, caça de animais para a subsistência, locais de picadas, conflitos e entre outras maneiras de manifestar a forma que veem seu lugar.

Cada morador e líder ou caciques que participaram no processo de confecção cartográfica representaram como elemento importante no diálogo na maneira de expressar a linguagem descrita expressando suas reivindicações e resistência. O movimento social kokama tem transformado como instrumento de valorização dos seus conhecimentos antecedente e históricos na possibilidade do reconhecimento étnico cultural de um povo que passa por muitas territorialização na busca de novas identidades em territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história brasileira os movimentos sociais sempre foram marcados por manifestações populacionais na face em contestar a ordem estabelecida, ou seja, a presença de instigar para melhorias e mudanças ligadas à garantia básica de saúde, educação, moradia, saneamento e reconhecimento identitário ou étnico indígena.

Em síntese geral, a respeito dos movimentos sociais são expressões de grande transcendência para a sociedade, tanto quanto, na busca de direitos e mobilizações de grupos sociais em seus territórios. E nesse sentido, está pesquisa se direcionou em um grande esforço em debater e pensar de natureza conceitual “Território e Territorialização” e “Geografia e Movimentos sociais” entre o primeiro capítulo I deste estudo, entendendo que essas abordagens conceituais estão bem definidas.

Pois, além disso, o território foi a nossa aliada nas abordagens geográficas e está diretamente ligada ao espaço, este pensamento da corrente das ciências humanas em princípio geográfica é conectada intrinsecamente na categoria de território para apreendermos as relações e também o movimento social da sociedade.

Portanto, para geografia essas reflexões dos movimentos sociais se dispuseram a partir de 1970 a 1980 em razão dos expressivos movimentos iniciados entre essas décadas, como, movimento sindical, movimento do camponês, associações de moradores, lutas setoriais por creches, transporte público, e entre outros.

Em virtude dos inúmeros motivos para conquistar os espaços políticos e essências para suas mobilizações sociais, hoje na atualidade as questões de perda ou demarcação territorial estão em pauta na geografia dos movimentos sociais. E isso resulta em múltiplos registros de conflitos e manifestação da sociedade em defesa e proteção da terra.

Passo a passo essas ações configuram o meio de vida dos sujeitos na busca de novas identidade e proteção territorial, pelas afirmações dos movimentos sociais próprios na região do Alto Solimões do Estado do Amazonas, as comunidades tradicionais, ribeirinhos, camponeses, assentados, extrativistas entre outros povos, causam um reboiço impactante na resolução de seus problemas.

Conforme, como visualização no capítulo II, o panorama situacional do Estado do Amazonas, em virtude aos impactos de desmatamento, mineração, conflitos por terras, caça e pesca ilegal em terras indígenas, essa região no sudoeste do Amazonas tem sido por muito tempo um cenário caótico de problemas envolvendo grupos antagônicos que usam os recursos

presentes na floresta, para comercialização e destruição de toda ecologia existente no território Amazonense.

Citamos, essas informações a partir-se de dados fornecidos do Sistema de desmatamento do Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia (IMAZON), Relatório da Operação Amazônia nativa (OPAN), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Agência Nacional de Mineração (ANM), Organização não governamental (GREENPEACE), boletins e fascículos do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) entre outras fontes oriundas de livros e dissertação, teses, artigos científicos, dados secundários de instituições públicas.

Em seguida, no capítulo III, discutimos a dimensão e contexto territorial das lutas sociais de indígenas da terra do Vale do Javari que é a segunda maior terra tradicional do espaço brasileiro, uma região de complexidade territorial em uma zona de fronteira, mostra que antes da sua homologação foi um palco de uso por parte do ciclo da borracha a quais grandes seringalistas aproveitaram a região para o enriquecimento e destruição da reserva natural.

Esse período, apresentou como um dos maiores desastres, pois dizimou muitos indígenas de etnias difundidas no território do Vale do Javari, acarretando a aniquilação de aldeias, grupos e doenças dos brancos para as populações indígenas. Diante disso, pós-delimitação e homologação federal no ano 2001, na atualidade houve o maior controle das populações tradicionais do seu território. Mesmo assim, com a demarcação, muitos relatos das populações tradicionais ponderam que a entradas de grupos não pertencentes do território na terra indígena para retirada de madeira ilegal, caça predatória, pesca, dentro outras formas de uso. Ademais, avisos de morte foram proferidos a lideranças do Vale do Javari e também contra atuação de servidores da FUNAI.

Em 2019 foi assassinato funcionário da fundação Maxciel Santos na cidade de tabatinga, caso que não teve nenhuma apuração por parte da polícia. Não somente este caso, houve também o homicídio de Bruno Pereira, atuava na apreensão de pescados, caças, quelônios ilegais e na missão que explodiu diversos aparelhamentos para mineração.

Então este capítulo trata de forma minuciosa sobre muitos temas, da formação do Município de Atalaia do Norte no Amazonas e o problemas antes e pós-homologação da terra indígena Vale do Javari. Por outro, o capítulo IV tratou a respeito do movimento social mobilizatória de uma comunidade chamada de São Pedro do Norte kokama, na margem direito do Rio Javari, em Atalaia do Norte que lutam pelo reconhecimento étnico indígena, frente a negação dos poderes públicos federais, estaduais, municipais. Além do não conhecimento dos povos indígenas do Vale do Javari.

Entre as passagens dos capítulos da pesquisa, buscamos refletir tanto quanto conceitualmente a temática a respeito dos movimentos sociais e os processos de territorialização em Atalaia do Norte no Amazonas. Por meio da metodologia exploratória e as técnicas mistas possibilitaram ter a visão maior de compreender os aspectos de problemas encarados pelos povos tradicionais na proteção de seu território. Nas oficinas cartográficas realizadas com os kokama foi essencial para entender a situação real do povo kokama e suas principais reivindicações que impedem seu reconhecimento identitário.

Concluimos, que todo o conhecimento alçado por meio de documentos, sites oficiais, despontam uma gama problemática na macro e micro da região do Alto Solimões até o Município de Atalaia do Norte, com dados de desmatamento, conflitos em terras indígenas, mineração, avanço rural em reservas. A dimensão do município pesquisado chama muito atenção pelo tamanho territorial, entendemos que a proposta do estudo correspondeu muitas inquietações do oco de informações deste território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acselrad, Henry. (org.). Cartografias sociais e territórios. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, 2008.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Rubim, Altaci Corrêa. Kokama: a reconquista da língua e as novas fronteiras políticas, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br> Acesso: 10.04.2022 às 07 horas da manhã.

Alonso, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

Andrade, Manuel Correia de. A Questão do território no Brasil. 2. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

Arisi, Barbara Maisonnave. Matis e korubo: contato e índios isolados no vale do javari, Amazônia. Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação titulada de Florianópolis Abril de 2007.

Acselrad, Henri e Vianna Jr, Aurélio. (Organizador); [et al.] Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate/– 2. ed - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2012).

Bomfim, Natanael Reis. Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade. / Ilhéus : Editus, 2009.

Claval, Paul. O Território na Transição da Pós-Modernidade. Universidade de Paris-Sorbonne. v.1 n.2, ano 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br> Acesso: 22.04.2021 às 13 horas da tarde.

Costa, Luiz Antonio. As Faces do Jaguar. Parentesco, história e mitologia entre os Kanamari da Amazônia ocidental. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, MN/PPGAS, janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2007.

D Avila, Janekely Reis. Os Kulina-Pano do Vale do Javari: Histórias, Memórias e Atuação Política. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2018.

Dambrós, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. Revista NERA Presidente Prudente. v. 22, n. 48, pp. 174-189 Dossiê – 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br> Acesso: 22.09.2021 às 14:12 horas da tarde.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

Ferreira, A. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Figueiredo, Lara Joana Lopes. A Gestão de Conflitos Numa Organização e Consequente Satisfação dos Colaboradores. Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais Mestrado em Gestão, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt.br>. Acesso: 01.07.2021 às 14 horas da tarde.

Filho, Carlos Heleno Bezzera Lucena. O Polir da Pérola. GrafiArtes, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Girardi, Paulon Eduardo. Fernandes, Bernado Mançano. Geografia da Conflitualidade no campo brasileiro. Disponível no livro: Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade – Revista brasileira de Educação v.16 n.47 mai-ago. 2011.

GREENPEACE, 2020. Em meio à Covid, 72% do garimpo na Amazônia foi em áreas “protegidas” Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/em-meio-a-covid-72-do-garimpo-na-amazonia-foi-em-areas-protegidas/> Acesso: 23.09.2021 às 14:12 horas da tarde.

GREENPEACE, 2020. Três áreas protegidas concentram 55% do desmatamento para garimpo na Amazônia. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tres-areas-protegidas-concentram-55-do-desmatamento-para-garimpo-na-amazonia/> Acesso: 23.09.2021 às 14:12 horas da tarde.

Haesbaert, Rogério. Des-territorialização e identidade : a rede “gaúcha” no Nordeste /Rogério Haesbaert. — Niterói : EDUFF, 1997.

Haesbaert, Rogério. Dos Múltiplos Territórios á Multiterritorialidade. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> Acesso: 24.01.2021 às 2 horas da tarde.

Hasbaerth, Rogerio. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IMAZON, 2021. Boletim do desmatamento da Amazônia legal no mês de junho de 2021. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2021-sad/> Acesso: 22.09.2021 às 14:12 horas da tarde.

IMAZON, 2021. Desmatamento nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Disponível em: <https://imazon.org.br/desmatamento-nos-assentamentos-de-reforma-agraria-na-amazonia/> Acesso: 22.09.2021 às 14:12 horas da tarde.

Lima, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas / Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

Little, P.E. (2003). A ecologia política dos em torno da pesca na Amazônia. Comunicação apresentada no Seminário Meta: As transformações socioambientais na Amazônia e as suas consequências. Brasília, Brasil.

LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2.ed. Reimpr. Rio Janeiro: E.P.U., 2014

Maia, José Moacir da Silva. Firmeza e Amor: de Remate de Males a Benjamin Constant. 1.ed. Appris, 2021.

Márcia Vieira da Silva. Reterritorialização e identidade do povo Amágua- Kambeba na aldeia Tururucari- Uka. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Martin, Jean Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente (SP), n.19/20, p.26-41, Nov.1997.

Medeiros, Rosa Maria Vieira. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos /Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

Melucci, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Lua Nova n.17 São Paulo June 1989.

Mutzenberg, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011.

Negreiros, Ismael da Silva. O massacre do Capacete: Narrativa, Memória e história Tikuna no Município de Benjamin Constant, Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Pelota, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br>. Acesso: 01.05.2022 às 16 horas da tarde.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os Movimentos sociais. Revista perspectiva geográfica. N.03 p.7-28, 2007.

OPAN, 2021. Processos minerários já ocupam 8% do amazonas e Relatório técnico Panorama de Interesse minerário no amazonas. Disponível em:

<https://amazonianativa.org.br/2021/08/04/processos-minerarios-ja-ocupam-8-do-amazonas/>

Acesso: 23.09.2021 às 14:10 horas da tarde.

Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. 1.^a ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2008.

Pedon, Nelson Rodrigo. Geografia e movimentos sociais dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PNCSA, Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: Cartografia Social dos Conflitos que atingem povos e comunidades na Amazônia e no Cerrado/ Povos tradicionais indígenas do Vale do Javari. São Luís: UEMA/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte – AM / Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – Manaus, AM: Editora UEA, UFAM, 2020.

Radaelli, Aline. Os Kambeba do rio Jandiatuba: Território, garimpo e conflitos socioambientais / Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, 2018.

Rapozo, Pedro. Silva, Reginaldo Conceição da. Radaelli, Aline. À margem das margens: Conflitos socioambientais, territorialidades e as lutas pelo reconhecimento identitário das comunidades rurais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru, 2018. Portal das Ciências Sociais Brasileiras. Disponível: <https://www.npocs.org.br> Acesso: 10/10/2021 às 15h30min.

Reis, Rodrigo Oliveira Braga. Os Matsés e as fronteiras: conflitos, territorialização e a construção de uma identidade transfronteiriça. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2013.

Rodrigues, Cibele Maria Lima. Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas. Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011.

Santos, Milton, Becker, Bertha k (Org.) [et al.]. Territórios, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial.- 3.ed. 1^a. Reimpr. Editora Lamparina, 2011.

Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Saquet, Marcos Aurelio. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos/Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

Silva, Antônio Carlos Galvão. Silva, Josué da Costa. SERINGUEIROS NA AMAZÔNIA. Disponível em: <https://www.neer.com.br>. Acesso: 20.04.2022 às 09 horas da manhã.

Silva, Katielle Susane do Nascimento. Contribuição teórica da geografia à compreensão dos movimentos sociais urbanos. Revista Movimentos sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

SILVA, Reginaldo Conceição. Conflitos por terra e água no Alto Solimões envolvendo povos e comunidades tradicionais. Ciência e Cultura, v. 65, p. 34-36, 2013.

Silva, Stefhani Ferreira da. Mercúrio em peixes comercializados no Alto Solimões, Tríplice Fronteira da Amazônia. Programa de Pós graduação em Ecologia Aquática e Pesca da Universidade Federal do Pará, 2018". Disponível em: <https://ppgeap.propesp.ufpa.br>. Acesso: 10.04.2022 às 08 horas da manhã.

Simonetti, Mirian Cláudia Lorenção. Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

Souza, Marcelo Lopes. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos/Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

Stürmer, Arthur Breno. Costa, Benhur Pinós da. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br> Acesso: 22.01.2018 às 13 horas da tarde.

Tourneau, François-Michel Le. Bursztyn, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso: 01.07.2021 às 14 horas da tarde

Vieira, José Maria Trajano. Re-existência Kokama na defesa da cultura e da natureza na Amazônia. 45º Encontro Anual da Anpocs/ 2021. Disponível em: <https://anpocs.com>. Acesso: 10.04.2022 às 07 horas da manhã.

Sites:

<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>

<https://antigo.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>

<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentados-do-amazonas-recebem-contratos-de-concess%C3%A3o-de-uso.html>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/incra-devera-explicar-desmatamento-em-assentamentos-na-amazonia>

www.funai.gov.br

www.ibge.gov.br

<https://revistas.unal.edu.com>

ANEXOS
TERMO E ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Termo de Consentimento

Prezado (a) senhor (a), meu nome é **Mateus da Silva Teixeira**, e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema “**Os Movimentos Sociais e os Processos de Territorialização no Campo no Município de Atalaia do Norte, na Porção Ocidental da Amazônia Brasileira**”. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEOG/UFAM, sob orientação do Prof. **Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz**. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso. Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
- Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
- Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
- Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
- Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso de vídeos e fotos dos informantes (grupo focal, pesquisa ação, etc), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:

() SIM, concordo com o uso das minhas imagens por livre e espontânea vontade /OU/

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): _____

Celular: () _____

impressão digital

Assinatura: _____ Data / /2021.

ANEXO

Roteiro para entrevista

i. PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Qual seu nome:
2. A partir do seu modo de vida como você se autodenomina?
3. Como o senhor (a) é conhecida aqui neste lugar?
4. Quantos anos você tem?
 - () Menos de 18 anos () De 18 a 29 anos () De 30 a 49 anos
 - () 50 anos ou mais....
5. Qual seu estado civil?
6. Como o senhor (a) mora atualmente?
 - () Sozinho () Com pais e/parentes () Com cônjuge e/ou filhos
 - () Com outras pessoas
7. Qual país de nascimento?
 - () Brasil () Peru () Colômbia
 - Outros _____
 Como o senhor se direcionou para este local?
8. Você é indígena? () Sim () Não
9. Qual a sua etnia?
 - () Marubo () Kanamary () Kulina () Matsés () Matis () Mayuruna ()
 - Kokama
 - () Outra _____
10. Quanto tempo reside neste lugar?
11. Você tem trabalho fixo? () Sim () Não
12. Qual sua renda?
13. Qual são as principais fontes de renda? Que você produz aqui?
14. Nível de Escolaridade, já estudou? () Sim () Não
 - () Ensino fundamental - incompleto () Ensino Médio - completo () Ensino Médio - incompleto () Ensino Superior - completo () Ensino Superior - incompleto () Nunca estudou
15. Tem filhos?
16. Quantos?

ii. ATUAÇÃO NO CAMPO E PRÁTICAS DE TRABALHO

17. Atualmente o senhor(a) trabalha?
 - () Agricultura () Pesca () Madeireiro () Caça
 - Outra atividade: _____
18. Quais os seus cultivos?
19. Cria animais?
20. Quais?
 - Para que se destinam seus produtos?
21. Onde comercializa sua produção?
 - () Atravessadores () Mercado () Na própria residência
 - Qual desses produtos que produz garante a melhor renda?
22. Como você se vê diante á labuta no campo?
23. Por que o senhor (a) escolheu o campo para viver?
24. O que faria o senhor (a) sair do campo para morar na cidade?
25. O que tem na cidade que faz o senhor (a) se deslocar para lá?

26. Sobre a questão do deslocamento quanto tempo o senhor (a) gasta para ir à cidade? E para quais situações?
27. Tem outra pessoa na família que desempenha as mesmas atividades voltadas para campo?
28. Qual são as principais fontes de renda?
29. Fale mais sobre sua trajetória de vida?

iii. ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Qual a presença da prefeitura municipal?
2. E sobre essa presença da prefeitura municipal através da secretaria rural; Como esta?
3. Tem assistência técnica?
4. Recebem algum auxílio?
5. Quais?
6. Qual a presença do governo estadual?
7. E sobre a presença do governo estadual através do IDAM; Como esta?
8. Tem assistência técnica?
9. Recebem algum auxílio?
10. Quais?
11. Qual a presença do governo federal?
12. E sobre a presença do governo federal através do INCRA; Como esta?
13. Tem assistência técnica?
14. Recebem algum auxílio?
15. Quais?
16. Já teve acesso algum financiamento?
17. Qual?
18. Para que?
19. Como foi usado?
20. Esta vinculada a algum programa do governo?
21. Qual?
22. Como conseguiu vincular-se?
23. Qual a importância desse programa para você e o local que vive?

iv. QUESTÕES DA INFRAESTRUTURA NO CAMPO

30. Para o senhor (a) o que falta melhorar a infraestrutura neste lugar?
31. Sobre a educação, como era antes?
32. Como esta hoje?
33. O que falta melhorar?
34. Sobre as vias de acesso para a cidade, qual é a atual situação de uso? Quem faz a manutenção? De quanto e quanto tempo fazem a manutenção? De que forma?
35. Como faz para escoar seus produtos?
36. Como é assistência a saúde neste local?
37. Sobre a questão da água quais os principais problemas?
38. Sobre a situação das posses das terras; como está a titulação da terra que você ocupa? Qual historia esta por trais dessa terra?

v. PARTICIPAÇÃO EM MOBILIZAÇÃO PARA DEMANDAS DO ASSENTAMENTO OU COMUNIDADE

1. Você faz parte de uma ou mais organizações sociais?
2. Qual?
3. Como se chama?
4. Quanto tempo existe?
5. Qual seu papel nesta instituição?
6. Como teve conhecimento dessa(s) organização(ões)?
7. Quantas pessoas fazem parte?
8. Possui registro a instituição que participa?
9. Desses movimentos sociais que a senhor (a) participa, quais são as reivindicações?
10. Quais são a entidades que vcs encaminham as reivindicações?
11. Vocês se reúnem com outra instituição de outras comunidades? De quanto e quanto tempo? Quais são as pautas?
12. Esta entidade reúnem com outros entidades de municípios? De quanto e quanto tempo? Quais são as pautas?
13. Esta entidade participa junto a movimentos sociais na capital (Manaus)? De quanto e quanto tempo? Quais são as pautas?
14. Quais os bons resultados que tiveram em participar dos movimentos sociais? Qual foi a mudança?
15. Qual a importância dessa entidade para o assentamento/comunidade?
16. Em função da sua atuação na instituição já presenciou ou teve conhecimento de algum conflito? () Sim () Não ? onde foi relate?

ANEXOS

MASSACRE NO CAPACETE

Mirad também responsável

Uma série de acontecimentos que se sucederam no bairro de Capangue, bairro da Vila Militar de Curitiba, que culminou na morte de 11 militares em 27 de março, culminou no massacre de Capangue. Segundo o relatório da Comissão de Inquérito, a situação de Capangue tornou-se insuportável devido ao crescimento desordenado do bairro, a falta de saneamento básico e a presença de atividades criminosas que atraíram a atenção da polícia militar. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.



General de Brigada e comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar, General de Brigada...



Capangue, bairro de Vila Militar de Curitiba, onde ocorreu o massacre.



Capangue, bairro de Vila Militar de Curitiba, onde ocorreu o massacre.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Amâncio: Situação fica pior com mortes



Líderes indígenas repudiaram a matança

Uma série de acontecimentos que se sucederam no bairro de Capangue, bairro da Vila Militar de Curitiba, que culminou na morte de 11 militares em 27 de março, culminou no massacre de Capangue. Segundo o relatório da Comissão de Inquérito, a situação de Capangue tornou-se insuportável devido ao crescimento desordenado do bairro, a falta de saneamento básico e a presença de atividades criminosas que atraíram a atenção da polícia militar.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Segundo o relatório, o grupo FAR foi formado por militares que estavam descontentes com a situação de Capangue e que estavam realizando atividades de subversão. O relatório também menciona a presença de um grupo de militares que se autodenominava "Forças Armadas Revolucionárias" (FAR) e que estavam realizando atividades de subversão.

Brasil, sexta-feira, 7 de outubro de 2010

crítica GRABER/PODOLICZ

MASSACRE DOS TICUNAS

Madeireiros condenados

ELES SÃO ACUSADOS DE MATAR QUATRO ÍNDIOS DA ETNIA

JUIZA JAIZA FRAJE DEU SENTENÇA DE 15 A 23 ANOS DE PRISÃO PARA 13 DOS 14 ACUSADOS DE MATAR ÍNDIOS TICUNAS NA BOCA DO CAPACETE, EM ATAQUE EM 1988

WILSON FRAGINI

Três anos depois do massacre do "Boca do Capacete", como ficou conhecido o ataque contra os índios Ticunas, em 1988, por madeireiros, a juíza Jaiza Fraje, em 13 de outubro, condenou 13 dos 14 acusados a penas que variam de 15 a 23 anos de prisão. Trata-se da primeira sentença atingindo acusados de praticar violência contra os povos indígenas no Amazonas. Os acusados ainda podem recorrer da sentença.

O massacre do "Boca do Capacete" teria sido ordenado pelo madeireiro Oscar Carlos Branco, que desde 1988 vive em prisão em regime domiciliar. O ataque aconteceu durante uma reunião entre os líderes locais das comunidades de São Paulo, São Leopoldo, Porto Esperança e São Paulo Ltda, na localidade conhecida como "Boca do Capacete", em Benjamin Constant. Foram assassinados quatro índios, 29 outros, todos crianças e nove desaparecidos. O Conselho Indígena Médio

de São Paulo divulgou nota comemorando a sentença da juíza Jaiza Fraje, que condenou os acusados pelo crime de genocídio. "A condenação dos acusados ao massacre aos índios Ticunas, ocorrido em 22 de março de 1988, após 22 longos anos de espera para que fosse feita justiça, é bastante importante e vai servir de exemplo de que, apesar do tempo, vamos lutar pela liberdade dos povos indígenas em todos os setores da sociedade brasileira", diz a nota.

Para o CIMI, as comunidades Ticunas do Município de Benjamin Constant viveram sob tensão e medo por parte de pessoas ligadas aos acusados. Os representantes da CIMI também se reuniram com outros líderes comunitários em reuniões em suas próprias áreas, em grande parte relacionadas às manifestações dos Ticunas, exigindo a punição dos responsáveis.

A nota do CIMI também ressalta a importância das comunidades indígenas, com suas histórias e organizações, para que os direitos sejam respeitados e a prisão. "Anteriormente, há vários processos em curso iniciados há mais tempo para não ficar esquecidos os 29 desaparecidos, familiares e sobreviventes, assim a comunidade de São Paulo Ltda, o massacre em Roraima ocorrido em setembro de 2005, os recentes ataques cometidos contra índios de São João Negro, entre outros", afirma o CIMI.



VÍTIMAS Família que teve 14 membros agredidos em confronto com madeireiros durante reunião no Boca do Capacete

Crime de genocídio Índios apreensivos

A sentença da juíza Jaiza Fraje deixa claro o crime de genocídio praticado pelos acusados do massacre do "Boca do Capacete", a intenção de aniquilar, em todo ou em parte, os indivíduos, famílias, grupos ou comunidades de São Leopoldo, Porto Esperança e São Paulo Ltda, na localidade conhecida como "Boca do Capacete", em Benjamin Constant. Foram assassinados quatro índios, 29 outros, todos crianças e nove desaparecidos.

"Se que contorne a materialidade, e, portanto, produzida das atos são de fato capazes de definir quanto à prática do delito de genocídio, pois que não houve

compreensão pelos líderes de suas comunidades (ocorrido...) e os quais atuaram por os indígenas da etnia Ticuna, Katukina, Auaité, Matsigenka, Matsigenka, Matsigenka, Matsigenka e Matsigenka Matsigenka tiveram suas corpos atingidos por projéteis perforantes, ocasionando lesões por arma de fogo, o qual resultaram na morte de seis pessoas, em face de ausência aqui de", explica mais tarde da sentença, citando, ainda, os laudos de laudos expedidos em 1988 e a desrespeitamento de seres humanos, entre eles, crianças.

Com o tratamento de índios e apreensão, os índios Ticunas revelaram, semana passada, a notícia sobre a sentença de massacre do "Boca do Capacete". Aos líderes, a presidente da Organização dos Povos Indígenas do Brasil, Catarina Gomes de Sá, diz, além que a sentença era a resposta às demandas que seu povo fez para que o massacre não caísse no esquecimento.

Carmem Alves, na sentença que semana passada havia sido citada, trata em Benjamin Constant. A líder indígena afirma que pessoas estrangeiras chegaram a locais e, sem os alvarás das terras pertencentes pelo Conselho Geral do Trabalho Indígena (CGTI), tiveram em direito de posse a Fazenda Boca

após a aquisição das terras por suas famílias, sob o nome de "fazenda Boca", afirma Carmem. "Ficamos com medo porque estava sendo destruída."

Carmem também lembra que desde o dia do massacre, os Ticunas vivem apreensivos e sofrendo constantes ameaças. "Todo esse tempo os acusados estavam bem e não estavam ameaçados", declara. O vice-coordenador do CGTI, Paulo Sérgio, diz, também, sobre que genocídio ocorreu. "Faltava uma prova ou quando os índios foram mortos, pois a gente", cita. "Aqui chegou um índio."

A CRITÉIA não conseguiu contato com os pais das crianças condenadas, que ainda podem recorrer da sentença.

COMO FOI O ATAQUE

O massacre do Boca do Capacete ocorreu no dia 22 de março de 1988, na localidade conhecida como "Boca do Capacete", no Município de Benjamin Constant, localizada no estado de Amazonas, próximo à fronteira de Brasil com o Peru e Guinéia. No dia do massacre, segundo relato do CIMI, os índios Ticunas reuniram-se em uma reunião e foram surpreendidos por uma matança. Foram todos assassinados e um confesso de se defender. Outros foram mortos no local. 19 ficaram feridos e dois desapareceram nos dias de 23 de março, depois de serem perseguidos e assassinados e três.

O processo tramitou na Justiça Criminal até o dia 20 de dezembro de 1996, quando o Supremo Tribunal Federal deu provimento ao Recurso Extraordinário da Interposição pelo Ministério Público Federal, tornando a denúncia parte crime de genocídio e competência da Justiça Federal para processar e julgar a referida Ação Criminal. Concluído pelo na primeira instância e respondido um relatório de conclusão e, no segundo, de conclusão, após omissões das autoridades locais quanto ao caso, em 27 de maio de 2010, o Supremo Tribunal Federal deu provimento ao recurso, tornando-o acórdão.

O massacre do Boca do Capacete ocorreu no dia 22 de março de 1988, na localidade conhecida como "Boca do Capacete", no Município de Benjamin Constant, localizada no estado de Amazonas, próximo à fronteira de Brasil com o Peru e Guinéia. No dia do massacre, segundo relato do CIMI, os índios Ticunas reuniram-se em uma reunião e foram surpreendidos por uma matança. Foram todos assassinados e um confesso de se defender. Outros foram mortos no local. 19 ficaram feridos e dois desapareceram nos dias de 23 de março, depois de serem perseguidos e assassinados e três.

O processo tramitou na Justiça Criminal até o dia 20 de dezembro de 1996, quando o Supremo Tribunal Federal deu provimento ao Recurso Extraordinário da Interposição pelo Ministério Público Federal, tornando a denúncia parte crime de genocídio e competência da Justiça Federal para processar e julgar a referida Ação Criminal. Concluído pelo na primeira instância e respondido um relatório de conclusão e, no segundo, de conclusão, após omissões das autoridades locais quanto ao caso, em 27 de maio de 2010, o Supremo Tribunal Federal deu provimento ao recurso, tornando-o acórdão.

As sentenças

1. Wanderley Pinho do Nascimento, 23 anos de reclusão
2. Raimundo Marques de Oliveira, 30 anos de reclusão
3. Adair Marinho do Oliveira, 15 anos de reclusão por ter cometido crime de coação à tortura
4. Francisco Rodrigues Américo, 30 anos de reclusão
5. Roberto de Souza de Azeite, 20 anos de reclusão
6. Danilo Franco Ferreira de Melo, 20 anos de reclusão
7. Fagner dos Santos Pereira, 20 anos de reclusão
8. Jonas Gonçalves Pereira, 20 anos de reclusão
9. Luis Pereira Pereira, 20 anos de reclusão
10. Nelson Franco Ferreira, vulgar apelido, 20 anos de reclusão
11. João dos Santos Silva, 20 anos de reclusão
12. Francisco de Souza Rodrigues, vulgar apelido, 20 anos de reclusão
13. Oscar do Almeida Carlos Branco, 24 de reclusão



APREENSÃO Comunidade Ticuna tenta obter justiça



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS - DEII

SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES SOBRE A DEMARCAÇÃO DA

TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Por ocasião do Encontro promovido pelo PPG-7 em Manaus nos dias 29 de setembro a 01 de outubro de 1998, o Departamento de Índios Isolados apresenta para consideração do plenário as sugestões e observações que se seguem:

A existência de grupos indígenas isolados e o histórico de conflitos desses mesmos grupos com segmentos da sociedade nacional e com as demais etnias que habitam a Terra Indígena VALE DO JAVARI, determinam que providências cautelares sejam efetivadas na demarcação da Terra Indígena. Estas considerações objetivam evitar possíveis conflitos com índios isolados e a paralisação dos trabalhos de demarcação que, se ocorrer, terá sérias consequências para a sua retomada, criando ainda oportunidades para que setores políticos e interesses econômicos contrários a demarcação, ganhem fôlego e ânimo.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

O DEII dispõe de informações sobre a existência de cinco grupos isolados mas não sabemos a extensão do território ocupado por cada grupo. Sem confirmação, diz-se da presença

de sete grupos isolados. De forma que, a penetração nestes territórios pode conter surpresas desagradáveis. De acordo com nossos conhecimentos atuais, as regiões mais propícias para conflitos com índios isolados são:

- 1*) Entre os pontos 14 a 19 (média periculosidade)
- 2*) Entre os pontos 28 a 38 (média periculosidade)
- 3*) Entre os pontos 39 a 66 (alta periculosidade)

Objetivando que a demarcação da Terra Indígena VALE DO JAVARI seja iniciada e concluída sem maiores percalços e tendo em vista a segurança dos índios isolados e das equipes de demarcação, o DEII sugere as seguintes providências:

- a) Que cada equipe de demarcação contenha duas pessoas indicadas pelo DEII, com conhecimento e experiência das questões concernentes a índios isolados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- b) Que seja confeccionado pelo DEII normas de conduta e segurança para todos os membros das equipes;
- c) Que na divisa SUL sejam abertas somente as clareiras para acomodarem os pontos geodésicos, sem ligação terrestre (abertura de picadas e colocação de marcos), entre as mesmas;
- d) Que os pontos geodésicos da divisa SUL (entre 39 e 66), sejam reduzidos dos atuais 11 pontos, ao mínimo possível, ampliando-se os segmentos de retas;
- e) Que o acesso aos pontos geodésicos da divisa SUL sejam alcançados por helicóptero, descida em rapel, abertura de clareira, determinação do ponto e concretagem do marco;
- f) Que seja organizada uma logística eficiente para diminuir a permanência da equipe no mesmo local;
- g) Solicitamos atenção para o que julgamos um pequeno engano na elaboração da carta da FUNAI. Parece que trocaram o nome do rio na divisa SUL, entre os marcos 18 e 19. Pensamos que o correto seja JUTAIZINHO e não JURUAZINHO. Enganos como estes já foram causa de grandes problemas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- h) Que nas divisas compreendidas entre os pontos 14 a 19 e 28 a 38 as equipes de demarcação sejam acompanhadas por servidores do DEII;
- i) Por uma questão de custos, o DEII sugere que o limite OESTE, ao longo do rio JAQUIRANA, por ser divisa internacional, seja aproveitado - se possível - os pontos geodésicos da Comissão de Fronteiras, vez que a carta elaborada pela FUNAI sugere que será digitalizado;
- j) A ponta de terra formada pelos marcos de n.ºs 17, 18, 19 e limitada pelo rio Quixito ao NORTE e Itacoai a LESTE, tem sido visitada constantemente pelo grupo indígena KORUBO. Prevemos que mesmo após a demarcação, permaneçam sobressaltos na população ribeirinha pelas visitas que os KORUBO efetuam na referida região. Julgamos conveniente discutir melhor a questão;
- k) A Frente de Contato pode apoiar os trabalhos de demarcação, acompanhando as equipes, devendo manter sua logística de transporte e comunicação. Os custos deste apoio, se efetivado, poderão ser repassados a empresa vencedora da licitação. A Frente poderia então ser encarregada das questões ligadas a segurança dos índios isolados e das equipes de demarcação;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
DEPARTAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS

- 1) O CIVAJA pretende montar um Posto de Vigilância no rio CURUÇA. É uma medida que deve ser apoiada pela FUNAI e pelo PPG-7 que inclusive dispõe de recurso para vigilância de Terra Indígena.

As sugestões aqui apresentadas, principalmente no que diz respeito a divisa SUL, poderão propiciar substancial economia financeira e evitar conflitos.

Proseguindo com o interesse do DEII de que a demarcação da Terra Indígena VALE DO JAVARI seja realizada sem maiores problemas futuros (principalmente legais), e, considerando que esta reunião não tem poder de alterar os limites já reconhecidos pela Presidência da FUNAI no seu Despacho n° 30, de 26 de maio de 1998, recordamos a necessidade de que as proposições de alteração dos limites sejam encaminhadas ao Coordenador do GT - Sr. Walter Coutinho Júnior, instituído por ato da Presidência da FUNAI - Portarias 174/PRES/95 e 158/PRES/96, que juntamente com a Diretoria de Assuntos Fundiários é a instância legal para conduzir as modificações perante a Presidência da FUNAI.

Por isso mesmo, o DEII não compreende a ausência do Coordenador do GT neste Encontro, figura central do processo de identificação e conseqüentemente para as possíveis alterações.

Manaus, 30/SET/98